



ATA 222ª CEAS.

1
2 Aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às nove horas, na plenária
3 da Casa de Direitos Humanos – MG, realizou-se a ducentésima vigésima segunda
4 Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela Vice-Presidente Geisiane Lima Soares -
5 CARITAS onde estavam presentes os seguintes **Conselheiros Titulares:** Dayana
6 Cristina Lourenço e Assis – CMAS/ Juiz de Fora, Debora Arkeman – SEDESE, Geisiane
7 Lima Soares – CARITAS, Leonardo Carvalho Ladeira SEPLAG, Luiz George Marcelino
8 Trindade – CMAS/Lagoa Santa, Maria Juanita Godinho Pimenta – FEDAPAES, Rodrigo
9 dos Santos França – ASSPROM, Silvana Célia de Campos - SEE, Simone Aparecida
10 Albuquerque – SEDESE, Soyla Raquel dos Santos Pereira – CMAS Paracatu, Volney
11 Lopes de Araújo Costa – PSIND e Wilson de Sales Lana - SEF. Dos **Conselheiros**
12 **Suplentes:** Arlete Alves Almeida – GRAAL, Érica Andrade Rocha – CPR/MG, Fabricia
13 Ferraz Mateus Lopes – SEAPA, Guilherme Contrucci – SEF, Helder Augusto Diniz Silva –
14 CMAS/Pedro Leopoldo, Isabela de Vasconcelos Teixeira – SEDESE, Isac dos Santos
15 Lopes – ASQUIS, Ivone Pereira Costa Silva – COGEMAS, Maria do Carmo Brandão
16 Vargas Vilas – CMAS Leopoldina, Marta Maria Castro Vieira da Silva – SEDESE, Rodrigo
17 Silveira e Souza – CMAS/Nova Lima, Roseane Cristina dos Santos – CMAS Leopoldina,
18 Sandra Regina Ferreira Barbosa – SINTBREF, William de Souza Franco – AQMARQUES.
19 E dos membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos
20 Machado, Cláudia Alexandre, Consolação Cifani da Conceição, Leonardo Lobato Martins
21 Costa, Maria Regina Varela Caldeira, Misley Miely de Castro Costa, Raquel Trindade de
22 Freitas Freire, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. A plenária teve início
23 com a fala da vice-presidente Geisiane Lima Soares. **GEISIANE:** Gente, bom dia a todos
24 (as). Bom dia! Eu não escutei ninguém! Bom dia, gente! Que bom! Sejam todos muito
25 bem-vindos ao nosso pleno. Dia 19 de maio. Hoje, após um dia marcante e de grandes
26 dificuldades no nosso país, não é? Então estamos aqui, conselheiros da assistência
27 social, reunidos persistentes na luta e na resistência por um país que a gente acredita que
28 é possível fazer a diferença. Então, que tenhamos forças, esperança. E que continuemos
29 firmes na luta porque os dias não estão fáceis. Estamos aí com muitas dificuldades, e a
30 cada dia com uma bomba a mais no cenário político, não é? Então, que tenhamos
31 persistência. E que sigamos na luta pelos direitos, pela garantia da política de assistência
32 social que é tão importante. Sabemos que nesse período difícil, de crise política, é uma
33 das políticas públicas mais afetadas. O nosso papel segue ainda mais duro nessa luta
34 que a gente acredita pelo direito. Então, mais uma vez, bem-vindos. Quero justificar a
35 ausência de alguns conselheiros. Na oportunidade, vamos em sequência, fazer a nossa
36 apreciação de pauta. Eu vou explicar algumas mudanças que a gente fez na ordem da
37 nossa pauta. Hoje a gente tem a justificativa da ausência da conselheira Cristiane Felipe,
38 do Instituto Missionário Sacramentinos, por motivo de férias. Também temos a justificativa
39 da Josiany de Souza, da ACONEQUISTAC, por motivo de trabalho. Temos também a
40 justificativa da ausência da Raquel Silva, representante do CMAS/ Francisco de Paula,
41 por questões de trabalho, mudança de gestão. Ela está vivenciando lá alguns períodos de
42 mudanças e aguardando respostas. E também temos a justificativa do conselheiro William
43 Franco, CMAS/Belo Horizonte, também por motivo de férias. Quero justificar a ausência
44 momentânea da presidente Simone Albuquerque, ela está em uma reunião aqui no prédio
45 mesmo. Logo em seguida ela virá participar do pleno com a gente. Todos os conselheiros
46 receberam então a nossa pauta. Eu não sei se perceberam, tem algumas inversões
47 conforme a gente já tinha o costume. Ontem, na mesa diretora, a gente fez algumas
48 propostas de alteração. Eu queria que vocês acompanhassem, por favor. A gente vai
49 iniciar o próximo ponto de pauta com os informes. Tem os informes do COGEMAS, tem



50 os informes da CIB e da SEDESE. Está aberto para outros informes. Em seguida, tem a
51 justificativa de ausência. Nós já fizemos. Temos a apreciação da ata do pleno anterior.
52 Teremos hoje também posse de novos conselheiros. Temos aqui presente o Guilherme,
53 que é suplente, representante da Secretaria de Estado da Fazenda. Ele está presente
54 aqui com a gente. Ele vai tomar posse hoje. E também, temos a Ivone. Ela também está
55 presente aqui com a gente. Ela é suplente, representante do COGEMAS. Sejam bem-
56 vindos. Já já tomaram posse. Temos em seguida, ainda na parte da manhã, apresentação
57 das comissões: normas, apoio, política e orçamento/financiamento. Também teremos a
58 distribuição de processo PAS/Barragem da Central Geradora Hidrelétrica – CGH
59 Carvalhos. Será repassada então para a conselheira Daiana, do CMAS/Juiz de Fora. Está
60 proposta para o meio dia o nosso almoço. Retornaremos às 13h com o ponto de pauta da
61 conferência, e também a constituição da comissão responsável pelo processo de escolha
62 para compor o CEAS. A previsão de encerramento é às 18h. Então essa é a nossa pauta.
63 Está aberto para algum conselheiro que tiver algum informe ou alguma colocação. Fiquem
64 a vontade. Já temos aqui uma proposta. Foi solicitado aqui pelos colegas que a súmula
65 da comissão de orçamento seja primeiro. Mais algum conselheiro? Eu vou pedir a
66 Consolação que confira e registre o quórum para essa reunião. Por favor, Consolação.
67 **CONSOLAÇÃO:** 16 conselheiros, considerando também os que estão em condição de
68 titularidade. Então, a gente tem quórum, inclusive qualificado. **GEISIANE:** Ótimo. Muito
69 obrigada. Então nenhuma alteração ou inclusão a mais. Nós já fizemos uma aqui na parte
70 das comissões temáticas. E pelo o que eu estou entendendo, essa é a nossa pauta de
71 hoje. A Sandra tem um informe. Ok? Eu vou passar a palavra para a Ivone. A Ivone vai
72 tomar posse hoje, suplente, representante do COGEMAS. Ela vai fazer o informe do
73 COGEMAS. Em seguida, também da CIB. Muito obrigada. **IVONE:** Bom dia a todas (os) É
74 uma alegria muito grande estar aqui participado. Hoje eu estou tomando posse aqui no
75 Conselho como suplente do COGEMAS. Eu sou vice-presidente do COGEMAS junto com
76 o José Cruz. Quero dizer que é uma alegria muito grande estar aqui. Eu acho que aqui é
77 uma instância super importante. Então é uma alegria muito grande. Nós tivemos
78 recentemente, dia 05 de maio, o Encontro Estadual. Foi muito bom. Não foi um Encontro
79 que lotou o auditório JK, mas foi um Encontro muito rico. Nós tivemos a presença da
80 Consolação, ela foi colocar um pouco também sobre a conferência e sobre as
81 deliberações do Conselho Estadual. Tivemos a participação também da professora
82 Eleonora. Foi muito bom! Muito bom, mesmo. Foi um dia muito corrido. Tivemos a CIB
83 logo depois da reunião do COGEMAS. Nós, do COGEMAS, vamos para o Encontro
84 Nacional do COGEMAS. Nós tivemos o regional. Em junho, nos dias: 19, 20 e 21 vai
85 acontecer em Porto Seguro o Encontro Nacional do COGEMAS. A gente está chamando
86 muito a importância deste Encontro. É um Encontro que reúne gestores municipais da
87 assistência social do Brasil inteiro. A pauta colocada para o Encontro Nacional é o Plano
88 Decenal. A gente tem esse desafio enorme colocado para a política de assistência social.
89 A gente entende que não pode ter retrocesso. Os desafios do Plano tem que ser
90 colocados para a gente poder colocá-los em prática. A gente conta com o apoio dessa
91 instância para que os nossos gestores municipais dêem prioridade para irem a este
92 Encontro, ainda mais os gestores do Estado de Minas Gerais. Eu acho que nós não
93 podemos pisar na bola, não é? Agora, mais do que nunca, a gente tem que estar presente
94 nesse Encontro Nacional. Tem uma grande possibilidade do José Cruz assumir uma
95 cadeira do CONGEMAS, porque nós tínhamos a Júlia Restori que era a vice-presidente
96 do CONGEMAS. Então nós também queremos garantir essa vaga para o José Cruz.
97 Então eu acho que Minas, mais do que nunca, tem que estar em peso lá nesse Encontro
98 Nacional. Com relação a CIB, foi uma reunião muito proveitosa, muito rica. Nós tivemos a



99 discussão sobre a questão do Programa Rede Cuidar de todos os encaminhamentos para
100 a efetivação deste programa, e qual que pé o papel dos municípios no acompanhamento
101 deste Programa. Foi um momento muito rico para a gente ver o que que os gestores
102 municipais contribuem com as Instituições para que elas estejam aptas para acessar esse
103 Programa. Então é um desafio aí para os municípios também. Essa foi a discussão da
104 CIB. Foi um dos mais importantes pontos que eu achei na discussão. Foi falado da
105 conferência também, do Curso Capacita SUAS, principalmente o perfil desses
106 profissionais que vão para o Capacita SUAS. Mais ou menos foi isso. **GEISIANE:** Ivone,
107 obrigada pelo repasse. Antes de eu passar a palavra para a representante de SEDESE
108 que vai fazer os informes da SEDESE, que é a Marta, eu quero pedir licença, agradecer e
109 registrar a presença do Bruno. Ele está aqui presente com a gente. Bom dia, Bruno. Seja
110 bem-vindo. O Bruno é assessor do gabinete do deputado André Quintão. A gente sempre
111 fica muito feliz com a sua presença. Muito obrigada. Eu também quero cumprimentar e
112 agradecer o apoio de sempre, na pessoa da Consolação, a secretária executiva aqui do
113 Conselho, que é sempre muito solícita e prestativa com os encaminhamentos aqui do
114 Conselho. Obrigada, Consolação. Eu vou passar a palavra agora para a Marta, que vai
115 fazer os informes da SEDESE. Marta, bom dia. Fique a vontade. **MARTA SILVA:** Bom dia
116 a todos (as). Eu quero comunicar para vocês que, neste mês de maio, a SEDESE
117 participou do Congresso Mineiro de Municípios. O tema era: cidades criativas e soluções.
118 É um Congresso promovido anualmente pela AMM. E desde o último Congresso a
119 assistência social passou a ter espaço e pauta neste Congresso. Então para a gente foi
120 muito importante poder estar com os prefeitos e os secretários para a gente discutir
121 alguns assuntos. No dia 09 a SEDESE fez uma palestra sobre a relação do SUAS e a
122 política de direitos humanos. No dia 10 a secretária de Estado, Rosilene Cristina Rocha, a
123 subsecretária Simone Albuquerque e o presidente José Cruz, presidente do COGEMAS,
124 discutirão sobre a importância do planejamento para a gestão orçamentária e financeira
125 do SUAS. Neste mesmo dia também, a SEDESE reafixou outras duas palestras sobre:
126 gastos de recursos na área da assistência social, e também sobre o controle social. Ao
127 longo dos informes vocês vão ver que tem determinados assuntos que a SUBAS abordou
128 no Congresso. Pode avançar. Agora nós vamos falar os informes da superintendência de
129 proteção básica e gestão do SUAS. A superintendente é a Débora Ackerman, que é
130 nossa conselheira. Qualquer coisa você me ajuda também, Débora. A diretoria de
131 benefícios e transferência de renda também participou do Seminário Estadual de
132 Vigilância Socioassistencial de Minas Gerais. Ela apresentou um painel sobre: vigilância e
133 o fortalecimento do caráter preventivo da proteção social básica. A diretoria promoveu no
134 começo do mês de maio, dia 04/05... A gente já tinha informado essa agenda para esse
135 mês, mas é só confirmando. É a promoção de capacitação dos operadores do sistema da
136 versão 7 do CADÚNICO. Foi uma capacitação em parceria com a Caixa Econômica
137 Federal e a SEDESE. A diretoria de benefício também realizou uma videoconferência
138 ontem sobre o processo de atualização cadastral no CADÚNICO. O objetivo foi orientar
139 os coordenadores e técnicos municipais sobre o processo de revisão e averiguação
140 cadastral realizado anualmente pelo SENARC – MDS. A capacitação também do cadastro
141 único do Programa Bolsa Família vai acontecer nos dias 22 e 26 de maio. Vai também ser
142 uma capacitação sobre a gestão do CADÚNICO e o Programa Bolsa Família, mas é mais
143 direcionada para os coordenadores do Programa e do Cadastro nos municípios. Eles vão
144 aprofundar alguns conceitos do Bolsa Família e do CADÚNICO, possibilitando uma
145 melhor gestão do Programa. Outro informe que a gente quer dar é que haverá o Encontro
146 Nacional Intersetorial do CADÚNICO e do Programa Bolsa Família, que vai acontecer nos
147 dias 30 e 31 de maio e 1º de junho, lá no Paraná. Todos os coordenadores estaduais vão



148 se reunir no Paraná para fazer uma discussão sobre questões técnicas, políticas e um
149 debate que envolve o cadastro no Bolsa Família. Vai acontecer uma oficina específica
150 com Coronel Fabriciano no dia 31 de maio. Nós vamos tratar com esse município a
151 integração dos serviços e dos benefícios da política de assistência social. A diretoria de
152 serviços, ainda na superintendência, tem trabalhado com o Fórum Itinerante de
153 Erradicação do Trabalho Infantil. A última reunião foi no município de Sete Lagoas, que
154 contou aproximadamente com 150 pessoas. Essa diretoria também participou do
155 Seminário de Vigilância Socioassistencial. Ela apresentou o painel: vigilância e caráter
156 preventivo na proteção básica, juntamente com a outra diretoria de benefício. As duas
157 participaram e apresentaram este painel. Ainda na diretoria de serviço, foi realizada no dia
158 12 de maio uma reunião de apoio técnico sobre o Programa ACESSUAS Trabalho em
159 parceria com a Superintendência Estadual de Ensino Tecnológico. Foi realizada uma
160 oficina de apoio aos municípios visando à execução dos cursos do PRONATEC por essa
161 superintendência em alguns municípios mineiros. O objetivo do programa: apoiar o
162 Capacita SUAS. Essa oficina contou com 6 municípios presentes e 3 pessoas. Então o
163 caráter era mesmo de oficina. Outra oficina regional aconteceu de 15 a 19 de maio, que
164 também foi promovida pela Diretoria de Serviços. Foi uma oficina realizada na regional de
165 Juiz de Fora sobre os serviços e programas de proteção básica. Os temas foram;
166 convivência como metodologia de trabalho no PAIF; ações de atendimento e
167 acompanhamento familiar nos serviços de convivência; Programa BPC na escola;
168 ACESSUAS trabalho. Isso foi na regional de Juiz de Fora. A Diretoria de Serviços vai
169 oferecer no dia 30 de maio uma oficina sobre os serviços e benefícios da política em
170 Coronel Fabriciano. O tema é: integração de serviços e benefícios na política. Uma outra
171 iniciativa da diretora... Eu acho que a gente já deu um relato no mês passado que a
172 diretoria fez uma campanha da visibilidade a atendimento a população indígena. Nós já
173 informamos no mês passado porque tinha relação inclusive com o dia do índio. Era o mês
174 do índio. E no mês de maio, a SEDESE vai fazer uma campanha de visibilidade a
175 atendimento a população cigana no SUAS. Nós vamos fazer uma campanha sobre a
176 identidade da população cigana, o combate ao preconceito, aos estigmas, a
177 discriminação... campanha vai ser feita com foco principal nas redes sociais, nas mídias
178 eletrônicas e outras peças publicitárias que vão ser divulgadas nessas mídias. Ainda na
179 Superintendência de Proteção Básica e Gestão do SUAS, nós pactuamos na última
180 reunião da CIB as responsabilidades dos municípios em relação ao Programa Rede
181 Cuidar. Como primeira iniciativa do Rede Cuidar vai ser: orientar para que a rede
182 socioassistencial esteja com toda a sua situação cadastral, jurídica, atualizada,
183 exatamente para depois poder fazer as transferências de recursos e estabelecer
184 mecanismos de transferência. Essa informação sobre a atualização cadastral vai atender
185 os municípios que tem no seu território entidades de organizações de assistência social
186 que se enquadram no Rede Cuidar. A gente também discutiu na CIB a situação das
187 unidades de execução direta em relação ao Rede Cuidar também. Eu quero apresentar
188 para vocês, de forma reduzida, o que vão ser as responsabilidades dos municípios. Os
189 municípios vão ter a responsabilidade de: realizar o aceite para o Programa e mobilizar as
190 entidades para que também realizem o aceite; coordenar e monitorar a execução do
191 Plano de Aprimoramento das Unidades próprias e das Unidades em seu âmbito; articular
192 a rede do sistema de garantia de direitos para garantir a convivência familiar e
193 comunitária; fazer adesão da Central de Acolhimento. A SEDESE vai implantar uma
194 Central Estadual para gerenciar todo o sistema de acolhimento no Estado, que vai se
195 relacionar com outras Centrais caso os municípios tenham. Esse fluxo a gente ficou
196 depois de pactuar na CIB; apoiar e supervisionar as entidades; viabilizar estratégia e



197 mecanismo de organização para a integração dos serviços, programas, projetos e
198 benefícios fortalecendo o vínculo SUAS; realizar o preenchimento adequado do Censo
199 SUAS e CNEAS; informar os CMAS sobre a realização do aceite e do acompanhamento
200 do Plano de Aprimoramento das entidades e organizações da assistência social. Além
201 disso, a gente pactuou que a SEDESE vai elaborar um texto de cartilha sobre o programa.
202 É uma cartilha com orientações para as entidades referente a atualização cadastral, toda
203 regularidade e todas as condições necessárias para elas estarem realmente dentro do
204 Programa Rede Cuidar. E nessa cartilha nós vamos dar explicações sobre o
205 funcionamento do programa e as responsabilidades do Estado e dos municípios. No dia
206 02 de maio nós fizemos o Seminário Estadual de Vigilância Socioassistencial.
207 Participaram 493 representantes de municípios e 244 municípios. O seminário exigia
208 inscrição por causa da capacidade inclusive do auditório. E neste mesmo dia, foi lançado
209 o Caderno de Orientações da Vigilância Socioassistencial que vai compor o material do
210 Capacita SUAS nos cursos que vão se iniciar no dia 22 de maio. O Caderno de
211 Orientações trabalha com conceitos e conteúdos específicos do Estado. Ele tem um título
212 muito intrigante: sentidos e caminhos da vigilância socioassistencial em Minas Gerais. Aí
213 é só para a gente lembrar, nós já demos o informe no mês passado, porque agora
214 chegou o momento das inscrições do Qualifica SUAS. Como eu já disse, começa agora:
215 22 de maio a 14 de junho, nós 21 polos de capacitação nas cidades sede das diretorias
216 regionais. Todos os 853 municípios foram convocados. Foram mobilizadas tanto as
217 equipes da sede, quanto as diretorias regionais. Lembrando que o perfil de vaga para este
218 curso foi uma resolução que este Conselho aprovou: um profissional de nível superior
219 responsável pela vigilância, e um profissional de nível superior que desempenhe funções
220 de vigilância socioassistencial e de monitoramento, seja na proteção básica, ou seja, na
221 proteção especial. Será permitida a excepcionalidade pela resolução do CEAS de ser um
222 profissional que atue na gestão da assistência social, então a gente abriu essa exceção.
223 Mas, essa pessoa vai se constituir em referência do município para a vigilância. A decisão
224 de ter alguém do órgão central de gestão... Eles precisam saber que essa pessoa, daqui
225 para a frente, vai ser a referência da vigilância. Foi acertado com os gestores que o
226 profissional da básica indicado para o curso seja, preferencialmente, aquele que atue na
227 coordenação do cadastro e do Bolsa Família, pois essas áreas tem uma correlação e um
228 certo embrião com a vigilância. É bom lembra que a exigência para esse curso é que seja
229 um técnico de nível superior. Os polos de capacitação eu acho que a gente já informou no
230 mês passado. Se alguém tiver dúvida à gente informa, de novo. Pode passar, Fernanda.
231 Ao final serão 1.748 vagas para os municípios. Além disso, nós vamos promover
232 videoconferências sobre o processo de atualização cadastral do Bolsa em parceria as
233 duas superintendências. Nós já informamos isso. Foi ontem. Nós queremos chamar a
234 atenção que a próxima videoconferência vai ser sobre: controle social como
235 fortalecimento da democracia e garantia de direitos do SUAS. Nessa videoconferência o
236 CEAS vai expor sobre os temários das conferências e vai dar algumas orientações para
237 os municípios. Então tem mais este canal de orientação para os municípios. Nós estamos
238 trazendo para vocês a situação de pagamento do Piso Mineiro. No dia 04 de maio foi
239 iniciado o repasse de mais duas parcelas do Piso Fixo segundo aquele calendário que a
240 gente trouxe. O Wilson, da Fazenda, também informou que haveria disponibilidade
241 financeira. E aí houve mesmo. O pagamento até o dia 16 atingiu 790 municípios que
242 receberam as parcelas de fevereiro de 2017. Até o dia 16 de maio 852 municípios
243 receberam a parcela de julho e agosto de 2016. A gente está fazendo o pagamento do fim
244 do ano de 2016 e o primeiro semestre de 2017. Os outros municípios: o pagamento está
245 em processo. A relação de pagamento, se algum conselheiro quiser saber alguma



246 informação mais profunda, está disponível no site da SEDESE: www.social.mg.gov.br A
247 gente lembra, novamente, que para a gente poder realizar o pagamento do Piso Mineiro
248 os municípios têm que estar com a situação cadastral em regularidade no CAGEC. A
249 gente não pôde pagar 2016 o município de Venceslau Brás porque ele não tinha o Fundo.
250 Mas, 2017 ele já regularizou. Ele já tem o Fundo. A SEDESE já está procedendo à
251 transferência Fundo a Fundo para o município. O compromisso da SEDESE e o esforço
252 das áreas do governo de Estado nos faz manter um ritmo de pagamento, ou seja, 79%
253 das parcelas do Piso Mineiro Fixo estão sendo processadas. Em 28 meses de governo o
254 Estado já conseguiu processar o pagamento de 22 parcelas do Piso Mineiro. Então
255 apenas 21% do processo de pagamento está desatualizado. Isabela, depois você explica
256 um pouco isso. De janeiro a dezembro de 2015: todas as parcelas do Piso Mineiro foram
257 pagas ao final do ano. De janeiro a dezembro de 2016: foram pagas até dezembro 8
258 parcelas do Piso Fixo, restando algumas. E de janeiro a abril de 2017: duas parcelas do
259 Piso Fixo. Você quer explicar? Não? Tá. Aí é um balanço da situação de atualização do
260 CAGEC. A SEDESE tem feito um esforço também de que os municípios estejam
261 regulares. Nós estamos apenas com 17 municípios em situação de irregularidade. Aqui
262 estão relacionados quais são os 17 municípios. Quanto ao Plano de Serviço de 2017, a
263 CIB também aprovou na sua resolução 01 o prazo para o preenchimento do Plano de
264 Serviço. Aí estão todas as informações e contatos caso os municípios, ou algum
265 conselheiro, queiram mais informações sobre isso. A gente também já deu a informação
266 dos Planos de Serviços de 2015. Nós estamos conseguindo limpar essa área. Em relação
267 a 2015, nós só tínhamos um município que ainda não tinha concluído o seu Plano de
268 Serviço porque ele está em análise no Conselho. E aí está o município. No Plano de
269 Incentivo da Melhoria da Qualidade dos Serviços nós também só temos um município em
270 preenchimento. E dos 35, temos 34 já aprovados. Em relação ao Plano de Serviço de
271 2016 nós só temos 03 pendências; 03 municípios em preenchimento; 01 em análise do
272 Conselho. Temos o município de Venceslau Brás que não se aplica. Em relação ao Plano
273 de Serviço de 2017 nós temos 30 municípios aprovados; 18 em cadastramento; 727 em
274 preenchimento; 74 sendo analisados pelo Conselho; 04 municípios com pendência. Sobre
275 a referência técnica da proteção especial aprovado aqui neste Conselho, nós estamos
276 com 10 em preenchimento; 01 em análise pelo Conselho. Lembrando que a referência
277 técnica é para aqueles municípios abrangidos pelos CREAS regionais. Prestação de
278 contas do Fundo Estadual. Pode passar. Nós estamos com o seguinte balanço em
279 relação a 2014: 338 municípios que finalizaram o processo de prestação de contas; 465
280 em andamento. Esses são os informes gerais. A Isabela quer das o informe sobre as
281 transferências de recursos federais para o FEAS. **ISABELA:** Bom dia, pessoa! A gente
282 tinha ficado de trazer a situação do repasse do Fundo Nacional para o Fundo Estadual.
283 Pode passar, por favor. Ficou pequeno, mas eu vou ler. O primeiro bloco de
284 financiamento é do IGD Bolsa Família. A gente trouxe tanto a situação de 2016, quanto a
285 situação de 2017. Vocês vão ver que a gente tem pendências, dependendo do tipo de
286 recurso, nos dois anos. O governo federal começou a passar o de 2016, mas ficaram
287 algumas parcelas para trás. No início desse ano foram retomados o repasse de alguns
288 dos cofinanciamentos, mas sem pagar os que ficaram atrasados de 2016. Então é por
289 isso que ficaram essas duas colunas aí. Em relação ao IGD Bolsa, em 2016 a gente
290 recebeu as parcelas de outubro de 2015 até agosto de 2016. Foram 11 parcelas no valor
291 de R\$ 954.083,28. Em 2017 a gente já começou a receber recurso. A gente recebeu
292 janeiro, fevereiro e março de 2017. O que que a gente tem de pendência? A primeira
293 coluna ali são os recursos recebidos de 2016, que são os R\$ 954 mil que eu falei.
294 Pendente de 2016, a gente tem as parcelas do IGD Bolsa de setembro a dezembro, que



295 totaliza R\$ 307.803.00. E o de 2017 a gente já recebeu três parcelas, que totalizam R\$
296 246 mil. E ainda, está pendente a parcela de abril e maio. O valor é de R\$ 164 mil. Do
297 IGD SUAS, a gente teve em 2016 o pagamento de 18 parcelas. A gente recebeu as
298 parcelas de dezembro de 2014, as 12 de 2015 e mais 6 parcelas de 2016, totalizando R\$
299 1.815.000.00. É a primeira coluna ali. Ficaram pendentes ainda de 2016 as parcelas de
300 julho até dezembro, que totaliza R\$ 551 mi. Em 2017, do IGD SUAS, o governo federal
301 não repassou nenhuma parcela para o Estado. E aí a gente tem pendente as parcelas de
302 janeiro a abril, totalizando R\$ 367.912.00. Está mais ou menos semelhante a situação dos
303 municípios também, não é? O IGD Bolsa tem chegado com maior regularidade, o IGD
304 SUAS nem tanto. Em relação aos recursos de serviços, o recurso da média complexidade
305 é para a regionalização dos CREAS. O pagamento está sendo realizado conforme a
306 comprovação da implantação que é feita por meio do CADSUAS. Em 2016 a gente a
307 gente já tinha os 2 4 CREAS regionais, então a gente já estava recebendo recurso por
308 eles, mesmo eles estando em processo de reordenamento. Em 2016 a gente recebeu as
309 parcelas de novembro e dezembro de 2015, e de janeiro a outubro de 2016. Ainda teve
310 uma parcela para a implantação dos CREAS municipais. No final de 2016 a gente entrou
311 em uma situação de suspensão entre outubro de 2016 até março de 2017, por quê? Pela
312 portaria 113 do governo federal quem está com mais de 12 parcelas de saldos em conta
313 tem a suspensão do recurso. A gente até chegou a comentar isso aqui na plenária
314 anterior. O governo federal estava considerando que a nossa parcela era de R\$ 40 mil. Aí
315 então, considerando a parcela de R\$ 40 mil, a gente entrou em suspensão. No final do
316 ano passado começaram a serem tomadas providências para a gente gastar o recurso.
317 Mas foi em março desse ano que a gente conseguiu descer o saldo. Não estamos mais
318 em suspensão. Mas a gente não recebeu o recurso de R\$ 80 mil, que seria a parcela
319 agora dos CREAS que a gente já tem a implantação comprovada. Ainda no bloco da
320 especial, só que agora na alta complexidade, a gente tem os recursos de regionalização
321 de acolhimento para criança e adolescente. É o recurso do família acolhedora. A gente
322 recebeu em 2016 R\$ 120 mil para implantação, uma parcela de abril no valor de R\$ 15
323 mil. E em 2017, a gente recebeu as parcelas maio e junho de 2016. Então o que ainda a
324 gente tem pendente? Em 2016 a gente recebeu R\$ 135 mil, mas ficaram pendentes R\$
325 90 mil. Em 2017 a gente já recebeu R\$ 30 mil, mas ainda estão pendentes R\$ 60 mil. Em
326 relação ao acolhimento de adultos e famílias, o repasse vai ser iniciado depois da
327 comprovação da implantação. Esse serviço está planejada para o segundo semestre
328 desse ano, que é aquele para migrantes que vai ser em Belo Horizonte, de acordo com o
329 Plano Estadual de Regionalização. Nesse caso a gente recebeu R\$ 10 mil no ano
330 passado, que é um recurso para implantação. Então depois não veio mais, mas também
331 não está em atraso. Residência inclusiva: a gente recebeu em 2016 as parcelas
332 referentes a maio de 2015. Ficaram pendentes as parcelas de junho, julho e agosto. A
333 gente recebeu também as parcelas de janeiro a abril de 2016. Em 2017 já caiu as
334 parcelas de maio e junho de 2016. Está meio irregular o pagamento, não é? Não está
335 seguindo a cronologia certa. A gente tem pendente as parcelas de julho e agosto de 2015,
336 julho a agosto de 2016 e janeiro a abril de 2017, sendo R\$ 240 mil de 2016 e R\$ 120 mil
337 pendente de 2017. Do PET a gente não teve pagamento referente ao exercício de 2016.
338 Em 2016 caíram parcelas referentes ao ano de 2014 e 2015. Aí a gente tem as
339 pendências de 2016 e 2017. Em 2016 são as 12 parcelas de R\$ 46 mil, e desse ano é até
340 abril. No Capacita SUAS o repasse não é regular, é feito conforme os termos de aceite
341 que o governo federal disponibiliza. Aí no ano de 2016 a gente teve o depósito de
342 R\$1.485.000.00 referente ao aceite de 2014. Essa é a situação do repasse do governo
343 federal para o Fundo Estadual. **GEISIANE:** Ok. Obrigada, Isabela e Marta. Encerrados os



344 informes da SEDESE. Eu passo a palavra para a Sandra, do SINTIBREF, que também
345 tem um informe. **SANDRA:** Bom dia. Eu estou participando do grupo lá na SEDESE das
346 medidas socioeducativas em meio aberto na construção dos novos parâmetros para as
347 medidas socioeducativas. Neste último dia 03 de maio a pasta foi a educação. A conversa
348 foi com a educação. A cada reunião a gente está chamando todas as políticas envolvidas.
349 A gente crer, piamente, que a intersectorialidade vai fazer a diferença nesses novos
350 parâmetros. E foi com a educação. Está sendo um momento muito rico, gente! É hora
351 também da gente "lavar as nossas roupas sujas". Eu até contribuí bastante falando da
352 minha experiência enquanto acolhimento institucional e da dificuldade que a gente tinha
353 de inserir os meninos na escola. A educação, a meu ver, é uma das pastas que mais...
354 Não sei se é por causa da formalidade, do ensino formal... Mas, é mais resistente em
355 flexibilizar a execução do acolhimento institucional. Nós tínhamos vários adolescentes
356 cumprindo as medidas da liberdade assistida e a prestação de serviço para a
357 comunidade. E na hora também de encaminhar para as escolas tem uns horário flexíveis
358 e idades também flexíveis. A gente coloca um menino de 17 anos, no EJA, à noite, com
359 um idoso. E aí ele chega no acolhimento... Eu estou dando esse exemplo para ver o nível
360 de dificuldade. Ele chegava lá e falava: "eu não vou ficar, não! Vocês me colocam lá no
361 EJA em uma sala com os velhos..." É assim! Eu estou reproduzindo a fala deste
362 adolescente: "eu acabo as minhas tarefas em 5 minutos e eu tenho que ficar lá porque
363 eles não me deixam sair." Então são detalhes. Eu estou dando exemplos bobos, mas tem
364 vários outros. Mas todos nós temos que nos unir agora e "lavar a nossa roupa suja" lá
365 mesmo, no sentido das coisas que a gente não conseguiu do esporte, da cultura, da
366 educação, de quem está na execução das medidas e das políticas... É no sentido de
367 efetivamente ter parâmetros que agora atingem esse adolescente e faça com que ele
368 resignifique o ato dele. Eu lembrava do Antônio Carlos da Costa. "Ah! É uma coisa
369 ultrapassada!" Não é, não. Ultrapassada no sentido de já ter outras reflexões mais atuais.
370 Falam-se que o adolescente está em conflito com lei, mas é a lei que está em conflito com
371 ele? Aí eles ficam olhando para a gente assim... A lei está em conflito é no sentido de não
372 ter garantido no estatuto da criança e do adolescente a parte preventiva e tudo que devia
373 está garantido enquanto direito para esse jovem. O outro ponto que eu coloquei também...
374 E aí eu falo: não precisa tirar o sapato para me dar uma sapatada! Eu só estou falando.
375 Que é o Art. 3º do estatuto... E associava muito a minha presença porque eu trafiquei 20
376 anos em uma congregação religiosa, Salesiana, Dom Bosco... No Art. 3º onde que está
377 se falando e pensando nos parâmetros, em propostas pedagógicas e metodológicas...
378 Está lá: ao adolescente cabe oferecer desenvolvimento biopsicosocial, espiritual. Está na
379 lei do ECA. E aí as pessoas olham como se eu tivesse falando de religião, de
380 religiosidade... Não é isso! Vamos decifrar o que é esse 'espiritual' que está no ECA.
381 Qualquer proposta para criança e adolescente a gente tem que pensar nessa dimensão,
382 seja na espiritualidade comigo ou com o outro, com o Cosmo, com a natureza... Eu não
383 sei! Mas está lá no estatuto. Por que que os legisladores buscaram e colocaram esse
384 espiritual lá? Uma série de gente compreendeu que é uma dimensão da constituição do
385 sujeito a espiritualidade. Eu coloco aqui que a gente tem que pensar nisso. Na minha
386 experiência eu estava vendo que os meninos não estavam conseguindo resignificar o ato,
387 pelo contrário. Eles falavam assim: "estou doído para acabar para voltar aqui para o
388 acolhimento." Eu estou tentando dizer que está muito rico quando a gente está chamando
389 a cultura, esporte, educação e a saúde. A cada reunião está sendo uma pasta da política.
390 E está sendo rico no sentido de colocar os desafios e já apontar. Cada grupo que sai tem
391 que fazer um relatório e apontar algumas coisas para o grupo que está na SEDESE
392 organizando para a gente pensar depois a gente pensar como isso vai virar uma prática.



393 Eu faço questão de falar em toda plenária porque eu estou representando o CEAS. Eu
394 tenho contribuído muito no sentido de apontar e dar algumas ideias para a gente pensar
395 em aprimorar. Então é só para poder ficar registrada a riqueza que está sendo. O CEAS
396 está lá, eu estou representando. E está sendo muito participativo. Eu quero crer que nós
397 vamos avançar nas medidas socioeducativas em meio aberto e "fechar a torneira" para
398 não chegar lá nos Centros de Internação. Os espaços que são de garantia de direito
399 acabam que violam. É isso. Obrigada. **GEISIANE:** Obrigada, Sandra. Eu acho que é muito
400 importante a sua fala. Eu acho que é importante que você sempre traga para este pleno
401 os retornos dos trabalhos dessa comissão. Como você mesma disse, você representa o
402 CEAS. Você tem trazido retornos muito importantes. Eu tenho certeza de que são muitos
403 os desafios que temos enfrentado com a adolescência, com a medida socioeducativa em
404 meio aberto. E de fato, a gente tem escutado ainda muito o Antônio Carlos, ele não é
405 nada antigo. A gente tem vivenciado isso nos municípios de forma muito acentuada, então
406 por isso a importância da intersectorialidade. "Na minha escola esse menino não entra!" A
407 gente já escutou isso muitas vezes, não é? Então, porque não discutir com a educação?
408 Porque não a gente trazer para este Conselho e referendar essa discussão que tem sido
409 feita na comissão? Ela é muito rica e muito importante. São muitos os desafios ainda,
410 tanto na medida socioeducativa, quanto no acolhimento institucional e na convivência
411 comunitária. Obrigada mesmo! É muito importante isso o que você traz. **SANDRA:** Eu
412 quero informa a minha participação no Seminário da Reforma Trabalhista e os seus
413 Impactos. Eu fiz a minha inscrição. Eu acho que outras pessoas também participaram. O
414 Volney chegou à tarde. Foi uma riqueza esse seminário. Agora eu estou participando da
415 semana do serviço social também lá na Faculdade Novos Horizontes por estar
416 acompanhando uma estagiária. Teve também um debate lá sobre a reforma. Em todos os
417 debates que a gente vai a síntese é essa: o caos que vai ser se implantar as reformar
418 como elas estão sendo propostas. Não é que não tem que ter reforma... A gente é muito
419 tachado que não queremos o novo e que não queremos sair do lugar. Não é isso Todos
420 os seminários aonde a gente vai tem a síntese falando de como que vai ser muito
421 negativo, principalmente para os municípios. A reforma da Previdência, do BPC, vai ser
422 um impacto muito negativo. Mas foi muito rico. Tivemos uma aula de história desde a
423 escravidão sobre a questão do trabalho. Então eu quero deixar registrado e agradecer.
424 Quero parabenizar a SEDESE por essa promoção desse seminário super atual. Foi muito
425 rico. A gente está sendo multiplicador aonde a gente vai sobre tudo o que estamos
426 escutando. Eu já fui em vários e o que é a síntese: que vai ser uma lástima para a
427 população, para os trabalhadores e para os aposentados e os que estão em vias de
428 aposentar. Então eu só quero registrar a minha participação. Foi muito rico. Obrigada.
429 **GEISIANE:** Obrigada, Sandra. Algum conselheiro inscrito diante dos informes? Wilson e a
430 Maria do Carmo. Wilson, por favor. **WILSON:** Eu quero reforçar o que a colega falou em
431 relação dessa repercussão da educação no futuro da assistência social. É importante sim
432 que essa discussão ocorra, que existam seminários nesse sentido, porque isso é
433 importante, sim. Eu falo como um cara que foi professor durante 13 anos. O professor ele
434 é formado para ser construtivista. O professor é formado para levar em consideração os
435 conhecimentos prévios dos alunos, depois tornar esse conhecimento mais científico e
436 depois quebrar paradigmas. E na prática isso não acontece, o professor quer ser
437 tradicional, ele quer entrar dentro de uma sala de aula e ver os 40 alunos quietos, parados
438 e prestando atenção. A nossa realidade não é essa mais. O outro assunto que eu quero
439 falar é o seguinte, eu até questioneei ontem na comissão de orçamento a questão do
440 Qualifica SUAS. Na época que foi falado o Qualifica SUAS, dos valores que estavam
441 disponíveis nas prefeituras e que a gente iria qualificá-los no sentido de usar este



442 dinheiro, eu vou usar um exemplo que me chamou muito a atenção. Eu entendi que em
443 muitos locais de atendimento não existe um espaço individualizado para atender o usuário
444 da assistência social. Eu não frequento esses locais, então eu não posso afirmar se existe
445 ou se não existe. Mas se esse problema existe, e entendi que existe, naquela época foi
446 falado que uma das destinações desses valores poderiam ser nesse sentido, de está
447 criando espaços onde o usuário da assistência social fosse atendido de forma mais
448 individualizada. Pelo o que eu entendi, isso ainda não aconteceu. E eu acho
449 extremamente importante levantar essa bandeira. A questão do medo, a timidez das
450 pessoas, é uma coisa muito séria. Me doi imaginar uma pessoa em situação de
451 vulnerabilidade, chegando em um ambiente para poder tentar abrir o seu coração, buscar
452 ajuda, e perceber que ela vai ter que fazer isso de forma pública, as vezes na frente de
453 pessoas que ela até conhece e ela não gostaria de está compartilhando isso com as
454 pessoas... Então eu acho que esse Conselho poderia está revendo essa questão do
455 Qualifica SUAS, no sentido de está de está priorizando isso, sabe? Eu acho que isso é
456 muito importante. **GEISIANE:** Obrigada, Wilson. Maria do Carmo. **MARIA DO CARMO:** É
457 só uma curiosidade. A Isabela fez a apresentação dos repasses do governo federal ao
458 Estado. Enquanto o Estado está na sua posição, na sua competência de apoiar os
459 municípios de forma técnica, no direcionamento da proteção básica e do ACESSUAS, ele
460 não tem pactuação de repasse financeiro para este tipo de intervenção? Se utiliza do IGD
461 SUAS? Porque seria um apoio de forma global, não é? E eu não visualizei ali na sua
462 exposição repasse para essas intervenções. **GEISIANE:** Daiana. **DAIANA:** Eu não queria
463 dar um informe, eu queria apenas, como trabalhadora do SUAS e assistente social,
464 parabenizar todos os assistentes sociais pelo o seu dia, que se construiu como semana e
465 mês de luta com a frase: a luta de classe não é empate. Profissional em defesa das
466 liberdades democráticas e dos direitos sociais. Eu quero parabenizar o nosso conjunto
467 CFESS/CRESS pela posse dos seus novos diretores. Quero dizer a eles que lutas virão,
468 mas a nossa categoria precisa se fortalecer a cada dia mais para conseguir a conquista
469 destes direitos sociais que estão sendo a todo momento colocado em xeque. Então
470 parabéns aos assistentes sociais pelo o seu dia. **APLAUSOS.** **GEISIANE:** Obrigada,
471 Daiana. Isabela, por favor. **ISABELA:** Eu queria só complementar o que o Wilson falou da
472 discussão que a gente fez ontem na comissão de financiamento. No Programa Qualifica
473 SUAS ficou pactuado na CIB e aprovado aqui no Conselho que as prioridades do Plano
474 de Apoio Técnico elas são anuais, elas são rediscutida e tal. E para o ano de 2015, que já
475 estava na metade, e 2016, ficou a prioridade da gestão orçamentária e financeira
476 justamente pela questão do alto volume de saldos em conta e tudo mais. Tanto que o
477 primeiro Plano teve até o nome de Plano de Indução Orientada de Gasto. E com base em
478 uma leitura diagnóstica das ofertas em Minas Gerais: Censo CRAS, Censo CREAS,
479 IGDS, foram levantados os pontos prioritários de fragilidade nessas ofertas. Qual que era
480 a idéia? Sabendo as fragilidades, tendo recurso em conta, a idéia era orientar os
481 municípios para usarem os recursos justamente nos pontos de fragilidades, para superar
482 essas questões de fragilidade. Um dos pontos que compôs essa discussão do Plano de
483 Apoio Técnico foi à questão das condições de sigilo nos atendimentos. Wilson, não é que
484 os CRAS não tenham salas individualizadas, é que muitas das vezes a sala são
485 divisórias, é uma sala compartilhada com mais de um profissional, e aí às vezes os
486 profissionais têm que ficar revezando... São essas questões assim. Então era mais no
487 sentido de promover as condições de sigilo no atendimento. Hoje eu não me lembro de
488 nenhum CRAS que não tenha sala individualizada. Tem esse uso da divisória, que não é
489 adequado também. No momento em que o Qualifica foi até os municípios, fez à discussão
490 dos saldos, eles trouxeram todos os pontos que compuseram este diagnóstico. Um deles



491 era o sigilo, outro era acessibilidade, outro era a questão do Plano de Acompanhamento
492 da Família, os indicadores do IGD do Bolsa... Então foram levadas situações específicas
493 daquele município, de acordo com os indicadores que a gente tinha disponíveis. Foi dito:
494 "pelo Censo e pela a situação dos indicadores do seu município a sua situação é essa. O
495 seu saldo é X. Como que a gente pode tentar a utilização desse recurso para superar
496 essas fragilidades?" Só que o planejamento do recurso o município tem autonomia, então
497 a ideias era fazer essa discussão com ele. Muitas das vezes o município falava:"olha! Eu
498 já tenho uma reprogramação no Conselho para este recurso. O meu recurso vai ser
499 utilizado para tal finalidade." A gente fez um balanço desse eixo I no início do ano, mas a
500 gente vai fazer uma discussão mais aprofundada na comissão sobre a questão dos
501 saldos. Eu ia trazer isso no meu relato, mas eu já adianto. Esse é um planejamento que a
502 gente tirou na comissão ontem, de retomar essa discussão dos saldos e ver como que
503 está no Estado de Minas para a gente pensar tanto a estratégia de apoio técnico, quanto
504 também nos embasar para esta discussão. A gente está vendo que os repasses estão
505 descontinuados. A gente tem a portaria de suspensão que complica também a vida dos
506 municípios, as vezes os municípios têm um planejamento já para aquele recurso e estão
507 só esperando as etapas de execução. Isso na leitura que a gente tem feito tem
508 precarizado a lógica do Fundo a Fundo em Minas. E aí a gente ver um pouco o impacto
509 dos repasses, se os saldos diminuíram, ou não diminuíram, tanto dos recursos estaduais,
510 quanto federais. Então a gente vai aprofundar esse diagnóstico. Nós vamos levar as
511 informações dos 287 municípios que foram priorizados no Qualifica para a gente
512 aprofundar também a discussão sobre a situação deles. Aí é só para vocês terem essa
513 notícia. Até porque já foi compartilhada no whatsapp que teve uma declaração da
514 secretaria nacional da assistência social que o orçamento do Fundo Nacional só vai até o
515 mês de agosto. Os recursos só são suficientes para fazer o cofinanciamento até o mês de
516 agosto, e isso também preocupa a gente. Eu acho que essa discussão é importante. Eu
517 acho que a gente precisa aprofundar mais e nos preparar para termos embasamento para
518 essas discussões. Então essa ideia é um pouco o que a gente está discutindo na
519 comissão. Em relação à pergunta da Maria do Carmo, eu achei ótimo. Você vai ver que é
520 um dos pontos que a gente vai trazer na pauta da comissão. A gente fez uma análise da
521 situação de execução dos recursos de saldo da reprogramação do Estado, então a gente
522 trouxe como que foi a execução dos saldos no ano de 2016. Eu vou trazer no relato com
523 mais detalhe e tudo. Mas o que a gente viu? A gente tinha alguns recursos de proteção
524 básica. Quando veio a portaria que regulamentou os blocos da proteção básica e
525 especial, o governo federal entendeu que os Estado não têm bloco de proteção social
526 básica. E aí eles nós mandaram devolver os recursos que a gente tinha de proteção
527 social básica. A argumentação que a gente fez foi muito no sentido que você colocou. Se
528 a gente entende que o SUAS é organizado em dois níveis de proteção, todos os três
529 entes tem dois níveis de proteção, tanto que a gente tem que ter diretoria... A diretoria não
530 executa direto, mas ela faz o apoio técnico, ela faz capacitação. Isso seriam as nossas
531 ofertas, mas o entendimento que o governo federal está tendo hoje. Então, de fato, a
532 gente não tem o bloco da proteção básica, mas não significa que a gente não esteja
533 fazendo as ações. As ações a gente faz com os recursos de apoio técnico, capacitação e
534 com os recursos de gestão. Então é o recurso do IGD SUAS, IGD Bolsa e também do
535 Capacita. Mas aí a gente vai apresentar melhor no relato da comissão. **GEISIANE:** Muito
536 obrigada, Isabela. Antes de passar para o nosso próximo ponto de pauta, aproveitando a
537 fala da nossa colega Daiana sobre a parabenização pelo o dia do assistente social, além
538 de parabenizar os companheiros assistentes sociais aqui presentes, eu quero dizer que
539 no último dia 15 a nova chapa do CRESS tomou posse. Neste Conselho nós temos aqui o



540 Rodrigo que também compõe a chapa, e também o Leonardo Koury que é conselheiro.
541 Eu também componho a nova chapa. Quero dizer que lutar, resistir e sonhar por novos
542 rumos no CRESS é um lema dessa nova chapa. Quero informar que no dia 02 e 03 de
543 junho é a primeira reunião desta nova chapa, correto Rodrigo? VOZ AO FUNDO.
544 **GEISIANE:** Oi? Exatamente! É o dai todo. Então muita força para essa nova chapa.
545 Quero dizer que os assistentes sociais se sintam representados por essa nova chapa
546 porque esforço, com certeza, da nossa parte não faltar para que, de fato, a gente possa
547 lutar, resistir e sonhar por novos caminhos para esse CRESS. Na oportunidade, eu quero
548 fazer um agradecimento para o próprio CRP e o CFP que fizeram homenagem pelo o dia
549 do assistente social. Quero dizer da nossa alegria e do nosso agradecimento também
550 pelo reconhecimento, pela parceria e pela consideração. Muito obrigada. O nosso próximo
551 ponto de pauta é a apreciação da ata plenária 220ª. Ela foi enviada para o e-mail de todos
552 os conselheiros. Ela foi revisada pelo o nosso conselheiro Wilson, representante da
553 Fazenda. Eu quero também na oportunidade agradecer o Wilson, ele vem fazendo as
554 revisões das atas. Quero dizer Wilson que é muito importante a sua colaboração, e
555 agradecer aqui nesse pleno por esse... Ele ficou tão emocionado que até derrubou o café!
556 **RISOS. GEISIANE:** Ai, ai! Então Wilson, muito obrigada. Quero parabenizá-lo pela
557 iniciativa. E mesmo nervoso, a gente quer que você continue fazendo. **RISOS.**
558 **GEISIANE:** Muito obrigada. Os conselheiros receberam a ata revisada pelo o conselheiro
559 Wilson. A gente gostaria aqui de saber se tem alguma colocação a ser feita, alguma
560 correção, ou se podemos considerá-la então aprovada por todos. Alguma manifestação?
561 Então, de novo, obrigada Wilson. A nossa ata está aprovada. Vamos prosseguir então
562 com a posse dos novos conselheiros. Temos espaço na mesa, Consolação? Não, não é?
563 Está todo mundo apertado. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** É. Podia ficar aqui enquanto a
564 Simone não chega. Como eu disse, o conselheiro Guilherme vai tomar posse hoje.
565 Guilherme Contrucci, suplente, representante da Secretaria de Estado da Fazenda. E
566 também, a nova conselheira Ivone Pereira Castro Silva, suplente, representante do
567 Colegiado de Gestores de Minas Gerais. Muito bem-vindos. Vocês vão assinar agora a
568 ata de posse. A gente deseja profundamente que vocês se sintam acolhidos neste
569 Conselho, e que contribuam com os trabalhos. Muito obrigada pela disposição. Eles estão
570 assinando agora o termo de posse, passando a partir de então serem de fato conselheiros
571 estaduais de assistência social. Uma salva de palmas, por favor. **APLAUSOS.** Eu vou
572 abrir para que eles se pronunciem e falem para todos. Guilherme, por favor. Fique a
573 vontade se quiser falar alguma coisa para a gente. Em seguida, a Ivone. VOZ AO
574 FUNDO. **GEISIANE:** Você pode falar no microfone, por favor, Guilherme? **GUILHERME:**
575 Eu não tenho muita condição de falar alguma coisa porque ontem que eu comecei a
576 tomar um pouco de ciência do que que é o CEAS. Eles me indicaram para compor a
577 vaga, e prontamente eu aceitei. Eu espero que eu consiga prestar algum tipo de serviço
578 realmente real. Esse milhão de pessoas que estão aí na rua estão precisando da gente.
579 Eu espero realmente que a gente consiga fazer alguma coisa. É um grande prazer
580 conhecer a todos. Estou totalmente a disposição a qualquer hora do dia e da noite.
581 **RISOS. VOZ AO FUNDO. GUILHERME:** Eu sou da Secretaria da Fazenda... VOZ AO
582 FUNDO. **GEISIANE:** Está registrado! **RISOS. GUILHERME:** Eu sempre falo isso porque
583 eu tenho uma filha quase que especial, então eu mantenho o telefone sempre ligado 24h.
584 Todo mundo sabe que eu mantenho o telefone ligado 24h. Era isso. Estou a disposição
585 de todo mundo. É um grande prazer realmente estar aqui. Estou aí a disposição.
586 **APLAUSOS. GEISIANE:** Muito obrigada. Muito bem-vindo, Guilherme. Mas uma vez,
587 obrigada pela disposição. Com certeza você vai contribuir muito. Ivone, por favor. Fique a
588 vontade. **IVONE:** Também é uma alegria muito grande estar nessa instância. É muito



589 importante. Eu sou assistente social, atuo no município de Cordisburgo como secretária
590 de assistência social. Já estou no segundo mandato. Eu sei o que que é o desafio do
591 município pequeno porte I diante da política de assistência social. Eu também quero me
592 colocar a disposição do CEAS nas condições que a gente tem. Sinto-me muito alegre de
593 estar aqui. Eu quero cumprir este mandato da melhor forma possível. Quero colocar que o
594 desafio para o CEAS, principalmente nesses próximos anos, ele vai ser redobrado, não
595 é? Então, que a gente possa entender o nosso papel de conselheiro, a nossa importância
596 nessa política. Muito obrigada. APLAUSOS. **GEISIANE:** Nós que agradecemos, Ivone.
597 Bem-vinda novamente. Nós vamos passar a palavra agora para a Isabela, que é
598 coordenadora da comissão de orçamento e financiamento. Ela fará o repasse dos pontos
599 da referida comissão. Em seguida, a gente tem a comissão de normas, depois a comissão
600 de apoio e política. Isabela, por favor. VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Na comissão de
601 orçamento ontem a gente teve dois pontos de pauta. A gente teve a presença de quase
602 todos os conselheiros que compõe a comissão: Geisiane, eu, Leonardo Ladeira e o
603 Wilson, com exceção da Cristiane que justificou ausência como já foi dito aqui, ela está de
604 férias. O primeiro ponto que a gente discutiu aqui foi a situação da reprogramação de
605 saldos do FEAS. Fernanda, por ir para a apresentação ao invés do relato. A gente
606 combinou na comissão ontem que a gente não repassaria a apresentação toda aqui
607 porque ela é meio longa. Eu vou falando, caso vocês entendam que seja necessário
608 algum esclarecimento a gente volta, detalha mais, tá? Mas é pela a questão do tempo
609 mesmo. Então eu vou direto ali no consolidado. Tem a informação de tudo, mas eu vou
610 contando um pouco o que foi que a gente discutiu. Primeiro foi o bloco dos programas. No
611 bloco dos programas a gente tem a conta do Capacita SUAS. Aqui a reprogramação de
612 saldos são os saldos do governo federal, então são todos os recursos que a gente recebe
613 do Fundo Nacional. Essa reprogramação inicialmente já tinha sido feita em 2015. Logo
614 que a nova gestão assumiu ela trouxe aqui os saldos que foram identificados e planejou
615 aqui junto ao Conselho. Em 2016 ela trouxe o saldo de 2015, deu continuidade para a
616 reprogramação que tinha sido feita e agora nós estamos dando continuidade nesse
617 processo. A gente fez uma reprogramação que ela envolve quase que o governo todo,
618 então por isso que a gente está trazendo o que que a gente tem feito em cima do
619 planejamento que já foi acordado aqui no Conselho. Hoje a gente está dando
620 continuidade trazendo o saldo de 2015 e a execução em 2016. Então a primeira coluna ali
621 vai ser o saldo, depois vem as informações de 2016. No primeiro bloco, que é dos
622 programas, a gente tem a conta do Capacita SUAS. Em 31 de dezembro de 2015 a gente
623 tinha um saldo de R\$ 1.672.036.95. Durante o exercício de 2016 a gente recebeu o
624 repasse de R\$ 1.485.000.00 Esse repasse é referente ao termo de aceite do Capacita
625 que tinha sido feito no ano de 2014, ele caiu só no ano passado. A gente teve um
626 rendimento de R\$ 240 mil. E utilizou em 2016 o valor de R\$ 908 mil. Aí tem duas
627 observações. No ano passado, vocês vão lembrar, o governo federal abriu contas
628 massificadas no CNPJ dos Fundos. Isso aconteceu tanto nos governos estaduais, quanto
629 nos governos municipais. Então todos os entes tiveram que fazer a transferência. A gente
630 transferiu o recurso para as contas novas, então esses rendimentos, esse valor recebido,
631 já está somando as duas contas. Ali o valor utilizado de R\$ 908 mil ele foi gasto para
632 hospedagem do Capacita SUAS. Aí a gente fechou o exercício de 2016 com o saldo em
633 conta em 31 de dezembro de R\$ 2.487.661.02. Só lembrando que essas informações
634 elas compõe a prestação de contas que a gente faz aqui no Conselho. A gente está
635 fazendo é um recorte, vamos dizer assim, não é? Tratando especificamente dos recursos
636 do governo federal para ter essa análise específica feita no Conselho. Então a gente
637 fechou com esse saldo. Ele está todo planejado para a gente fazer os dois cursos esse



638 ano: curso da vigilância socioassistencial e o curso do controle social. E para o ano que
639 vem o curso da proteção social especial. A gente inclusive já tem contrato e tudo certinho
640 para a gente gastar esse recurso. No PET a gente tinha um saldo em 2015 de R\$
641 305.434.48. Recebemos R\$ 644mil. Pode ser que vocês vejam alguma informação
642 diferente por quê, no dia 29 de dezembro, o governo federal pagou uma parcela de R\$ 46
643 mil. Então as vezes você faz essa consulta e a parcela é considerada. As vezes você faz
644 a consulta e ela não é considerada. É porque, na verdade, a compensação bancária foi só
645 em janeiro de 2017. O valor que consta na consulta do governo federal é aquele ali. Os
646 rendimentos são de R\$ 42.751.22. O valor utilizado no ano: R\$ 105.996.34. Esse valor foi
647 correspondente ao Seminário do PET que aconteceu em julho do ano passado. E aí a
648 gente fechou com saldo de R\$ 932.456.01. O saldo do PET é um saldo alto, a gente até
649 discutiu isso na comissão. A gente já tem um planejamento para esse ano para utilizar o
650 recurso do PET. A gente está construindo um termo de referência com ideia de Encontros
651 Regionalizados de Capacitação e Apoio Técnico. Aí não vai ser só os 72 municípios que
652 fizeram o aceite do PET. É claro que eles são prioritários, mas a gente vai conseguir
653 incluir outros municípios que têm alta incidência de trabalho infantil. Quando a gente tiver
654 o planejamento certinho nós vamos trazer aqui para o Conselho. Mas a ideia é fazer
655 esses Encontros Regionalizados e a produção de materiais técnicos, tipo os cadernos de
656 orientações que já foram feitos, trazendo uma discussão sobre a priorização da criança e
657 do adolescente em situação de trabalho infantil nos serviços, principalmente os serviços
658 de convivência. Esse recurso está planejado dessa forma. A nossa previsão é gastar esse
659 ano. Aí fechamos os saldos em programas em R\$ 3.420.117.03. Passando para os
660 recursos das proteções. A gente tinha um recurso da proteção social básica, que é a
661 primeira linha ali. A gente tinha várias contas antigas que tinham pouquíssimos saldos.
662 Eram mais ou menos 8 contas que totalizam esse valor de R\$ 61.318.50. Quando a gente
663 trouxe aqui no Conselho esse recurso foi reprogramado para fazer orientações técnicas
664 para a proteção básica e apoio técnico que estava dentro do âmbito do Qualifica SUAS. O
665 que aconteceu? Quando teve essa abertura das contas novas dos blocos o governo
666 federal teve esse entendimento, de que o Estado por não ter oferta direta da proteção
667 básica não tem bloco da proteção básica. E aí a gente já tinha replanejado o recurso, o
668 governo federal mandou devolver. Nós falamos: não! Nós já reprogramamos no CEAS,
669 então vamos usar para orientações técnicas na proteção básica. Nós transferimos esse
670 recurso para a conta do IGD, que é onde a gente faz as ações de apoio técnico. O
671 governo federal respondeu que não estava autorizado. Argumentamos novamente.
672 Trocamos três ou quatro ofícios com o governo federal argumentando que a gente
673 entende que todos os entes que compõem o SUAS têm dois níveis de proteção, mas não
674 conseguimos chegar em um acordo com eles. A secretária Rosilene inclusive chegou a
675 conversar com a secretária na época. Mas nós não conseguimos. O governo federal
676 mandou devolver, senão, a gente iria entrar em tomada de conta especial. Então a gente
677 teve que fazer a devolução dos recursos. Os recursos já estavam na conta do IGD. O
678 recurso saiu da conta do IGD e foi devolvido ao Fundo Nacional no ano passado esse
679 valor de R\$ 61 mil. Então, o resto não se aplica, porque não existe mais. Na proteção
680 social especial de média complexidade, que são os recursos da regionalização, a gente
681 tinha um saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 787.182.13. Recebemos em 2016 R\$
682 210 mil. Os rendimentos foram R\$ 72.156.00. O valor utilizado foi de R\$ 501.896.33. Para
683 que foi utilizado esse recurso? R\$ 432 mil foi repassado para os municípios dos
684 CREAS regionais que já existem. O restante deste recurso foi utilizado para
685 manutenção dos CREAS que estavam em processo de implantação. Então, na época,
686 no final do ano, a gente já tinha o aluguel dos CREAS em Almenara e em Águas



687 Formosas. Eles foram inaugurados esse ano, mas já tinham começado a funcionar no
688 final do ano passado. E Peçanha também vai ser inaugurado agora. A gente teve também
689 despesa para comprar placa e alguns materiais que precisavam para equipar o CEAS. Aí
690 deu esse valor de R\$ 501 mil, fechando o saldo de R\$ 566.386.00. Em 2015 a gente tinha
691 na alta complexidade um saldo de R\$ 326.873.87. Recebemos R\$ 415 mil. Alí é somando
692 os recursos da criança e do adolescente – Família Acolhedora, os recursos de adultos e
693 famílias e o recurso de residência inclusiva. A gente recebe para 3 unidades que fazem
694 parte das nossas Casas Lares na memória de cálculo do governo federal. Os rendimentos
695 foram R\$ 43.435.51. O valor utilizado foi R\$ 304.912.00. Aí o repasse foi todo para as
696 Casas Lares que acolhem as pessoas oriundas da extinta FEBEM. Fechamos o ano com
697 o saldo de R\$ 480.366.73. No total do bloco das proteções a gente fechou com o saldo de
698 R\$ 1.046.753.71. Agora é passando para o bloco a gestão. No IGD SUAS a gente tinha
699 um saldo em 2015 de R\$ 250.334.24. Tivemos um valor recebido de R\$ 1.815.31700,
700 com rendimentos de R\$ 57 mil. E utilizamos R\$ 484.052.15 no IGD SUAS. Na proteção
701 especial ali o recurso da média complexidade foi reprogramado para o CREAS regional.
702 E na alta complexidade foi reprogramado para as Casas Lares. Então é seguindo a
703 mesma lógica do planejamento do Conselho. E nos recursos dos programas a
704 reprogramação também foi feita para o próprio programa com orientação do governo
705 federal. No caso do IGD a programação que foi aprovada aqui no Conselho foi de utilizar
706 os recursos para o Programa Qualifica SUAS, então abrange os 04 eixos programa, para
707 aquisição de computadores e para o próprio Conselho. Então os recursos do IGD foram
708 reprogramados para isso. Aí no caso do IGD SUAS a gente destaca que a gente recebeu
709 aquelas 18 parcelas de uma vez. Então o que aconteceu? A gente teve até uma utilização
710 boa, o que a gente utilizou ali corresponde a 220% do saldo reprogramado. A gente tinha
711 um saldo só de R\$ 300 mil. A gente usou praticamente o saldo todo mais uma parte do
712 recurso que a gente recebeu no exercício. Só que o valor que a gente recebeu de uma
713 vez foi alto, então a gente fecha o ano ainda com um saldo alto de R\$ 1.635.252.11. No
714 caso do IGD Bolsa a gente já tinha um saldo alto de R\$ 2.635.050.76. A gente recebeu no
715 ano de 2016 R\$ 954 mil. Tivemos um rendimento de R\$ 263 mil, e utilizamos as R\$
716 1.922.592.62. Volta os slides só para eu poder mostrar como que usou. Volta mais um.
717 No caso do IGD SUAS a gente usou R\$ 340 mil para despesas com manutenção da
718 SUBAS: estagiário, apoio técnico, degravação da CIB, lanche e reunião do COGEMAS.
719 R\$ 5 mil foi com despesa da CIB, essas aí estão separadas porque foi usada uma ação
720 orçamentária específica das instâncias de gestão compartilhada. Mas, na verdade, dos
721 R\$ 340 mil ali também tem dinheiro gasto na CIB viu, gente? É só porque a ação
722 orçamentária era conjunta. E R\$ 138.597.00 foi com o Conselho: estagiário, diária,
723 degravação e lanche. Os lanches aí, conforme foi questionado na comissão, foram os das
724 plenárias ampliadas, porque a gente não tem lanche aqui todo dia. Mas são das plenárias
725 ampliadas. Pode passar, por favor. Pode passar. Pode passar mais um. Como que a
726 gente utilizou o recurso no IGD do Bolsa? R\$ 156 mil foi para pagamento do convênio
727 com a AMM que está no âmbito do Qualifica SUAS; R\$ 1.631.000.00 foi para as
728 Instituições de Ensino Superior no Capacita; R\$ 78 mil foi para a Fundação João Pinheiro
729 também no âmbito do Qualifica SUAS; R\$ 50 mil foi para hospedagem do Capacita. R\$
730 628 mil foi para o coffee break na capacitação do Bolsa Família; R\$ 4.200.00 para
731 confecção dos blocos do Capacita SUAS para o curso da proteção social básica. Então é
732 isso. Pode voltar lá, por favor. A gente fechou o bloco da gestão com o saldo de
733 R\$3.554.870.84. Então, no final do ano, o que a gente teve? Pode passar para o próximo
734 slide, por favor. É para vocês acompanharem comigo de baixo para cima. Pegando saldo
735 de 31 de dezembro de 2015, o saldo total, era de um pouco mais de R\$ 6 milhões. A



736 gente recebeu no exercício R\$ 4.500.000,00 com um rendimento com menos de R\$ 1
737 milhão. Utilizamos o valor de R\$4 milhões e pouco. E fechamos com o saldo de R\$ 8
738 milhões. Então se a gente for pegar o que a gente utilizou de R\$ 4.200.000,00 frente o
739 saldo que a gente tinha no ano de R\$ 6 milhões, a nossa execução não foi ruim em
740 relação aos saldos. Mas a gente recebeu bastante recurso, então a gente fecha o
741 exercício de 2016 com um saldo alto. Porém, a gente lembra aqui que o Qualifica SUAS
742 tem um planejamento grande para este ano. Já estão sendo feitas ações de apoio técnico
743 regionalizadas para os novos gestores, elas já aconteceram nas 20 regionais do Estado,
744 só está faltando a RMBH. Então a gente já teve um gasto bacana com isso com diária,
745 com a equipe de apoio técnico que está indo fazer essas ações. A gente tem no próprio
746 Capacita SUAS dois cursos onde os gastos vão ser maiores esse ano, porque o curso do
747 controle social ele é maior do que os outros porque tem 3 participantes por município ao
748 invés de dois. Então também o gasto que a gente está prevendo esse ano é bem maior. A
749 gente tem as conferências regionais, a gente já está fazendo uma série de ações do
750 Bolsa Família, capacitações regionalizadas de CADÚNICO, capacitações aqui sobre o
751 sistema do Bolsa Família... Então a gente está com uma execução bem alta. Pelo o nosso
752 planejamento a gente gasta praticamente tudo. E aí estamos acompanhando como é que
753 está a execução do governo federal. No planejamento que a gente tem, e que a gente até
754 pensou aqui na forma de discutir o orçamento, a gente precisa das 12 parcelas dos IGDS
755 para gente cumprir tudo o que foi planejado. A gente vai vim trazendo para o Conselho
756 essa discussão do que a gente está recebendo e o que que pode ser que a gente tenha
757 que adaptar no planejamento para caber dentro dos recursos que a gente tem, pensando
758 que no ano que vem a gente tem mais um curso do Capacita. Então também tem esse
759 ponto de atenção aí. Bom, então em relação aos recursos do governo federal era isso.
760 Aqui é mais para o conhecimento do Conselho. A gente não trouxe nenhum ponto para
761 deliberação, não. O ponto dois, que é de deliberação, é o Plano de Ação de 2017 no
762 governo federal. Aí eu vou pedir para você colocar a apresentação, por favor, Fernanda.
763 Não está aí? É a apresentação que a gente fez ontem. A gente combinou que
764 iríamos passar a apresentação, lembra? É porque lá tem a memória de cálculo, e aí fica
765 mais fácil para a gente acompanhar. Eu acho que está aí. Aí! Ótimo! Então vamos lá!
766 Como vocês já sabem, o Plano de Ação é um instrumento eletrônico de planejamento e
767 previsão da utilização dos recursos do governo federal pelos Estados e municípios. Ele é
768 necessário para a continuidade da transferência regular e automática dos recursos do
769 cofinanciamento federal. A portaria 61 desse ano estabeleceu cobertura do Plano de Ação
770 a partir de 03 de abril. Aí também é para o conhecimento dos prazos. Os gestores têm até
771 02 de junho para preencherem o Plano de Ação. Os Conselhos têm até 02 de julho para
772 enviar o parecer em relação ao Plano de Ação. Então a gente está um pouquinho
773 adiantado, mas melhor assim. Pode passar, por favor. Aí eu trouxe o print do PDF de
774 como que está o Plano de Ação inserido lá pela gestão. A gente primeiro tem os dados do
775 órgão proponente atualizado da gestão atual. Pode passar. Os dados do órgão gestor da
776 assistência social, os dados do Fundo Estadual, os dados do Conselho. Pode passar. É aí
777 que vem a parte mesmo do planejamento. É para a apreciação do Conselho. No primeiro
778 ponto nós temos a previsão de atendimento físico, e aí vem a previsão de atendimento
779 dos recursos de gestão. O primeiro ali é o IGDE, é o IGD do Bolsa Família. Ali a gente
780 tem uma coluna que é o parâmetro para a identificação da meta. O governo federal traz
781 um parâmetro com base o que a gente executou no exercício anterior. A gente tem que
782 fazer o planejamento da meta física, que é a terceira coluna ali. Então é a terceira coluna
783 que a gente preenche. Passa mais um, por favor. O que que a coordenação estadual do
784 Bolsa e a diretoria de transferência de renda fez para planejar essa meta? Fez uma



785 análise da série histórica da taxa de atualização cadastral dos municípios de Minas
786 Gerais, da taxa de frequência escolar e da taxa da agenda da saúde, pegando os anos de
787 2014/2015/2016. E aí fez uma ponderação pensando que nesse ano a gente teve
788 mudança de gestão, então os gestores estão se familiarizando com as obrigações do
789 Bolsa Família. A diretoria fez um planejamento mais cuidadoso, então não está muito
790 audacioso, não. Vocês vão ver que a idéia é que na atualização cadastral a nossa
791 referência é 070, a idéia é manter o 070. Nessa referência de pactuação a gente não
792 pode colocar nada que seja menor, tem que ser igual ou maior. Pode passar. Pode
793 passar mais um. A gente tem o ID CRAS médio. Considerando também a série histórica,
794 a diretoria de serviços socioassistenciais previu que a gente pode alcançar uma melhoria
795 de 7% nesse ano de 2017. Isso corresponde uma mudança de 071 para 076. E na
796 execução financeira, a gente tem 078 como referência e a meta de 090 para este ano.
797 Gente, as metas são referências. Quem é do município sabe, não acontece nada de sério.
798 Pode acontecer se o Conselho não aprovar, não é? Se o Conselho entender que caiu
799 muito e que isso quer dizer de uma má utilização do recurso, então o Conselho reprova a
800 prestação de contas. Mas a princípio é uma análise do Conselho. O governo federal não
801 tem esse olhar de punir se atendeu a meta ou não, é um planejamento principalmente
802 para subsidiar o Conselho. No caso do serviço, na proteção de média complexidade, eles
803 dividiram o recurso da regionalização de dois modos. O primeiro é o recurso que eles
804 chamam de modelo I, são os CREAS regionais mesmo. No nosso caso, dos 10 que nós
805 fizemos o aceite, são 9. E o modelo II, são só CREAS municipais com o cofinanciamento
806 regionalizado. Foi 1 CREAS regional que a gente transformou em 4 municipais. Pode
807 passar, por favor, Fernanda. No caso dos CREAS regionais a referência que a gente está
808 colocando são 400 casos por mês. No caso da especial essa é a lógica. Com a memória
809 de cálculo são o quê? 5 CREAS regionais implantados até o final desse ano vezes 80
810 atendimentos por mês, que é a referência que a NOB traz para o CREAS regional. Aí no
811 caso dos CREAS municipais, são 4 CREAS municipais implantados vezes 50
812 atendimentos por mês, que é a referência para o CREAS no município desse porte. Aí é a
813 alta complexidade. Pode passar, por favor. No Piso para criança e adolescente a meta é
814 referente ao família acolhedora regional. Eu estou estendo muito não é, gente? Eu estou
815 falando muito. Deixa eu ir mais rápido aqui porque já são 11h. São 4 serviços implantados
816 vezes 15 atendimentos. Se deixar eu falo a manhã toda! RISOS. **ISABELA:** São 4
817 serviços implantados vezes 15 atendimentos por mês, que dão 60 de referência. Pode
818 passar. Adultos e famílias vai ser implantado esse ano, no segundo semestre, são 50
819 vagas, então é 1 serviço vezes 50 atendimentos por mês. Os serviços de residência
820 inclusiva são as 46 unidades e 31 entidades que a gente tem. A meta ali são 356 pessoas
821 que hoje a gente tem acolhido nas Casas Lares. E no caso do PET, são 62 municípios
822 que aderiram o PET em Minas Gerais e que o Estado tem a responsabilidade de prestar
823 apoio técnico e capacitação. O governo federal traz para a gente a previsão do
824 cofinanciamento. A previsão do IGD Bolsa é R\$ 9 mil por mês; IGD SUAS R\$ 97 mil por
825 mês; média complexidade são R\$ 180 mil por mês para os CREAS modelo I; R\$ 20 mil
826 por mês para os CREAS municipais; R\$ 40 mil por mês para o família acolhedora; R\$ 10
827 mil por mês para o serviço de adulto e família; R\$ 30 mil por mês para as residências
828 inclusivas; R\$ 46 mil por mês para o PET. No resumo ali a gente fecha com o valor total
829 repassado pelo Fundo Nacional de R\$ 6.260.183.81. Os recursos próprios alocados no
830 Fundo Estadual totalizam R\$ 84.471.086.00. Esse é o recurso que a gente tem na LOA.
831 Aí é o Fundo Estadual viu, gente? O Plano de Ação até hoje não está adaptado para o
832 Estado, então ele repete as mesmas lógicas que os municípios. Fica escrito Fundo
833 Municipal, mas é Fundo Estadual. Eu coloquei assim porque é assim que sai no Plano.



834 Então totaliza R\$ 90.731.269.81. É isso. O indicativo da comissão foi para a aprovação do
835 Plano de Ação. Esse é um ponto para deliberação da plenária. E aí a gente coloca em
836 discussão. **GEISIANE:** Em discussão. Juanita. Tem mais alguém inscrito? Por favor, pode
837 falar, Juanita. **JUANITA:** Bom dia a todos. Isabela, com relação a reprogramação de
838 saldo que foi apresentada, o Estado se aplica na resolução da CIT de suspensão de
839 recurso com relação aquelas lacunas do não recebimento de parcelas de 2016? Sim? Tá.
840 Essa é uma questão. A outra questão é com relação ao Plano de Ação de 2017. Eu penso
841 que a gente podia repensar a meta física da atualização cadastral do IGD Bolsa Família
842 na manutenção do 0.7. Considerando dentro das variáveis, é a ação que está mais ligada
843 a SEDESE. A gente tem um saldo de recursos nessa ação, não é? E a gente ver que
844 todas as outras ações que a SEDESE não tem governabilidade direta vocês propuseram
845 um aumento. E na ação que a SEDESE tem governabilidade... A gente viu que tem
846 muitas ações de capacitações na hora que a Marta coloca os informes. Essas ações de
847 capacitações diretamente impactam na atualização cadastral, não é? Então se a SEDESE
848 em 2017 vai manter essa lógica de aumento na capacitação da atualização cadastral, isso
849 obviamente vai gerar uma melhora na variável da atualização cadastral. É o que está
850 diretamente ligado a SEDESE. Então eu penso que a gente podia rever. Eu sei que você
851 explicou que foi feita uma média dos três últimos anos: 2014/2015/2016, mas eu acho que
852 manter em 0.70... Eu acho que agente poderia fazer uma meta aritmética proporcional do
853 que está sendo aumentado nas outras duas variáveis e aumentar na atualização
854 cadastral. Essa questão de mudança na gestão municipal é uma continuidade. Como a
855 gente ainda tem essa fragilidade dos profissionais do SUAS, por não ser a grande maioria
856 profissionais concursados, então isso vai ser um problema eterno da gestão. Eu queria
857 trazer essa discussão para este Conselho debater e a gente tentar elevar o patamar do
858 0.70 da atualização cadastral. É só isso. **GEISIANE:** Volney. **VOLNEY:** Eu acho que nós
859 precisamos corrigir os erros. Então, naquela última lâmina, onde é citado a nível municipal
860 e é estadual, aonde que nós poderíamos sugerir que faça a correção eletrônica disso aí?
861 VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Oi? Pois é! Mas está sugerindo e não está tendo resposta da
862 questão? VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** A gente tem que ir corrigindo, não é? Eu quero
863 fazer essa indicação para essa correção. **GEISIANE:** Isabela. **ISABELA:** Volney, em
864 relação a essa questão, a gente comunica todo o ano pedindo a retificação. Vamos
865 continuar comunicando... VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Não. Não é para o CNAS.
866 Geralmente a gente manda para o Fundo. **VOLNEY:** O CNAS não poderia encaminhar
867 isso? Porque se o Fundo não está atendendo... Manda isso para o CNAS também.
868 **ISABELA:** Podemos, sim. **VOLNEY:** Eu acho interessante. **ISABELA:** Sim. Em relação a
869 questão da suspensão, a portaria 36 ela se aplica também ao Estado. E aí o que tem a
870 suspensão dos recursos para os serviços, eu até trouxe isso um pouco no início. No caso
871 da média complexidade, o governo federal estava considerando uma parcela de R\$ 40
872 mil. E aí considerando a parcela de R\$ 40 mil, a gente entrou em suspensão no final do
873 ano passado. Mas situação já foi corrigida esse ano, nós já tivemos uma boa execução
874 dos recursos. No ano passado a gente conseguiu implantar os CREAS no final do ano,
875 então é neste ano que a gente teve um aumento bem considerado na execução. Só que a
876 apuração é trimestral. Então a gente saiu em março da situação da suspensão pelo
877 volume de saldo. Eu já entrei em contato com o Fundo Nacional questionando porque lá
878 no site continua aparecendo como se a gente estivesse suspenso, mas não apareceu a
879 apuração do primeiro trimestre desse ano. Eu estou entendendo que quando aparecer vai
880 aparecer certo, que nós já saímos da suspensão. Mas o recurso de abril ainda não caiu.
881 Então a gente vai acompanhando igual a gente tem acompanhado nos casos dos
882 municípios. No caso da atualização cadastral Juanita, eu entendo a colocação que você



883 fez, mas a avaliação que a gente faz é que a gente está fazendo essas ações de
884 capacitação e que estão super intensificadas nesse ano, só que o impacto vai ser só no
885 ano que vem. O impacto não vai ser na apuração desse ano, entendeu? Então, talvez
886 para o ano que vem sim, a gente pode prever um aumento maior. Mas para esse ano a
887 gente acredita que não vai dar para sentir essa melhora tão grande ainda no exercício de
888 2016. Por isso essa proposta. A gente fazendo mais não impede que a gente continue
889 fazendo o acompanhamento aqui no Conselho, de trazer a execução do Bolsa aqui para o
890 Conselho e tudo mais. Mas o indicador mesmo a gente vai verificar só no ano que vem.
891 Por mais que o Bolsa manda a atualização o tempo todo para a gestão, no indicador para
892 a apuração do recurso está um gap muito maior. Então não cai certinho. Aí eu não sei se
893 a Débora quer complementar... **GEISIANE:** Agora a gente tem o ponto do Plano de Ação
894 para ser aprovada. A Isabela vai fazer a leitura da resolução. **ISABELA:** Dispõe sobre o
895 Plano de Ação de Assistência Social de 2017 apresentado no sistema SUAS WEB da
896 Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social. O Conselho Estadual de
897 Assistência Social – CEAS/MG no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 13
898 da lei estadual 12.262 de 23 de julho de 1996, pela norma operacional básica do SUAS
899 2012 e, considerando a deliberação da 222ª plenária ordinária realizada no dia 19 de
900 maio de 2017; considerando que o Plano de Ação SUAS/WEB de 2017 é o planejamento
901 para utilização dos recursos federais alocados no Fundo Estadual de Assistência Social –
902 FEAS no ano de sua referência, resolve: Art. 1º Fica aprovado o Plano de Ação de
903 Assistência Social no Estado de Minas Gerais disposto no sistema SUAS/WEB relativo a
904 2017. Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. **GEISIANE:**
905 Alguma manifestação? Podemos votar? Então, por favor, os conselheiros titulares com o
906 crachá amarelo. Aqueles que aprovam a resolução, por favor, levantem o crachá amarelo.
907 Podem abaixar, por favor. Contrários. Abstenções. Então, por unanimidade, a resolução
908 foi aprovada. Antes de passar para a próxima comissão, que é a comissão de normas, eu
909 quero passar a palavra para a presidente Simone Albuquerque, que acabou de chegar.
910 Ela teve justificada a sua ausência na parte da manhã. Por favor, fique a vontade. Bem-
911 vinda. Pode fazer os cumprimentos. **SIMONE:** Bom dia conselheiros (as). Quero
912 cumprimentá-los. Dizer da alegria de estarmos juntos aqui de novo discutindo com muita
913 seriedade e compromisso a política de assistência social em Minas Gerais. Quero
914 cumprimentar a nossa secretária executiva, Consolação, e em nome dela toda a equipe
915 da secretaria executiva. Quero agradecê-los pelo empenho e pela dedicação a este
916 Conselho. Eu acho que nesse pleno nós temos muitas coisas para poder discutir, em um
917 ano muito importante porque é o ano de conferência e o ano também de eleição de nosso
918 Conselho Estadual. Então eu só quero cumprimentá-los, e agradecer a nossa vice-
919 presidente pela colaboração permanente com a gestão deste Conselho. Muito obrigada.
920 **GEISIANE:** Nós que agradecemos Simone. Bem-vinda. Agora é o Rodrigo, que é o
921 coordenador da comissão de normas. Ele vai fazer então os repasses dos trabalhos da
922 comissão. **RODRIGO SANTOS:** Bom dia a todos. A comissão de normas se reuniu no dia
923 de ontem, nesse local. Vamos lá para o ponto um. O primeiro tema nosso é: reunião
924 nossa com os azeiros da UHE Barra de Braúna. Eu queria pedir licença para todos os
925 conselheiros para eu poder ler, dada a importância do ponto. Em outubro e novembro de
926 2016 o CEAS realizou a avaliação do Programa de Reativação Econômica implantado em
927 Laranjal para atender as famílias atingidas pela UHE Barra de Braúna, objetivando apurar
928 denúncias de um morador local a respeito do Plano que, segundo o denunciante, aquela
929 agremiação não viu nem de perto qualquer benefício para justificar o objetivo de recursos
930 financeiros então repassados a Associação. Durante a visita foi constatado, de modo
931 geral, que todos estavam satisfeitos com os resultados obtidos com as cooperativas.



932 Porém, durante a entrevista, houve denúncia que havia pendências em relação aos
933 areeiros no cumprimento da Brookfield de acordo feito entre a empresa e os areeiros de
934 instalar um areal na região. Ainda, que houve um estudo de inviabilidade de instalação
935 desse empreendimento recomendado pela empresa. Os atingidos solicitaram uma
936 reunião com o CEAS e a Brookfield. Atendendo a solicitação dos atingidos, a comissão de
937 normas reuniu com os areeiros e representantes do empreendedor da Brookfield na tarde
938 do dia 18/05/2017, ontem. Durante a reunião o grupo de areeiros que representava
939 apenas o areal JM desinstalado, quanto da implantação da Barragem UHE Barra de
940 Braúnas, apresentaram as duas pendências referentes aos acordos individuais realizados
941 durante as negociações da criação da cooperativa de areeiros e a instalação de um novo
942 areal na região. Ainda, os areeiros informaram sobre os dois casos de moradores de
943 Laranjal que foram atingidos pela Barragem e estariam em vulnerabilidade. Essas
944 situações eram desconhecidas por este CEAS. Os areeiros apresentaram durante a
945 reunião uma mensagem enviada via whatsapp por um empregado da Brookfield sobre os
946 acordos realizados e não cumpridos pela empresa. Esta mensagem será enviada via
947 correspondência eletrônica ao CEAS que constará a súmula detalhada dessa reunião.
948 Todos os aspectos foram muito debatidos pelas partes. Sobre a instalação do areal o
949 empreendedor explicou que há um estudo ambiental que conclui pela não viabilidade de
950 exploração de areia na região da UHE Barra de Braúna. No final da reunião os atingidos
951 foram indicando possíveis soluções para as suas pendências. Em caso de não instalação
952 do areal, esses indicativos serão analisados pelo empreendedor. Os atingidos também
953 ficaram de informar ao CEAS, até segunda-feira, mais detalhes sobre as duas pessoas
954 que estariam em situação de vulnerabilidade para vistas de representantes deste
955 Conselho e devidos encaminhamentos. Passando para o encaminhamento: a comissão
956 sugere a elaboração da súmula detalhada da reunião e enviar para os areeiros e a
957 empresa; agendar uma visita ao município de Laranjal para conhecer a situação das
958 pessoas citadas na região; aguardar no prazo de 30 dias a avaliação do empreendedor
959 Brookfield. Ponto dois: processo de eleição da sociedade civil em Sarzedo. O Fórum dos
960 Trabalhadores do município de Sarzedo encaminhou ao CEAS um ofício e
961 correspondência eletrônica que apresentam dúvidas em relação aos critérios adotados
962 para o processo de eleição da sociedade civil do CMAS/Sarzedo. Ainda, solicita um
963 parecer deste Conselho. Anexo: cópia da lei municipal 289/2005 de 26/12/2005 que
964 dispõe sobre a criação do Conselho no que se refere a sua composição. Foi realizada
965 uma análise técnica dos aspectos informados pelo Fórum comparando com o que é
966 disposto na legislação e nas orientações federais vigentes. No ofício constam as
967 seguintes informações que merecem destaque: conforme a lei municipal 289/2005, a
968 representação da sociedade civil deverá atender os seguintes critérios: 2 representantes
969 de entidades e usuários ou de defesa dos direitos dos usuários da assistência social no
970 âmbito municipal; 2 representantes de entidades prestadoras de serviços da área de
971 assistência social no âmbito municipal; 1 representante de entidades e trabalhadores da
972 assistência social. Sendo, apenas admitida a participação apenas no CMAS de entidades
973 juridicamente constituídas e em regular funcionamento. A eleição ocorreria atendendo as
974 seguintes definições: haveria eleição apenas para os trabalhadores; as vagas de
975 representantes de entidades seriam preenchidas automaticamente por duas entidades
976 que prestam serviço de alta complexidade em Ibirité inscritas no CMAS/Sarzedo através
977 de convênio, uma vez que o município não dispõe de tal serviço. A justificativa para tal é
978 de que, no momento, estas são as únicas entidades inscritas no CMAS que compõem a
979 rede socioassistencial. Uma entidade de defesa dos direitos dos usuários – APAE teria
980 assento no CMAS como representante do segmento de usuários. Posto que na lei de



981 criação do Conselho exige que para ter assento no CMAS o usuário tem que pertencer a
982 alguma entidade. E os usuários do serviço de assistência social do município ainda se
983 organizaram em coletivos. A partir das análises das informações apresentadas pelo
984 Fórum de Trabalhadores de Sarzedo, constatou a rela necessidade de adequação da
985 legislação municipal nas normas nacionais vigentes, ao que se refere a composição e o
986 processo da escolha da sociedade civil do CMAS. A comissão faz o seguinte
987 encaminhamento para a plenária: considerando o fato de que o processo de escolha do
988 CMAS/Sarzedo está seguindo as orientações da lei municipal 289/2005, datada de
989 26/12/2005, que está em desacordo com a legislação nacional vigente, sugere-se ao
990 CEAS que encaminhe ofício ao CMAS/Sarzedo solicitando as adequações, ressaltando o
991 seu caráter de urgência em orientando que não ocorra o processo de escolha seguindo a
992 lei atual. E que faça uma proposta de transição, com tempo determinado, aprovada pela
993 plenária do CMAS e publicizada por meio de resolução. Que nesta proposta conste o
994 processo de escolha seguindo as regras nacionais atualizadas para um mandato
995 extraordinário até que a lei seja aprovada pelo legislativo municipal, garantindo um novo
996 processo após a aprovação da lei para que haja a devida representação da sociedade
997 civil; Ainda, a comissão de normas sugere encaminhar ofício ao CMAS/ Sarzedo com a
998 análise técnica, anexa, convidando para participar da comissão de normas no próximo
999 mês, também estendendo o convite para o gestor municipal; Encaminhar resposta ao
1000 Fórum de Trabalhadores, e também convidando para a reunião no próximo mês. Ponto
1001 três: revisão da resolução 318/2010. É aquela resolução que dispõe sobre o processo de
1002 análise dos procedimentos relativos ao PAS/Barragem. Contextualizando aos
1003 conselheiros aqui, a gente já tinha iniciado algumas discussões no segundo semestre do
1004 ano passado. Por motivos que a gente já trouxe aqui, por uma possibilidade de uma nova
1005 lei na ALMG, este processo foi paralisado. Então a comissão de normas está trazendo
1006 novamente para este pleno. O encaminhamento da comissão: encaminhar novamente
1007 para todos os conselheiros essa resolução 318 para análise; Pautar a discussão nas
1008 reuniões da sociedade civil e do governo no mês de junho; No mês que vem apresentar
1009 os destaques na plenária 223^a, de junho, para aprovação. Ponto quatro: planejamento da
1010 comissão de normas. A gente está trazendo aqui para a apreciação desse pleno: revisão
1011 da lei estadual 12.266 de 96, que é a nossa lei de assistência social; A lei 12.227 de 96,
1012 que é a lei do FEAS. A proposta dessa comissão é reunir no mês de junho com a
1013 comissão de orçamento e financiamento para debater sobre possíveis mudanças na lei
1014 estadual. Nesse encaminhamento a gente não incluiu a lei estadual 12.262 de 96 porque
1015 ela ainda está sendo discutida entre nós a respeito de como que vamos trazer um produto
1016 para esse pleno. Mas já existe o compromisso dessa comissão tratá-la. Logo abaixo, na
1017 segunda ação: revisão da resolução 318, a qual eu acabei de citar no item anterior a
1018 urgência de a gente está fazendo essa revisão e trazer para aprovação nesse pleno. O
1019 ponto três desta ação é: analisar a resolução do CEAS 373 de 2011 que dispõe sobre a
1020 regulação e o cofinanciamento estadual dos benefícios eventuais. Como encaminhamento
1021 a gente traz: consultar a diretoria de transferência de renda da SEDESE para previsão da
1022 realização da oficina sobre os benefícios eventuais. E informar o interesse da participação
1023 das comissões de normas juntamente com a comissão de política para tratar do assunto.
1024 Então eu estou trazendo o nosso trabalho de ontem. A palavra está franqueada para os
1025 conselheiros. **GEISIANE**: Temos inscritos: Simone e a Juanita. Temos mais inscritos?
1026 Sandra. Simone. **SIMONE**: Primeiro eu quero dizer que sou membra dessa comissão. Foi
1027 uma reunião muito difícil, como todas as reuniões que tem com os atingidos e os
1028 empreendedores. É sempre muito difícil, principalmente porque a gente precisa melhorar
1029 os nossos parâmetros, não é? Primeiro eu quero dizer isso. Eu acho que a participação



1030 do nosso conselheiro William foi muito importante. Eu acho que ele como uma pessoa que
1031 viveu a situação, mas viveu de forma coletiva, viveu com interesses que não eram seus,
1032 também trouxe uma dimensão importante para o nosso debate. Depois a gente precisa
1033 aprofundar parâmetros de como que garante de fato os direitos para os atingidos de
1034 barragem. Eu acho que o conselheiro William vai poder nos ajudar muito nessa
1035 interlocução. Eu vou aqui talvez até por falta de clareza minha, coordenador. O senhor até
1036 me perdoe também se eu não falar corretamente. Eu fiquei achando que... Eu não sei se
1037 é exatamente isso que eu compreendi da reunião. Ficou assim: todos os aspectos foram
1038 muito debatido pelas partes. Sobre a instalação do areal, o empreendedor explicou que
1039 há um estudo ambiental que conclui pela não possibilidade de exploração da área na
1040 região da UHE Barra de Braúna. No final da reunião os atingidos foram indicando
1041 possíveis soluções para as suas pendências em caso da não instalação do areal. Esses
1042 indicativos serão analisados pelo empreendedor. E depois coloca: também os atingidos
1043 ficaram de informar ao CEAS, até segunda-feira, mais detalhe sobre as duas pessoas que
1044 estariam em situação de vulnerabilidade para visita de representantes deste Conselho e
1045 devidos encaminhamentos. Bem, o que eu entendi, pode ser que eu tenha compreendido
1046 errado, mas é o que estava em discussão era a viabilidade de renda para os atingidos, e
1047 que para a renda dos atingidos tinha sido feito uma proposta, um acordo, de criar uma
1048 cooperativa de areeiros. O empreendedor tinha mostrado que não havia viabilidade
1049 econômica para isso. O estudo mostrou isso. Diante disso, então foi feito um acordo onde
1050 os atingidos não estavam se sentido contemplado. Eles fizeram propostas individuais,
1051 então eu acho que essas propostas deveriam estar contidas aqui no nosso relatório. O
1052 que que eles fizeram de proposta? Um deles: comprar um caminhão 2012 para
1053 recuperação da dívida bancária advinda do processo de desgaste da situação que o
1054 empreendimento trouxe a ele. O outro propôs: pagamento de R\$ 500 mil de indenização.
1055 E o outro que estava presente: um emprego na Brookfield. Essas foram às sugestões
1056 individuais. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Mais o dinheiro. Mas eu não me lembro o valor.
1057 Ah! É no valor de um caminhão. Isso são acordos individuais. Mas também a empresa
1058 ficou de apresentar: ou atender individualmente as demandas de reparo, ou apresentar
1059 uma proposta de geração de renda cooperada apresentando a viabilidade de mercado
1060 para a mesma. Foi isso o que eu entendi da reunião. Isso é uma coisa que eu acho que
1061 deveria constar sim aqui no nosso relato, na súmula. E também, o que eu entendi, é que
1062 os atingidos ficaram de informar ao CEAS, até segunda-feira, mais detalhes sobre as
1063 pessoas, não sobre duas pessoas. Eles tinham o conhecimento de duas pessoas, então
1064 relataram duas. Mas eles iriam fazer um levantamento de quais seriam as outras pessoas
1065 que se encontravam em situação de vulnerabilidade e de risco lá no município. Essa foi a
1066 minha compreensão. Eu queria ver aqui com os colegas, principalmente os que
1067 participaram da reunião, se é isso mesmo, ou não. Foi o que eu compreendi. **GEISIANE:**
1068 Está inscrita aqui a Juanita. **JUANITA:** Bom, o que eu queria maiores esclarecimentos é
1069 nessa lógica também da fala da Simone. Mas eu queria compreender melhor a seguinte
1070 situação: o CEAS esteve em Laranjal devido a uma denúncia com relação aos recursos
1071 que foram repassados para a Associação e não foram usados, alguma coisa nessa lógica,
1072 pelo o que eu percebi. Lá nessa reunião teve denúncia de próprio areeiro, que já não era
1073 a denúncia do vereador, falando que a empresa não cumpriu o acordado com relação a
1074 indenização dos areeiros e que tinham pendências nesse sentido. E também que tinha
1075 até um whatsapp trocado do empreendedor que relatava essa denúncia. VOZ AO
1076 FUNDO. **JUANITA:** Ex-empregado. Tá. Essas pessoas que tinham feito essa denúncia
1077 não estavam no momento da reunião? Para a gente ver no teor da reunião da comissão
1078 se isso foi levado na reunião com a comissão quais que foram essas denúncias. A



1079 Simone relatou as pendências individuais, pelo o que entendi. Eu não sei se são essas, e
1080 se essas pendências que foram identificadas são as que deram prazo ao empreendedor
1081 de respostas com evidências comprobatórias de cumprimento, ou não, do que foi
1082 acordado em 30 dias. Era essa a minha solicitação de esclarecimento. A outra questão é
1083 com relação... Como a gente não foi deliberando item por item, eu posso estar ficando
1084 confusa porque é muita informação. A questão da denúncia do CMAS/Sarzedo, com
1085 relação a deliberação, eu penso que a poderia colocar ali uma ação de assessoramento
1086 técnico da SEDESE com o município com relação a essa atualização da lei do município.
1087 Se eu não me engano, a atualização da legislação ainda é uma meta do Pacto de
1088 Aprimoramento de Gestão. A lei dele é do Conselho Municipal. O que a comissão está
1089 sugerindo ali é: enviar ofício para o Conselho solicitando a atualização da legislação. Mas
1090 a gente sabe que essa é uma ação que impacta também na gestão. A teria que ser uma
1091 deliberação de assessoramento técnico desse município com relação a essa atualização,
1092 até para ver se ele cumpriu essa meta do Pacto de Aprimoramento de Gestão. Obrigada.
1093 **GEISIANE:** Sandra. **SANDRA:** É no item do Conselho de Sarzedo. É muito nessa linha
1094 que você falou também. No segundo relato aí, da composição do Conselho, super
1095 fechada, e a partir de um princípio que hoje só tem dois equipamentos lá. Então é só...
1096 Querendo atrelar o quem tem hoje na realidade é só uma legislação pelo o que eu
1097 entendi, Rodrigo. Eu não sei no ponto lá representante de entidade, porque só teria
1098 eleição para os trabalhadores. Os outros, automaticamente, já entram para fazer a
1099 composição devido a realidade que está lá hoje, porque só tem duas entidades. Isso é
1100 hoje! Amanhã é amanhã. A legislação tem que se aberta segundo as normativas
1101 nacionais. A gente tem que decidir rapidamente sobre isso. Eu só estou acrescentando
1102 porque ela já pediu o assessoramento da SEDESE lá no município. **GEISIANE:** A Maria
1103 do Carmo está inscrita. **MARIA DO CARMO:** Eu queria só reforçar que na súmula eu
1104 senti falta da informação de que quando o empreendedor explicou que há um estudo
1105 ambiental que conclui pela não viabilidade da exploração de outro areal lá. Ele também
1106 apresentou um documento de estudo técnico, eu acho que assinado por um engenheiro,
1107 de que não seria viável essa implantação de novo areal lá. Eu acho que nós compomos
1108 melhor o processo. Eu concordo com a Simone. Também foi falado ontem lá de que isso
1109 vai perdurar por 10, 20 anos se não colocar um ponto final nessa demanda e nessas
1110 queixas. Então é importante apurar agora de forma conclusiva quais são as demandas
1111 ainda existentes. Ontem lembraram de apontar dois casos de famílias lá em situação de
1112 vulnerabilidade. Então, que isso seja realmente concluído. Que seja realizado um estudo
1113 final de quantos são os atingidos que realmente não foram atendidos plenamente para se
1114 encerrar isso e concluir com um acerto final lá com o empreendedor qual será a sua
1115 obrigação para encerrar essa situação. Eu só quero ressaltar também a importância da
1116 gente concluir essa revisão com a resolução 318, porque é a que determina o processo
1117 de análise para esses empreendimentos. Se a gente não tiver uma normativa que dê uma
1118 boa orientação para depois a gente dar um parecer enquanto Conselho a gente fica
1119 depois em uma situação muito delicada. Eu acho que ela ainda não está adequada com o
1120 que deve conter nesse processo para esses empreendimentos de barragem. Então eu só
1121 quero ressaltar que a gente precisa com urgência reformular essa resolução. **GEISIANE:**
1122 Wiliam. **WILIAM:** Eu queria só reforçar o que Simone falou. Eu concordo com o que ela
1123 falou. Deixa eu lembrar o nome do cidadão aqui que pediu a indenização de R\$ 500 mil...
1124 Ele também pediu a licença para abrir uma estrada para alcançar a terra que ele tem.
1125 Para ele poder chegar nessa terra, ele tem que passar dentro da área de APP. Ele então
1126 pediu a verificação para essa licença também. Ele pediu para que isso fosse constado na
1127 súmula. O Geovani pediu para limpar o nome dele, porque o nome dele está sujo. O CPF



1128 dele está sujo. Depois que houve o processo para instalação desse empreendimento
1129 nome dele ficou sujo. E também ele quer uma indenização de um caminhão para ele
1130 poder trabalhar. Era só isso mesmo. Eu agradeço toda a plenária. **GEISIANE:** Rodrigo e
1131 Maria do Carmo. **RODRIGO SANTOS:** Eu queria fazer uma defesa nesse primeiro ponto
1132 ao pleno. Antes da Maria do Carmo eu queria fazer uma fala rápida. Nós estamos
1133 discutindo direitos e deveres viu, gente? Os atingidos eles têm o direito, mas eles também
1134 têm os deveres. Por diversas vezes a gente vem aqui e fala que a gente defende o nosso
1135 usuário, mas se tiver alguma coisa contra, a gente também vai dar a possibilidade dessa
1136 defesa. E já tentando tocar no que a Juanita falou, o trabalho foi feito há alguns anos
1137 atrás. A gente estudou, foi bem sério. Você sabe! Porque é do momento de vocês
1138 enquanto estavam na gestão. Foi um trabalho sério. Ontem a gente tentou preservar o
1139 direito deles. O empreendedor deixou claro para a gente que ele buscou fazer uma
1140 aceitação, mas ele vai estar analisando caso a caso. É uma situação que a gente está
1141 entendendo que pode haver um conflito, por isso que a gente está registrando. É muito
1142 legal essas possibilidades, tanto a sua, quanto a da Simone, para a gente especificar e
1143 deixar isso registrado. A gente não sabe o dia de amanhã, não é? Mas a intenção nossa
1144 aqui é direito e dever. Tem momento em que a gente sente que... Eu não quero fazer
1145 nenhum julgamento aqui para os conselheiros. Mas a gente é usado, sabe? Foi muito
1146 tenso, muito difícil. Eu me senti usado ontem. Eu não vou falar pelas partes, mas a nossa
1147 proposta é em defesa desses dois lados. Eu queria pedir, gentilmente, a Rosa, para
1148 contextualizar bem rápido para não ficar dúvida de como foi feito isso. Por gentileza.
1149 **ROSA:** Bom dia. Quando nós estávamos elaborando a súmula eu conversei com o
1150 Rodrigo, é nós achamos melhor fazer a exposição do que discutido ontem, porque vai ter
1151 uma súmula mais detalhada da discussão. E nessa, vai está falando sobre as pendências
1152 e as reivindicações deles. Nós não achamos que era necessário colocar as
1153 reivindicações com os valores, deixando esses valores para serem apresentados na
1154 próxima plenária já com algum indicativo do empreendedor. Sobre a questão das duas
1155 pessoas, realmente eles falaram que teriam mais, mas eles fariam um levantamento
1156 dessas pessoas. Então nós colocamos aquelas duas que eles tinham certeza. Eles vão
1157 levantar outras até segunda-feira. Aí nós vamos estar fazendo a súmula mais detalhada
1158 sobre isso, sobre essas questões e vamos estar expondo na próxima plenária já com um
1159 indicativo do empreendedor. Então tudo isso o que foi falado já vai estar constado
1160 mesmo. **GEISIANE:** Obrigada, Rosa. Maria do Carmo e Simone. **MARIA DO CARMO:** Só
1161 complementado. A gente não entendeu bem se todas as informações da reunião de hoje
1162 vão constar e se vão fazer parte da súmula. Mas completando aqui também o raciocínio
1163 do Rodrigo, não ficou muito claro ainda para nós quais são esses direitos quem ficaram
1164 pactuados no passado. Houve uma outra queixa ontem, não sei se falhou aqui na
1165 colocação da súmula, de que algumas pessoas tiveram as casas reparadas e outras não.
1166 Então como nós tomamos conhecimento ontem na reunião, eu acho que tem que ser
1167 colocado na súmula que algumas casas foram reparadas, pintadas, ficaram em bom
1168 estado e outras não. Eu não sei se essas outras que não foram estariam representando
1169 os direitos não atendidos. A gente não conhece o que ficou pactuado com eles no
1170 passado. Me parece que cada caso vai ser estudado não é isso, Rosa? **ROSA:** Só
1171 completando. Quero deixar bem claro para os conselheiros que a reunião terminou ontem.
1172 Para fazer uma súmula detalhada, eu teria que buscar o processo todo. Então não
1173 haveria tempo suficiente para buscar um processo que envolve exatamente 18 caixas de
1174 informações para trazer para esse pleno hoje. Então, eu gostaria como técnica, junto com
1175 a coordenação, justificar que essa súmula detalhada vai ser realizada. A gente vai está
1176 buscando essas informações. Quem era aqui no período de 2011, houve a deliberação



1177 desse pleno de ser reformada essas 15 casas. As outras não haviam necessidade de
1178 reforma porque elas estavam em bom estado. Ontem ficou claro para a gente que essas
1179 15 casas que foram reformadas por um dos atingidos que estavam aqui presentes ficaram
1180 muito melhores do que as que não precisavam de reforma. Então hoje as pessoas
1181 reclamam que houve uma reforma e uma melhoria na qualidade das casas. Então isso
1182 também vai ser trazido na súmula mais detalhado. **GEISIANE:** Simone. **SIMONE:** Para
1183 mim ficou extremamente claro e esclarecido. Eu concordo plenamente, agora esclarecido,
1184 com o encaminhamento do nosso coordenador. Para mim está super claro. Eu retiro aqui
1185 a minha errada observação. Ontem tiveram vários debates, vocês estão sentindo aqui
1186 pela nossa fala como é que foi o clima da reunião. Mas teve uma discussão sobre análise
1187 conclusiva. "Ah, não. Nós queremos uma análise conclusiva de quais são os problemas."
1188 Como se isso fosse possível. Eu deixei claro para eles que isso é impossível enquanto
1189 viverem as pessoas e enquanto tiver a situação lá. Mesmo porque, o Conselho Estadual
1190 tem que estar vigilante lá. Ora! As pessoas adoecem, as situações ficam mais graves...
1191 Então também nós deixamos bem claro lá que... Porque eles querem isso, eles querem
1192 que a gente faça uma conclusão: "não, o direito é esse e nunca mais você toque neste
1193 assunto." A gente deixou bem claro para eles que a nossa função é uma função de
1194 vigilância também das situações de riscos permanente. Então, permanentemente também
1195 a gente vai estar em diálogo com eles. **GEISIANE:** Rodrigo, você tem alguma colocação?
1196 **SIMONE:** Agora, com relação a súmula, o conselheiro Volney tinha sugerido que nós
1197 chamássemos aqui no Conselho tanto o secretário municipal, quanto o Conselho
1198 Municipal, para a gente discutir a legislação de Sarzedo. Não foi, Volney? Foi uma
1199 sugestão sua. Então eu sugiro que inclua ali a sugestão que o conselheiro Volney fez na
1200 nossa comissão e a gente concordou. De fato, mandar um ofício pode resolver pouco o
1201 problema, porque o por problema pode estar muito mais no tencionamento do Fórum dos
1202 Trabalhadores com o secretário municipal. A questão é mais política, por isso deve ser
1203 tratada pelo Conselho. Faltou essa observação aí. **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Ah! Então
1204 está na súmula. É por que a Juanita fez uma observação, e como eu não enxergo nada
1205 daqui... Então já está na súmula. **RODRIGO SANTOS:** É só reforçar isso o que a Simone
1206 falou. Eu queria perguntar para este pleno se contempla o assessoramento técnico que foi
1207 sugerido pela Juanita. **GEISIANE:** Pode falar, Volney. **VOLNEY:** Só voltando ao caso de
1208 Laranjal. Volta lá, por favor, Rosa. Houve a deliberação para essa visita a Laranjal como
1209 encaminhamento ali? **VOZ AO FUNDO. VOLNEY:** Ah! Está em discussão tudo, não é?
1210 Tá. **VOZ AO FUNDO. GEISIANE:** Gente, é sobre a questão que o Rodrigo trouxe para o
1211 pleno do encaminhamento do assessoramento técnico também da SEDESE. Podemos
1212 manter o encaminhamento? É de concordância de todos? Então, mantém-se o
1213 encaminhamento de assessoramento técnico também da SEDESE. Tudo bem, Rodrigo?
1214 Podemos passar então para a próxima comissão? Aprovados os encaminhamentos da
1215 comissão de normas. **VOZ AO FUNDO. GEISIANE:** Ah! Tem que votar! Estão em
1216 informando aqui, desculpa. Então, por favor, titulares com os crachás amarelos. Os que
1217 concordam com os encaminhamentos, por favor, se manifestem. Por favor, abaixem.
1218 Contrários. Abstenções. Aprovados então os encaminhamentos da comissão de normas,
1219 por unanimidade. Comissão de apoio, por favor. Quem que vai fazer? É o Isac? Isac é o
1220 coordenador da comissão de apoio, está com a palavra. **ISAC:** Bom dia a todos (as). A
1221 nossa comissão se reuniu ontem a tarde. Nós trouxemos dois pontos de pauta que são
1222 apenas informes. O terceiro é para deliberação. O primeiro: informe sobre a
1223 videoconferência com o tema: garantia de direitos e o fortalecimento do SUAS. Organizar,
1224 lutar e resistir. É só informando que a data está prevista para apresentação no dia 30/05,
1225 das 09h às 12h. A proposta é para fazer em três blocos com a introdução com a nossa



1226 presidente do CEAS e com o conselheiro Hélder, que vai falar sobre o tema: garantia de
1227 direitos no fortalecimento do SUAS. O segundo momento vai ser com a participação da
1228 professora Maria José. O terceiro é falando sobre o eixo II da conferência será com a
1229 pessoa ainda ser informada. É só para informar vocês mesmo. O segundo ponto: análise
1230 do material distribuído na última plenária sobre a construção do Perguntas e Respostas
1231 pela comissão, que é para a orientação dos CMAS. Ontem nós fizemos uma abordagem
1232 diferente ao assunto por que, até o momento... Tem bastante tempo que estávamos
1233 debruçados sobre isso com estratégias de analisarmos individualmente no tempo fora
1234 aqui das reuniões do Conselho, até por causa dos outros assuntos que tomavam o nosso
1235 tempo na reunião. Ontem, depois de tanto tempo e de muita conversa entre os
1236 conselheiros da comissão, a gente resolveu fazer uma força tarefa lá e analisar vários
1237 pontos em conjunto. Então foi uma dinâmica muito boa. Pegamos o material que estava
1238 como um quebra-cabeça mesmo, mas ficou bacana. A gente não vai apresentar e fazer a
1239 leitura aqui, agora, por não está pronto para exibir ainda. Mas a gente avançou. Foi o dia
1240 em que mais avançamos nesse assunto. Então esse ponto é só para informe também. O
1241 nosso terceiro ponto de pauta: elaborar estratégias que tenham por base diagnosticar as
1242 causas da não realização de conferências de assistência social em 14 municípios do
1243 nosso Estado. Para isso, nós solicitamos para a secretaria executiva os municípios para
1244 tentarmos elaborar alguma coisa. A decisão, a princípio, foi de o Conselho oficial os 14
1245 municípios que não realizaram a conferência municipal em 2015 acerca de como se
1246 encontra os preparativos para os respectivos eventos neste ano. E, estimular a
1247 participação deles, bem como colocar o CEAS, a sua secretaria executiva e a nossa
1248 comissão a disposição dos municípios para auxiliá-los na construção das conferências
1249 esse ano. É no sentido de incentivar mesmo. A princípio foi essa a idéia. Esse ponto a
1250 gente traz para deliberação da plenária. Se algum conselheiro quiser complementar, ou
1251 se alguém quiser perguntar alguma coisa, está aberto. **SIMONE:** Em discussão.
1252 **JUANITA:** Considerando essa temática séria de 14 municípios não terem realizado a
1253 conferência no âmbito da assistência em 2015, eu não sei se essa deliberação de
1254 oficializar ela vai surgir algum efeito. Eu penso que, mais do que oficializar, a gente tem
1255 que pensar em outra possibilidade para trabalhar com esses 14 municípios além do ofício.
1256 Oficializar a gente tem que sim. Por que a minha colocação? Eu penso que deve ter uma
1257 fragilidade na gestão desses 14 municípios, na gestão da própria secretaria e como no
1258 próprio Conselho. Ambos aí não está conseguindo trabalhar no fortalecimento da
1259 assistência social, porque a conferência faz parte da política de assistência. Então, não
1260 realizar essa conferência, significa não oportunizar o cidadão na sociedade a participar da
1261 assistência, porque é o momento que eles têm. Além de ter no Conselho, na conferência
1262 é o momento que a sociedade tem de avaliar e de propor metas novas para a assistência
1263 social. Quando a gente mandar o ofício eles podem falar que mudou o gestor, ou que não
1264 teve vontade política que a conferência acontecesse. E aí a gente vai ter que ficar com o
1265 ofício com essa resposta, não é? Sendo que a gente está com a conferência... Talvez, se
1266 não acontecer a conferência nesses municípios, porque já está no prazo do municípios
1267 realizarem, pelo menos a gente fortalecê-los para que daqui há dois anos isso não ocorra.
1268 Isso, no meu entendimento, seria um dificultador para ele melhorar de gestão, só que a
1269 NOB alterou isso, não é? Isso não vai para a CIB no sentido dele voltar para a gestão.
1270 Hoje a mudança de gestão é um cumprimento do Pacto, não é? Isso é uma parte, vamos
1271 dizer assim, normatizada na assistência: realizar a conferência. Então como que a gente
1272 poderia fazer, e aí eu até pergunto a Simone, no sentido de com relação a gestão dessa
1273 não realização dessa conferência. A gente sabe que os municípios têm autonomia,
1274 entretanto, isso faz parte do processo da política de assistência social a realização da



1275 conferência. "O município não realizou e é isso mesmo." A gente sabe que isso acontece,
1276 mas como que a gente vai apoiar o município nessa situação de fragilidade? A minha
1277 sugestão, neste caso, além do ofício, a sugestão era: receber esse grupo de 15
1278 municípios aqui, para a gente não só ouvir deles as dificuldades, mas apoiá-los e
1279 assessorá-los nesse processo para saírem dessa fragilidade. Obrigada. **SIMONE:**
1280 Conselheiro Leonardo. **LEONARDO LADEIRA:** A Juanita até tratou um pouco o que eu ia
1281 considerar. Juanita, é o seguinte, a gente está falando de uma situação passada e de
1282 outra gestão no município mesmo. Então pode ser que seja inútil fazer isso. Pode ser que
1283 eles já estejam preparando as conferências. Eu acho que vale a pena fazer essa ação.
1284 Mas, como são poucos municípios, eu sugiro que a SEDESE entrasse em contato mesmo
1285 com eles para saber se eles estão preparando. E se eles não estiverem preparando, aí
1286 sim fazer alguma ação. Eu acho que é inafetivo porque eles já podem estar preparando.
1287 **SIMONE:** Eu estou inscrita. Eu quero dizer que eu liguei pessoalmente para esses 15
1288 municípios há dois anos atrás. Eu liguei pessoalmente para o Conselho e para o
1289 secretário municipal, em alguns casos, até para o prefeito. Eu e o deputado da base aqui
1290 tivemos esse cuidado. E não foi nenhuma fragilidade de gestão, foi decisão política
1291 mesmo: "não vamos, não queremos e não vamos fazer." A maioria deles inclusive a
1292 sociedade civil fez a conferência. Teve! Foi organizado pela sociedade civil. O governo é
1293 que não quis. Então problema é político, não é? Isso aí eu posso tranquilizar todos os
1294 conselheiros. O que eu acho da comissão oficial, mandar um ofício dizendo da obrigação
1295 de fazer, é dizendo que a conferência está prevista em lei, ela é ordinária. Aí eles vão
1296 responder. Dependendo da resposta... Eu concordo com você e com a Juanita. A gente
1297 tem que pensar o que que o Conselho vai fazer, qual que é a próxima alternativa. Mas,
1298 pelo o que eu estou sabendo, todos estão providenciando as conferências, mesmo
1299 porque esse ano é diferente. Este ano a conferência é extraordinária, isso faz uma
1300 diferença fundamental no aperto, não é? Aí não é um aperto de convencimento, aí é ter
1301 uma legalidade. Inclusive o Conselho pode fazer, como já tem feito, fazer um acordo com
1302 o MP para ele oficial de uma outra forma. Tem intervenções que têm que ser intervenções
1303 políticas também. Não é um problema que não conhece a legislação, que o Conselho não
1304 tem isso, que não tem dinheiro no Fundo... Não é o caso em questão, de nenhum deles.
1305 Aqui o caso é outro caso. Eu acho que a comissão fez uma boa discussão. Vamos oficializar
1306 e ver o resultado que vai dar. Mais alguém? Coordenador, o seu cabelo está maravilhoso
1307 hoje! **RISOS.** **ISAC:** Obrigada, Simone. **SIMONE:** Disponha. **ISAC:** Nessa linha que a
1308 Simone falou aí agora a gente não tinha esse conhecimento na comissão, mas
1309 conversamos sobre a questão do diagnóstico. Até teve a idéia de procurar na SEDESE.
1310 Imaginamos até que já houvesse o diagnóstico. Pensamos mais na linha de tentar
1311 incentivar a realização da conferência neste ano. Por isso ofício iria até não só para o
1312 Conselho, a idéia era de tenta envolver todas as pessoas, todos os órgãos envolvidos,
1313 para a construção da conferência. É no sentido de estimular mesmo a construção da
1314 conferência. É isso. Alguém quer complementar? **SIMONE:** Soyla. **SOYLA:** Eu acho uma
1315 coisa importante que a gente tem dentro da comissão hoje é o respeito e autonomia dos
1316 Conselhos Municipais. A gente vê. Toda a fala do Conselho até o momento foi a respeito
1317 da parceira que nós temos com os Conselhos Municipais. Então foi nesse tom. A gente
1318 teve essa preocupação, sim. Foi levantada essa questão de oficializar, de fazer uma
1319 recomendação para a SEDESE para que ela entrasse junto com a gestão para questionar
1320 a respeito da vigilância. Foi pensado isso, mas a gente teve esse cuidado de ter esse
1321 tempo para eles apresentarem uma justificativa. Se não tiver, aí que nós vamos levantar
1322 outras possibilidades. A gente temo que dar um tempo de defesa também, não é? E esse
1323 levantamento que o Léo fez é verdade. A maioria dos Conselhos atualmente mudou



1324 muito. E como essa mudança de gestão em dois em dois anos muda muito. Obrigada. É
1325 só isso. **SIMONE:** Então vamos proceder a votação, por favor. Os conselheiros que
1326 concordam com o relato da comissão de acompanhamento de Conselhos, por favor,
1327 levantem os seus crachás. Podem abaixar. Contrários. Abstenções. Então, vamos para a
1328 nossa última comissão, para depois a gente almoçar. Marta. **MARTA SILVA:** Antes de eu
1329 começar o relato da comissão, me desculpem, mas eu vou tomar um tempinho para fazer
1330 um elogio do trabalho da comissão de apoio aos Conselhos. Nunca na história deste
1331 Conselho, antes, a gente viu o resultado da participação das URCMAS e o que elas
1332 trazem para dentro inclusive da comissão. Eu acho muito interessante como é que a
1333 comissão, além dos outros conselheiros que compõe a comissão em suas diferentes
1334 nuances... Mas eu tenho certeza de que isso também tem muito a ver com a contribuição
1335 de como que as URCMAS estão se reestruturando e estão fazendo a discussão. Então eu
1336 queria trazer esse elogio para a comissão, e ressaltar que o processo de monitoramento
1337 também ajuda na construção de toda a política. Desculpem, mas eu teria que fazer esse
1338 elogio. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** É. Alongou muito, não é? VOZ AO FUNDO.
1339 **MARTA SILVA:** É. A gente está trazendo a súmula da comissão de política justificando
1340 que os membros ausentes na reunião de ontem foram os membros da Secretaria de
1341 Estado da Saúde, mas eles estavam exatamente na promoção do dia de luta
1342 antimanicomial. Eles estavam conduzindo um evento muito grande em BH ontem. E, com
1343 certeza, tanto a titular, quanto a suplente, estavam envolvidas. O primeiro ponto que a
1344 comissão discutiu foi: retomada do monitoramento de um serviço especializado de
1345 abordagem social que acontece no município de Belo Horizonte. Em 2016, para o
1346 Conselho e para a SEDESE, foi encaminhada uma denúncia sobre a situação da
1347 execução deste serviço. O que que o CEAS e a SEDESE fizeram de forma conjugada?
1348 Fizeram conjuntamente... A conselheira Sandra e a equipe da proteção social fizeram
1349 visita aos serviços e as unidades onde estavam coordenando os serviços naquela
1350 ocasião. A SEDESE emitiu uma nota técnica. A conselheira Sandra colocou em seu
1351 relatório que ela não discordava daqueles aspectos, mas também trazia observações
1352 próprias dela. Como a gente tinha encaminhado para Brasília que aquele ofício não era
1353 conclusivo, que o Conselho iria continuar monitorando o processo, nós convidamos para a
1354 reunião da comissão a diretora de proteção especial da Secretaria Municipal da Prefeitura
1355 de Belo Horizonte para nos atualizar sobre como que estava a gestão e a situação dos
1356 serviços desta nova administração. E no nosso entendimento, nós vamos encaminhar
1357 como resposta conclusiva do CEAS sobre esta denúncia... Mas nós temos uma proposta
1358 de continuarmos acompanhando, porque foi discutido muito neste Conselho, por diversas
1359 vezes, a situação do atendimento da população de rua em diferentes municípios do
1360 Estado. Então nós vamos continuar monitorando. Na discussão nós tivemos a presença
1361 da diretora Kátia. Ela veio de forma pronta e nos atendeu porque foi um tempo muito ente
1362 o convite a vinda dela. Ela nos trouxe informações dizendo que, hoje, Belo Horizonte
1363 conta com 1.870 moradores de rua, segundo o Censo de 2003. A PBH administra outras
1364 fontes, inclusive administrativa, onde eles já verificaram controversas entre esses
1365 números. Eles estão atentos a isso. A diretoria da PBH também trouxe para a gente um
1366 informe geral de como que se dar a organização dos serviços e a correlação de toda a
1367 rede em torno disso. Ela trouxe que, além do serviço de abordagem, existe também a
1368 retaguarda em abrigos e em casas de passagem. O que essa administração constatou é
1369 que a qualidade dos serviços e a lógica dos fluxos precisava ser reordenada. E aí
1370 abrange não só apenas os serviços especializados, mas também a rede e as unidades.
1371 Belo Horizonte tem 3 Centros POPs que atuam nessa área. Ela trouxe para a gente a
1372 informação que uma das prioridades desta nova administração é exatamente responder a



1373 população de Belo Horizonte sobre o estudo da população em situação de rua com uma
1374 atenção de garantia de direito. Como primeira resposta da situação diagnosticada pela
1375 secretaria foi a constituição de um grupo de trabalho muito amplo constituído pelo
1376 Conselho Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal de Segurança alimentar,
1377 pelos Movimentos de População de Rua, pelo Fórum Municipal de Trabalhadores, pelas
1378 Entidades da sociedade civil parcerias na execução dos serviços e os outros órgãos de
1379 Defesa de Direito. Então, duas promotorias estão compondo também o GT. O grupo de
1380 trabalho já iniciou os seus trabalhos em 10 de março, e tem até setembro para concluir os
1381 trabalhos de proteção para toda a lógica de gestão da atenção para a população em
1382 situação de rua. Ela também trouxe que existem os 3 Centros para a população em
1383 situação de rua, que na lógica do SUAS se articula com o serviço e com as unidades de
1384 acolhimento. Essa é a lógica de gestão. A proposta que está sendo debatida no GT é de
1385 ampliar esse serviço e que o reordenamento se encerre em 2017. Além disso, o grupo de
1386 trabalho está preocupado em qualificar as ofertas dos serviços institucionais, inclusive em
1387 relação às vagas. O que foi constatado pela prefeitura é que as vagas ocupadas
1388 excediam as recomendações da Tipificação. Então a prefeitura está cuidando de
1389 reordenar inclusive as vagas dos abrigos considerando também as características das
1390 pessoas, as adversidades de públicos, porque tem uma especificidade também em
1391 relação a isso. E na proposta do grupo, o reordenamento, além de contemplar abrigo e
1392 casa de passagem, também se discutir de serem implantadas repúblicas e condomínios
1393 sociais. Os condomínios sociais são unidades em que famílias residem e compartilham
1394 áreas coletivas. Ela também nos informou que no Hipercentro de Belo Horizonte existe
1395 uma equipe de abordagem hoje com 58 técnicos. A proposta é que esses serviços seja
1396 serviços cogерidos também pela população de rua junto com a sociedade civil em uma
1397 relação de parceria, e não de terceirização como vinha ocorrendo na outra administração,
1398 demonstrando que a proposta é distinta do que vinha sendo encaminhado. Os
1399 profissionais para este tipo de serviço são profissionais diferenciados, vão ser
1400 profissionais que trabalham com arte e educação para melhorar a abordagem com esta
1401 população rua, também para ter o mecanismo da arte e da educação como forma de
1402 aproximar da população. Além disso, este serviço vai incorporar ex-moradores de rua na
1403 equipe de abordagem no entendimento que os ex-moradores de rua passaram pela
1404 experiência e estão em uma situação de superação da situação e que tem uma expertises
1405 importante para trazer para as equipes de abordagens no intuito de criar um vínculo com
1406 essa população inclusive. Ela descreveu que no Hipercentro já é mapeado pela prefeitura
1407 onde que são os pontos de concentração dessa população. Nos colocou que as vezes há
1408 uma confusão muito grande com cenas entra essa população de uso de drogas. As
1409 pessoas as vezes fazem uma confusão e associa que quem é morador de rua é usuário
1410 de drogas, e necessariamente isso não. Pode coincidir, mas necessariamente não é. Mas
1411 é porque eles estão as vezes em áreas comum. Para a prefeitura é importante que os
1412 serviços deem conta de fazer essa desconstrução de todo esse preconceito. Ela citou a
1413 criação de protocolos com a saúde para as situações de uso e abuso de álcool e outras
1414 situações relatadas. Mas para a criação dos protocolos os Conselhos das Políticas
1415 Setoriais também serão envolvidos na discussão destes protocolos. Então vão ser
1416 protocolos amplamente discutidos no município. É uma gestão recente que acabou de
1417 assumir, mas como primeira medida já está organizando as suas equipes de trabalho.
1418 VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Tá. Eu só estou resumindo para não poder ler. VOZ
1419 AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Não! Está aqui! É só porque eu não estou lendo. Esteve
1420 presente também na reunião representante da PSE da SEDESE. A SEDESE compõe o
1421 Comitê Estadual de Acompanhamento da População em Situação Rua. E fez um convite



1422 lá para a secretaria se as experiências que ela trouxe do GT também poderiam ser
1423 levadas para o GT em população de rua. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Está bom.
1424 Para ser uma proposta de referência para o GT também discutir e aprimorar os trabalhos
1425 do GT. Como encaminhamento: o CEAS encaminhar para o MDSA um ofício concluindo o
1426 processo, indicando que a gente continua neste monitoramento trazendo pontos do
1427 relatório da conselheira Sandra, que ainda precisam ser registrados. E também essas
1428 informações atualizadas da nova gestão; Encaminhar para o CMAS que também
1429 mantenha este CEAS atualizado com informações para a gente dar conta de ter o
1430 acompanhamento. Então é isso. É agora, Sandra? VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Tá.
1431 **SANDRA:** Gente, eu quero justificar. Está lá na ata que eu precisei sair. Eu participei da
1432 discussão desse assunto até pelo Fórum Municipal de trabalhadores. Eu participei de
1433 algumas na defensoria pelo Fórum Municipal, dos Trabalhadores. E no relatório que eu
1434 coloquei... E só justificando mais ainda o porquê eu não cheguei a tempo... Eu corri! Eu
1435 corri! Mas eu estava "presa" na operação da polícia federal dentro do prédio do
1436 SINTIBREF, porque lá é o escritório de contabilidade do Aécio. E quem foi colocada como
1437 testemunha foi uma funcionária do SINTIBREF. O presidente está em Brasília e me
1438 colocou na responsabilidade. Eu saio do Café Social na Novos Horizontes procurando a
1439 minha estagiária,. A Paula estava "presa" lá. Ela chega às 17h30min do trabalho. Ela foi
1440 convocada a estar lá para registrar tudo o que foi tirado do escritório. A gente não sabia
1441 de nada. Ela me liga e eu... E aí eu cheguei atrasada nesse ponto. Depois eu tive que sair
1442 porque eu tinha uma reunião justamente com o Sávio, da Secretaria Municipal de
1443 Assistência Social, por ter uma pauta dos trabalhadores. Nós tivemos uma pauta com ele
1444 para passar alguns projetos que a gente está pensando em aprimorar essa relação nos
1445 municípios com as entidades e com os trabalhadores. Eu enfatizei bem no relatório
1446 validando todas... Porque eu sempre tenho o cuidado de validar sempre o que já está
1447 instalado com qualidade apontando alguns desafios. Um ponto que causou uma
1448 efervescência muito grande, e que eu coloquei para a secretaria, é uma falha na gestão
1449 na questão dos prazos. Já se sabia de 2015 que a entidade, na questão da equipe de
1450 abordagem, não ia mais ficar. Era a AMAS. Só no ano passado, janeiro e fevereiro, que
1451 se atentou para isso. A gente sabe como que demorar os trâmites, então ficou um vaco
1452 de usuários assistidos. Esse foi um ponto que causou muita confusão. O aumento da
1453 população de rua... A gente foi vendo diante da situação econômica e tudo. Então a gente
1454 está vendo que não foi uma responsabilidade dita do município. Eu coloquei para ficarem
1455 atentos nisso. Eles já tinham conhecimento desde 2015 da questão da mudança de
1456 entidade, e quando chegou janeiro e fevereiro se atentaram para isso. Teve essa demora
1457 da escolha de nova entidade, então ficou um vaco mesmo. Ficou um mês para formação
1458 e tal. Eu fiquei sabendo também, pela Kátia, vocês me passaram, que tem um GT. O
1459 Sávio lá na reunião já tinha... **SIMONE:** Conclua, conselheira, por favor. **SANDRA:** Está
1460 jóia! Que criou um GT. Eu acho isso muito importante no sentido de seguir com a
1461 qualidade. É só justificando a minha ausência. O relatório foi entregue na comissão de
1462 financiamento. Eu aponto algumas sugestões inclusive para o acompanhamento do
1463 CMAS e aprimoramento da equipe de supervisão do município. Derivou para as questões
1464 do abrigo para a população de rua. Eu falei assim: mas porque está acontecendo isso há
1465 tanto tempo lá no determinado abrigo aonde está a equipe de supervisão do acolhimento
1466 institucional? Eu coloco esses pontos no relatório. Talvez não tinha chegado a tal ponto
1467 expor os serviços nos municípios nas páginas de jornais aí das situações bem graves da
1468 violação de direito. É isso. **MARTA SILVA:** Então só concluindo, conselheira. A sua
1469 justificativa foi ontem acolhida pela comissão. Todos os pontos do seu relatório foram
1470 respeitados, eles vão constituir de certa forma o texto do ofício em respeito a todo o seu



1471 trabalho e acompanhamento que vocês fez da situação. O outro ponto: resolução da
1472 Comissão Intergestora Bipartite – CIB que instituiu os parâmetros estaduais para o
1473 registro das informações relativas a identificação de ocorrência as situações de violência
1474 por meio do atendimento prestado nos serviços ofertados na rede socioassistencial em
1475 todo o território do Estado de Minas Gerais. Foi convidado para nos ajudar a entender o
1476 tema e a resolução da CIB e as suas minúcias, porque todas as questões estão lá e foram
1477 pactuadas na CIB, o superintendente Jaime, que é o superintendente de capacitação e
1478 monitoramento do controle e avaliação da política. Ele foi acompanhado de uma técnica
1479 da vigilância, a Luiza. Ele fez uma apresentação de todo o conteúdo do sistema e
1480 esclareceu dúvidas também em relação à resolução da CIB. Então ele fez a apresentação
1481 destacando que este sistema vai capturar informações em toda Minas Gerais com os
1482 registros de casos de violência; Que o sistema terá a função de registro e consulta
1483 subsidiando a vigilância socioassistencial; Que o registro de informações será feito por
1484 profissionais dos equipamentos do SUAS; Que caberá aos profissionais e aos gestores os
1485 cuidados em relação ao sigilo das informações, que a discussão do conceito de violação
1486 de direitos que o sistema coloca e o conceito de violência é no entendimento que o
1487 conceito de violência tem um recorte dentro entre várias nuances no sistema de violação
1488 de direito; O sistema vai favorecer a interlocução entre a vigilância e os equipamentos, e
1489 também interface entre a assistência com a saúde e educação; Esclareceu que o sistema
1490 não é um sistema de notificação, mas é um sistema importante para planejamento. Ele
1491 pode favorecer no município toda essa interlocução; Esclareceu qual é o papel da
1492 vigilância do município no sistema. Na verdade, a vigilância vai analisar os árs dos
1493 inseridos no sistema, organizar as informações, fazer análise para lidar com as situações
1494 de violências identificadas lá no âmbito do município e no âmbito do Estado. Ela vai ter
1495 um módulo de consulta no sistema exatamente para poder ter acesso aos relatórios que o
1496 sistema gera; Acessaram ao registro e inserção de informações no sistema aqueles
1497 profissionais do SUAS que possuem no seu código de ética de profissão a exigência do
1498 sigilo. Portanto, quem vai fazer os registros são os assistentes sociais, psicólogos e
1499 advogados; Existe ainda uma fase a ser cumprida, que a própria resolução prever, que é
1500 de elaboração de conteúdos; Nessa fase a conceituação de todos os tipos de violência
1501 vão ser fundamentais exatamente para operacionalizar o sistema. O sistema já está em
1502 discussão com a área de informática da SEDESE. Ainda não está concluído o sistema em
1503 si. A comissão apreciou inclusive a resolução da CIB. Ela recomenda para a SEDESE que
1504 aprofunde uma discussão na denominação do tipo de violência que tem uma
1505 denominação de: pura interferência legal. Se isso melhor atinge aos objetivos e fica claro
1506 para quem vai ser usuário do sistema. Esse é um termo que veio da saúde. Ou: violência
1507 institucional. E que isso seria considerado naquela fase que é de aprofundar a
1508 conceituação. A comissão traz á plenária uma minuta de resolução para este Conselho
1509 para aprovar esse sistema. A gente vai fazer uma leitura breve aqui. Pode mostrar para a
1510 gente? Ela é um resolução simples, de certa forma. É uma minuta de resolução que, se
1511 aprovada, vai ganhar uma numeração. Ela dispõe sobre o referendo da instituição dos
1512 parâmetros estaduais para os registros das informações relativas à identificação de
1513 ocorrência de situação de violência por meio de atendimento prestado nos serviços
1514 ofertados da rede socioassistencial. Aí tem todos os considerados. Eu acho que eu vou
1515 pular, não é? Porque eles não são muitos complicados. Eles fazem referência a toda a
1516 legislação. E aí resolve: referendar a resolução da CIB que institui os parâmetros
1517 estaduais para os registros informações relativas à identificação de ocorrência em
1518 situação violência por meio do atendimento prestado nos serviços ofertados na rede. E aí
1519 a resolução entra em vigor na data de sua publicação. **SIMONE:** Eu vou fazer uma



1520 sugestão aqui ao pleno: vamos votar até aqui e vamos parar para almoçar, porque tem
1521 mais três pontos. É até em respeito ao trabalho cuidadoso da comissão. Pode ser? Então
1522 a gente volta depois do almoço. Vamos dar uma paradinha. Obrigada. Uma hora tá,
1523 gente? 13h30min a gente volta. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Calma! É uma hora de
1524 almoço! Parte 2 **MARTA SILVA:** Gente, retomando o relato da comissão de política.
1525 Realmente foi longa a reunião, nós trabalhamos até às 18h na reunião. O terceiro ponto
1526 de pauta: é sobre uma denúncia que a gente recebeu em relação ao município de Pains.
1527 É uma denúncia que a gente vem acompanhando desde o ano passado. Parcialmente a
1528 gente conseguiu resolver algumas coisas em relação ao técnico e o psicólogo que tinham
1529 feito a denúncia. Mas a gente ainda tem algumas pendências em relação a outros pontos
1530 que são ligados ao CMAS. Em relação ao CMAS o que a comissão está propondo:
1531 orientar ao município sobre a estrutura de funcionamento do Conselho, sobre o
1532 cumprimento das metas do Pacto de Aprimoramento de Gestão e Acompanhamento que
1533 o município tem que fazer. São vários pontos que compõe essa denúncia: funcionamento
1534 de CRAS, funcionamento de outros serviços e tal. E aí a gente alongaria muito tentando
1535 recuperar isso aqui para vocês. Mas são pontos tanto em relação ao Conselho, quanto
1536 em relação a gestão. O que nós estamos trazendo como encaminhamento da comissão:
1537 que a gente peça a SEDESE, com base nessas informações, que organize um processo
1538 de apoio técnico para orientar o município sobre a gestão e sobre controle social. A gente
1539 viu que ele está com várias situações e que tem que ser muito tratadas; Encaminhar ofício
1540 ao CMAS orientando sobre a organização e estruturação do Conselho em relação aos
1541 pontos que nós identificamos na denúncia, e aqueles pontos que a gente identificou
1542 também que necessitam de atualização da legislação do município. Sempre fazendo
1543 referência a adequação das normativas do SUAS. O outro ponto: denúncia de Bueno
1544 Brandão. Nós recebemos uma denúncia de que uma vereadora exerce a função de
1545 cadastradora do Bolsa Família. E aí a gente foi e começou a fazer a apuração. A primeira
1546 coisa que nós fizemos: encaminhar ao CMAS informações se eram pertinentes as
1547 informações daquela denúncia. Eu só quero contextualizar para vocês porque quando a
1548 ler fica muito chocante. Mas, na verdade, essa pessoa uma servidora concursada da
1549 prefeitura. Dentro de um concurso ela passou em uma função, agora fez outro concurso e
1550 passou para uma outra função dentro da prefeitura. Mas ela também é vereadora. Então
1551 ela tem as duas no município. O nosso primeiro questionamento foi: se é possível ela
1552 acumular cargo legislativo e acumular cargo no executivo, mesmo sendo concursada. Nós
1553 fizemos uma. Existe a constituição federal que proíbe acumulação de cargos, mas tem
1554 algumas aberturas. E aí nós fomos ler com uma minúcia isso. Vimos que ela, como
1555 vereadora, desde que o horário não coincidissem, ela acumular os dois cargos. O CMAS
1556 nos confirmou que ela era uma funcionária da prefeitura, mas o que não ficou claro par a
1557 gente se os horários também estão acumulando. Então a gente vai requerer
1558 esclarecimentos ao Conselho porque não ficou claro na resposta do Conselho. Então nós
1559 vamos pedir ao Conselho que nos informe se a funcionária possui, além do cargo de
1560 entrevistadora, se não é vedada esta acumulação e se o horário não causa nenhum
1561 impedimento quanto a legalidade da acumulação. A gente discutiu sobre a questão ética
1562 da vereadora ter acesso a esses cadastros enquanto cadastradora e tal. A gente achou
1563 meio. É complicado, não é? Essa ocupa um cargo lá do concurso público que é um cargo
1564 de auxiliar de assistente social, o famoso cargo que em muitos editais de concurso eles
1565 criaram. Este Conselho já... A própria comissão já emitiu uma nota técnica dizendo que
1566 este cargo não existe em nenhuma profissão regulamentada. Então não existe essa
1567 profissão. E aí nós já temos uma nota técnica em relação. O Conselho nos respondeu,
1568 mas ele no encaminhamento disse que ele iria aprofundar os indícios para poder verificar



1569 se realmente existiam pessoas que eram do Bolsa Família, mas que não atendiam o
1570 perfil. Na época da resposta, o Conselho não tinha concluído essa informação. O
1571 posicionamento da comissão: requisitar ao Conselho Municipal mais essas informações.
1572 Nós estabelecemos um prazo para que essas informações sejam encaminhadas. E para o
1573 Conselho Estadual não ser negligente com relação, a gente pediu... E caso o Conselho
1574 não consiga apurar todas as questões e solucionar localmente, nós vamos encaminhar
1575 uma informação para a SENARC desta situação. A gente achou muito confusa. A gente
1576 precisa usar os meios de encaminhamentos dessas informações. O ponto cinco: denúncia
1577 em Itamarandiba. A comissão ficou impossibilitada de se pronunciar ou de dar algum
1578 encaminhamento porque a resposta chegou, embora a gente solicitado ao município.
1579 Então nós vamos reiterar o ofício do CEAS agora dando menor para que ele responda a
1580 denúncia para que a gente consiga concluir isso. Esse é o relato da comissão. Os outros
1581 foram informes que a gente fez que são de conhecimento deste Conselho. Mas a gente
1582 fez os informes para os membros da comissão. Eu acho. **GEISIANE:** Abertas as
1583 inscrições. Temos o Volney. Volney, pode falar. **VOLNEY:** Com relação a Bueno Brandão
1584 a minha sugestão é ao invés de solicitar essa informação para o CMAS, eu sugiro que a
1585 gente visite a Procuradoria do município. Eu acho que é mais pertinente, não é? Até
1586 mesmo para que nos encaminhe a lei orgânica do município. Eu acho que é mais
1587 pertinente pedir isso para a Procuradoria do município. E com relação à Itamarandiba, eu
1588 sugiro também... O concurso é para assistente social e psicólogo, Marta? Ou não tem
1589 essa informação? **MARTA SILVA:** O contexto geral é sobre o papel do controle social e
1590 as orientações que o CEAS pode dar ao CMAS/Itamarandiba. Ficou comprometido isso
1591 porque a gente não tinha recebido a informação de retorno. **VOLNEY:** Pois é. Tem o
1592 concurso, mas as pessoas não foram chamadas? **MARTA SILVA:** Não! VOZ AO FUNDO.
1593 **MARTA SILVA:** É isso. É um edital que fez o processo. **VOLNEY:** Então teve o concurso
1594 e elas não foram chamadas ainda? **MARTA SILVA:** É! **VOLNEY** A gente não sabe se
1595 edital contempla a figura do psicólogo e do assistente social. Então eu acho que deve
1596 officiar tanto o CRESS, como o nosso Sindicato, para a gente acompanhar isso mais de
1597 perto. Talvez até o CPR também não é, Érica? Porque se já houve o concurso e esses
1598 profissionais não foram chamados... **GEISIANE:** Temos a inscrição do Rodrigo.
1599 **RODRIGO SILVEIRA:** Retomando um pouquinho na primeira parte. A gente discutiu no
1600 sistema de notificação da vigilância muito a questão do trabalhador do SUAS. Lá na
1601 resolução fala que é o trabalhador cujo o sigilo seja mantido no seu código de ética. Tem
1602 até uma resolução do CNAS que fala do trabalhador do SUAS. Foi esclarecido pela
1603 equipe da SEDESE, eu achei muito bacana a forma que isso. Nem todos os profissionais
1604 tem o seu código de ética e sigilo, embora são trabalhadores do SUAS e executam as
1605 atividade rotineiras do PAIF/PAEFI. Mas não seria possível implicá-los em uma situação
1606 tão difícil quanto à proposta de notificação e sigilo. Em relação a Bueno Brandão, nós
1607 discutimos bastante a questão do banco de dados do Bolsa Família. Existe uma
1608 resolução, uma portaria, não me recordo qual instrumento... Mas o banco de dado do
1609 CADÚNICO ele sempre foi alvo de olheiros sem boas intenções. E pensando nisso, há
1610 muitos anos atrás, o CNAS lança uma resolução orientando que o acesso de banco de
1611 dados do CADÚNICO só pode ser feito para fins do CADÚNICO. Ele não pode ser
1612 utilizado para contatos eleitores e afins, para ser bem útil. Então para ser bem útil é
1613 isso. E aí uma outra questão que eu gostaria de pontuar também é a legislação dos
1614 Conselhos. A gente debateu muito ontem. Está no Pacto de Aprimoramento. Ok. Mas o
1615 que este Conselho para além vai fazer? O que a gente pode fazer enquanto Conselho
1616 Estadual? Eu ainda estou novo aqui. Eu venho de uma militância lá no meu município,
1617 aonde estamos em inflamados, bastante aguerridos. Às vezes nos obriga a tomar alguma



1618 atitude, então eu que me conter aqui. Eu sei que o Capacita SUAS está para vim, mas a
1619 SEDESE tem que ter uma ação mais incisiva. O Conselho que tem uma legislação assim
1620 ultrapassada... Alguns Conselhos estão exigindo que os usuários e os trabalhadores
1621 sejam institucionalizados. O Fórum dos Trabalhadores e o Fórum das Entidades tem o
1622 CNPJ. Então eu penso que isso não pode acontecer. Não tem condição! Não tem o
1623 menor cabimento acontecer. E aí isso acaba cerceado a participação desses
1624 trabalhadores, desses usuários. Acaba que a gestão do Conselho Municipal nos
1625 municípios menores, aonde as relações são mais densas, não são relações políticas...
1626 Então eu acredito que isso acabada polindo a participação e o controle fica defasado.
1627 Então eu acho que o CEAS e a SEDESE tem que está muito perto disso para que as
1628 coisas comecem a tomar um rumo diferente. Volney, com relação a Procuradoria que
1629 você falou, até por isso que eu pedi a palavra, a gente optou por acionar o Conselho
1630 Municipal porque eles falam em uma ata que foi solicitado uma auditoria no banco de
1631 dados. Então a gente está pedindo o resultado dessa auditoria que, com certeza, deve ter
1632 sido apresentada ao Conselho, uma vez que ele falou que já tinha solicitado. Eu não
1633 consegui entender aonde caberia a Procuradoria nesta questão especificamente.
1634 Obrigado. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Sim, Volney. **VOLNEY:** Pelo o meu
1635 entendimento o que vocês estão solicitando ao CMAS é com relação a jornada dessa
1636 vereadora, não é isso? É a jornada da vereadora! Não é isso o que eu entendi? VOZ AO
1637 FUNDO. **VOLNEY:** Pois é. Ainda mais nessas cidades que são muito pequenas... O
1638 CMAS não vai ter estrutura para dar essa informação. VOZ AO FUNDO: **VOLNEY:**
1639 Exatamente. É por isso que eu sugiro. Ou eu estou entendendo errado? Agora eu não
1640 entendi essa ata que vocês pediram. Marta, que ata é essa que eu não entendi? **MARTA**
1641 **SILVA:** Nós encaminhamos consulta ao CMAS para esclarecer as questões que estavam
1642 apontadas na denúncia. O CAMS se reuniu, confirmou que a servidora é do quadro de
1643 servidores do município. Ela não nos esclareceu se tem incompatibilidade entre o
1644 exercício que ela faz e o horário. Então, nós propuséssemos de novo questionar ao
1645 município que nos informe se tem alguma incompatibilidade e argumentar o que é que a
1646 legislação coloca sobre isso. Nós vamos informar ao Conselho o que que a constituição
1647 estabelece sobre isso. Ela as vezes não tem o conhecimento dessa redação. A outra
1648 questão é que o Conselho fez uma reunião em que ele pediu uma fiscalização e auditoria
1649 das informações. Inclusive ele nos mandou a relação dos usuários para a gente. Mas,
1650 ainda não tinha sido concluída essa fiscalização na situação dos beneficiários do Bolsa.
1651 Então a gente vai pedir que ele nos encaminhe o resultado da fiscalização e como que ela
1652 está. **GEISIANE:** Esclarecidos? Eu trago para a plenária o encaminhamento do Volney
1653 para a gente partir para a votação dos encaminhamentos referentes da comissão. Volney,
1654 precisa resgatar para a gente fazer a votação do que você tinha encaminhado? **VOLNEY:**
1655 Eu continuo defendendo que este encaminhamento seja feito para a Procuradoria do
1656 município, uma vez que as Câmaras Municipais de cidades do interior funcionam
1657 normalmente à noite, uma vez por semana ou de 15 em 15 dias. E tem que ver o que que
1658 a lei orgânica do município... VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Oi? Sim, ué! Claro! O CMAS
1659 não vai ter essa estrutura para informar. Nós, o próprio Conselho, não temos aqui uma
1660 assessoria jurídica! O interior vai ter? **MARTA SILVA:** Tentando conciliar todas as
1661 questões, o que que a gente poderia fazer, Volney: informar ao Conselho que, em alguns
1662 casos, há vedação. Nós vamos informar ao Conselho que tem vedação porque as vezes
1663 ele não tem o conhecimento; pedir que na resposta ele consulte a Procuradoria; E que na
1664 resposta dele venha também a resposta da procuradoria para este Conselho ter
1665 conhecimento. Necessariamente nós não precisamos acionar a Procuradoria, mas
1666 podemos pedir que o Conselho acionasse na resposta. **GEISIANE:** Bacana! Aprovado



1667 coletivo? Bom encaminhamento. Então, por favor, vamos nos manifestar com relação aos
1668 encaminhamentos da comissão diante o debate. Titulares, por favor, se manifestem os a
1669 favor dos encaminhamentos colocados. Podem abaixar. Contrários. Abstenções.
1670 Também aprovado, por unanimidade, os encaminhamentos da comissão de política. A
1671 gente encerra aqui os informes das comissões temáticas do Conselho Estadual. Temos
1672 no próximo ponto de pauta a do processo PAS/Barragem. Eu queria solicitar que a técnica
1673 Rosa fizesse, se possível, um resumo breve deste processo, tendo em vista até que
1674 temos conselheiros que estão tomando posse hoje. Eu acho que é importante essa
1675 informação. E até mesmo para a conselheira Daiana que, se eu não me engano, é o
1676 primeiro processo de barragem que ela vai analisar. Então eu acho que é importante
1677 também, pode ser? Obrigada. **ROSA:** Boa tarde. O procedimento dos processos de
1678 barragem para os relatórios estão dispostos na resolução 318. Eu até antecipei, já passei
1679 a legislação para a Daiana para ela ter o conhecimento. A distribuição é feita a partir de
1680 uma relação. Foi feito um sorteio na plenária de dezembro de 2015. Quando vocês
1681 tomaram a posse houve um sorteio. Esse sorteio é por órgãos e entidades que vocês
1682 representam. Então, na medida em que vocês são substituídos, o seus nomes entram na
1683 relação. A Daiana está substituindo o conselheiro de Juiz de Fora, então o nome dela já
1684 era o terceiro da lista destes empreendimentos. Na próxima plenária ela vai apresentar a
1685 relatoria dela. Segunda-feira eu vou passar por e-mail: resolução 318, a minha relatoria e
1686 o parecer. O processo físico ela tem acesso aqui dentro do CEAS. Então ela vai receber o
1687 meu parecer e a minha análise. E ela vai agendar um dia para estar aqui no Conselho
1688 para pegar todo o processo físico. A data é a melhor para ela. Feito isso, ela vai ver se
1689 quer fazer ou não uma visita in loco. O conselheiro pode fazer essa escolha para emitir o
1690 parecer dele através de uma visita in loco, com ou não acompanhamento do técnico. Feito
1691 isso, ele apresenta na próxima plenária o parecer dela que entra em votação. Nessa
1692 plenária, qualquer conselheiro pode solicitar vistas ao processo. Esse processo passa
1693 então para a outra plenária para ser avaliado a partir do processo de vista. Então, em
1694 resumo, é este o processo a partir de agora quando ela recebe o processo da barragem.
1695 **GEISIANE:** Ok. Obrigada, Rosa. Esclarecidos? Alguém tem alguma dúvida? Então já
1696 existe uma lista. Eu imagino que todos os conselheiros já estão nessa lista não é, Rosa?
1697 Eu acho que é bacana revisar depois e trazê-la no próximo pleno. VOZ AO FUNDO.
1698 **GEISIANE:** Ótimo. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** A Rosa está dizendo que ela mandar
1699 para o e-mail de todos os conselheiros essa lista. É até bacana porque aí a gente fica em
1700 qual ordem a gente está nesse processo. Na medida em que for tendo os processos de
1701 barragem vai ser encaminhado para os conselheiros. Agora a gente passa para o ponto
1702 que vamos discutir sobre a conferência. Está sendo a resolução. A Simone vai fazer aqui
1703 algumas colocações. **SIMONE:** Nós tivemos... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Gente, por
1704 favor. Eu vou pedir aos conselheiros para a gente prestar atenção. Eu vou pedir os
1705 conselheiros que quiserem discutir, por favor, que fiquem a vontade, mas que discutam
1706 em um outro espaço e não aqui no pleno. Vamos nos concentrar aqui no debate da nossa
1707 conferência. Eu só vou dar um resgate. Nós tivemos duas reuniões da comissão
1708 organizadora da conferência. O debate inicial feito ele veio para o pleno do Conselho na
1709 última reunião. O pleno fez uma discussão e isso gerou uma resolução. A resolução foi
1710 publicada, e depois de publicada, nós fomos apresentar como que foi o debate no CEAS
1711 para a comissão organizadora da conferência. Quando chegou na comissão organizadora
1712 da conferência, a comissão organizadora identificou alguns problemas que nós achamos.
1713 A comissão organizadora é procedida por mim e pela vice-presidente. Também tem
1714 conselheiros que compõe a comissão organizadora. Nós achamos muito pertinentes as
1715 observações que foram discutidas lá. E por isso que nós estamos trazendo aqui para o



1716 pleno o debate de mudança da resolução 592/ CEAS que si põe sobre as orientações
1717 para as conferências. Eu vou só falar rapidamente quais são as questões para a gente
1718 fazer a leitura da resolução. Vocês lembram que o CNAS indicou quatro eixos de debates
1719 para as conferências municipais e para a conferência estadual. O primeiro eixo é:
1720 proteção social não contributiva é o primeiro eixo. O segundo eixo é: a participação do
1721 controle. O terceiro eixo é: a universalização das ofertas, se eu não me engano. E o quart
1722 o eixo é: a regulação. Então são quatro eixos. Na nossa resolução a gente estava
1723 propondo que dois: participação do controle social, fosse subdividido na conferência
1724 municipal em três subtemas. Então, além de discutir os quatros eixos, nós estávamos
1725 propondo na nossa resolução que na conferência municipal discutisse os três subtemas.
1726 E claro, tirasse proposta para as conferências regionais, tendo em vista que nós já
1727 tínhamos decidido que o eixo dois seria motivo de discussão e deliberação nas
1728 conferências regionais. O que que a comissão organizadora nos alertou? Eu estou
1729 trazendo aqui o alerta para os (as) senhores (as). Primeiro: iria complexar demais o
1730 debate nas conferências municipais a gente pedir que o sub-eixo dois fosse dividido em
1731 três subtemas. O que nos convenceu nem foi isso! O que nos convenceu foi quando nós
1732 fomos fazer as contas de que a gente estava dando para nós três dias para compilar
1733 todas as propostas do sub-eixo dois. São mais de 4 mil propostas. Vocês sabem muito
1734 bem que nós criamos um sistema informatizado. Mas, nem se a gente ficasse de manhã,
1735 de tarde e de noite, nós iríamos conseguir, não é? Então, nós fomos convencidos de que,
1736 já que a gente já tinha decidido que a gente vai aprofundar o sub-eixo dois nas
1737 conferências regionais, que de fato o alerta da comissão organizadora da conferência
1738 fazia todo o sentido. A sugestão que estamos trazendo pela solicitação da comissão
1739 organizadora da conferência para apreciação do Conselho Estadual é a nova redação
1740 para a resolução. Por favor, eu peço aos senhores que, na página dois, na resolução
1741 distribuída para os senhores, a nossa secretária executiva teve o cuidado de colocar em
1742 destaque o Art. 5º que está escrito assim: a 12ª conferência estadual de assistência social
1743 será precedida de 21 conferências regionais, e estas, pela as conferências municipais.
1744 Parágrafo único: As conferências municípios, além de avaliar as ações municipais para a
1745 assistência social e propor diretrizes para o âmbito municipal, discutirão e deliberarão
1746 propostas para as conferências regionais, estadual e federal respectivamente, sendo
1747 objeto de apreciação na conferência estadual. Então a proposta de nova redação é a
1748 seguinte: Parágrafo único: As conferências municipais, além de avaliarem as ações
1749 municipais para a assistência social e propor diretrizes para o âmbito municipal, discutirão
1750 e deliberarão propostas para as conferências estadual e nacional. Nós tiramos daqui a
1751 discussão do aprofundamento do eixo dois das conferências municipais e o envio disso
1752 para a conferências estadual. Ok? A outra mudança sugerida está no Art.8º: As
1753 conferências regionais trataram do tema e do lema da 12ª conferência estadual de
1754 assistência social aprofundando o debate em torno do eixo: gestão democrática e controle
1755 - O lugar da sociedade civil no SUAS, conforme estabelecido no informe do CNAS nº 02
1756 de 2017 considerando os seguintes subtemas: I – fortalecimento do controle social nas
1757 regiões e a função estratégica das URCMAS; II - a regionalização dos territórios de
1758 proteção; III – a participação e valorização dos usuários e trabalhadores da rede
1759 socioassistencial pública e privada para a dos direitos no fortalecimento do SUAS. §1º
1760 Nas conferências regionais serão eleitos os delegados da região para a 12ª conferência
1761 estadual de assistência social. §2º As deliberações das municipais relativas as
1762 conferências regionais, estadual e nacional serão compiladas pelo CEAS segundo os
1763 prazos estabelecidos no Art. 7º dessa resolução. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** A nossa
1764 proposta é suprimir esse §2º, e não a orientação de virar um parágrafo. Tem uma



1765 supressão sugerida no inc. III. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Gente, eu vou passar aqui
1766 para Consolação. **CONSOLAÇÃO:** É supressão do Art. 8º com os incisos, bem como o
1767 §2º. Eu peço desculpa porque na hora de colocar aqui faltou tirar o: vira parágrafo. Então
1768 eu peço desculpa. A confusão quem causou foi eu. Eu olhei tudo, conferir, mas passou
1769 batido isso. Então, só o §1º que permanece, virando aí o caput do Art. 8º. É isso. VOZ AO
1770 FUNDO. **CONSOLAÇÃO:** A primeira proposta dele está sendo suprimida, Juanita. O
1771 caput e os incisos, bem como o §2º. Desse artigo está permanecendo apenas o §1º, que
1772 se torna o. Art. 8º. Ele se transforma no caput do Art. 8º. É isso. VOZ AO FUNDO.
1773 **CONSOLAÇÃO:** É. Soma-se a isso que os subtemas em uma orientação específica que
1774 a gente vai fazer inclusive da metodologia que vai ser trabalhada nas regionais. É isso.
1775 **SIMONE:** Está claro ou confuso, gente? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** No microfone, por
1776 favor. **SILVANA:** O capítulo II ficaria só o Art. 8 com essa última frase final, é isso? VOZ
1777 AO FUNDO. **SILVANA:** Isso! O capítulo II da conferência regional ficaria só o Art. 8º.
1778 VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Isabela, pega o microfone, por favor. É para explicar no
1779 microfone. **ISABELA:** A gente reduziu bastante a redação do Art. 8º. O Art. 8º passa ser
1780 composto somente pelo caput. Mas o capítulo II continua. Vira a página aí que vocês vão
1781 ver que o capítulo II continua. O que foi o entendimento aqui? A gente estava
1782 antecipando, misturando coisas... VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Esse é o artigo não é,
1783 Volney? VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Capítulo II. Está vendo? Capítulo II da regional,
1784 está vendo? Ele é composto pelo Art. 8º até o Art.11. Isso tudo compõe o capítulo II. A
1785 gente viu que estávamos adiantando o subtema das conferências regionais em uma
1786 resolução que trata orientações para as municipais. Então para simplificar para os
1787 municípios a gente tirou essa parte. Ela vai ser e descrita em uma resolução específica da
1788 regional. **SIMONE:** Ficou claro, gente? Está claro, Silvana? Conselheiros? Conselheira,
1789 Juanita? Tudo bem? Então beleza. Então vamos seguir. Agora é o Art. 12. É no inc. III a
1790 nova redação. A redação original da resolução é: discutir e deliberar propostas para os
1791 temas, eixos e subtemas conforme consta o instrumental no anexo I. A nova redação é:
1792 discutir e deliberar propostas para os temas e eixos conforme consta do instrumental no
1793 anexo I. Tirou a palavra: subtema. Entendeu? Ok? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É bom a
1794 gente ler. Vamos ler com calma. Eu vou até sugerir que essa nova resolução seja lida por
1795 uma voz masculina. Então, Léo, por favor, para proceder a leitura, para a gente ouvir com
1796 calma, com tranquilidade... **LEONARDO LADEIRA:** É uma honra para mim. Muito
1797 obrigado, presidente. RISOS. **LEONARDO LADEIRA:** Então, em nome da presidenta, eu
1798 vou ler a resolução. Fui designado O. VOZ AO FUNDO. **LEONARDO LADEIRA:** Eu ia ler
1799 errado, está vendo? VOZ AO FUNDO. RISOS **LEONARDO LADEIRA:** Minuta de
1800 resolução do Conselho Estadual de Assistência Social. Dispõe sobre alteração da
1801 Resolução n.º 592 de 27 de abril de 2017, que “dispõe sobre orientações para as
1802 Conferências Municipais e regulamenta as Conferências Regionais e a Conferência
1803 Estadual de Assistência Social de 2017. O Conselho Estadual de Assistência Social –
1804 CEAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Estadual 12.262/96, e considerando: -
1805 O intervalo de tempo entre o término do prazo para a realização das Conferências
1806 Municipais de Assistência Social, conseqüentemente do prazo para envio dos relatórios
1807 dessas pelos municípios, e o início das realizações das conferências regionais;- A
1808 sincronicidade do eixo 2 – “Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade
1809 civil no SUAS” com a discussão já realizada nas conferências regionais em 2015, bem
1810 como a necessidade de avançar nas proposições; e - A deliberação de sua 222ª Plenária
1811 Ordinária, ocorrida em 19 de maio de 2017; resolve: Art.1º O art. 5º, art. 8º e art. 12
1812 passam a vigorar com a seguinte redação: “Art.5º Parágrafo único. As Conferências
1813 Municipais, além de avaliar as ações municipais para a assistência social e propor



1814 diretrizes para o âmbito municipal, discutirão e deliberarão propostas para as
1815 Conferências Estadual e Nacional." "Art. 8º Nas Conferências Regionais serão eleitos os
1816 delegados da região para a 12ª Conferência Estadual de Assistência Social." "Art.12. III –
1817 Discutir e deliberar propostas para os temas e eixos, conforme consta do instrumental no
1818 anexo I." Fica suprimido o item "Aprofundamento do Eixo 2: Gestão Democrática e
1819 controle social: o lugar da sociedade civil no Sistema Único de Assistência Social –
1820 SUAS" do relatório relativo ao anexo I. Art.3º Esta resolução entra em vigor na data de
1821 sua publicação. Belo Horizonte 19 de maio de 2017. Simone Aparecida Albuquerque,
1822 presidente do Conselho Estadual de Assistência Social. **SIMONE:** Obrigada, conselheiro
1823 Leonardo. **LEONARDO LADEIRA:** Eu quero saber o que é NR. VOZ AO FUNDO.
1824 **VOLNEY:** Eu acho que é até interessante, a minha colocação não era essa, mas colocar
1825 o significado de NR – Nova Redação. Eu acho que é interessante porque eu também não
1826 sabia. " O intervalo de tempo entre o término do prazo para a realização das
1827 Conferências Municipais de Assistência Social, conseqüentemente do prazo para envio
1828 dos relatórios..." Não seria interessante destacar mais uma vez esse prazo? Em algum
1829 lugar está destacado? Os relatórios serão enviados eletronicamente? Então, eu sugiro
1830 que deveríamos destacar, mais uma vez, o prazo para o envio desses relatórios.
1831 **SIMONE:** Volney, a nossa talvez ela contemple a sua sugestão. O que que a gente
1832 discutiu? Para não ficar duas resoluções, toda vez que tiver que ler essa aqui vai ter que
1833 buscar a outra, então nós vamos fazer uma resolução única contendo as duas. Aí vai
1834 resolver esse problema que você colocou aí. Eu concordo plenamente com ele. Eu só
1835 queria chamar a atenção aqui: "- A sincronicidade do eixo 2 – "Gestão democrática e
1836 controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS" com o curso sobre Controle Social do
1837 Capacita..." Tem sincronicidade com o quê? Tem que deixar mais claro aqui. É só isso
1838 que eu observei. Conselheiro, Leonardo. **LEONARDO LADEIRA:** Eu também acho uma
1839 excelente idéia, até porque temos que pensar no público da resolução. **SIMONE:** É.
1840 **LEONARDO LADEIRA:** O município vai ficar muito confuso ao ler isso aqui. **SIMONE:**
1841 Vai! **LEONARDO LADEIRA:** Ele vai querer que justifica o porquê desta coisa. E uma
1842 nova, eles não vão nem olhar a velha. Eles vão direto e não vai ter polemica. Agora, de
1843 qualquer forma eu não sei como que é o instrumento jurídico. Não tem que ter uma
1844 justificativa do por que que a gente está... Não precisa? **SIMONE:** Não. Não precisa. É
1845 nos considerando que a gente coloca. Talvez deixar um considerando: considerando as
1846 observações feitas pela comissão organizadora da conferência para deixar o eixo 2 para a
1847 conferência regional... **LEONARDO LADEIRA:** Eu colocaria até bem específico para uma
1848 pessoa entender claramente. **SIMONE:** Áham. **LEONARDO LADEIRA:** Considerando de
1849 supressão do detalhamento do eixo 2. **SIMONE:** Tá! Mais claro! Sim. **LEONARDO**
1850 **LADEIRA:** Eu acho melhor. **SIMONE:** Eu concordo plenamente. A gente usa muito
1851 também o instrumento de resoluções comentadas, Léo. Se for preciso também a gente
1852 faz resoluções comentadas, para não ficar um negócio jurídico, mas, mais orientativo. Nós
1853 vamos ver qual é o mais adequado. Eu concordo plenamente com a sua observação.
1854 **LEONARDO LADEIRA:** É porque vai ser trabalhado o detalhamento na regional, não vai?
1855 **SIMONE:** Vai. **LEONARDO LADEIRA:** Então eu estou sugerindo assim: considerando a
1856 necessidade de supressão do detalhamento do eixo 2 que será trabalhado nas
1857 conferências regionais. **SIMONE:** Ficou ótimo. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não. O eixo
1858 não saiu, o que saiu foi o propôs para esse eixo. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Ajuda a
1859 Rosa a escrever ali gente, por favor. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Já colocou lá. VOZ AO
1860 FUNDO. **SIMONE:** Eu não enxergo nada! Já colocou o que vocês estão querendo aí?
1861 **LEONARDO LADEIRA:** Eu vou ler, Simone. Considerando a necessidade de supressão
1862 dos subtemas do eixo 2 que serão aprofundados nas Conferências Regionais. **SIMONE:**



1863 Ficou perfeito, gente! Mais alguma observação? **LEONARDO LADEIRA:** Mas a gente
1864 eliminou esse texto! Como que vai ser isso? Não eliminou, não? **SIMONE:** Qual texto?
1865 **LEONARDO LADEIRA:** Não vai publicar a resolução inteira de novo? **SIMONE:** Não,
1866 publica cada. Depois nós vamos juntar. Tem que publicar. Ficou claro? Nós vamos
1867 publicar essa também? Depois nós vamos juntar para facilitar a vida. Gente, podemos
1868 votar? Estão todos esclarecidos? Então, por favor. Os conselheiros favoráveis a alteração
1869 da resolução 592 de 27 de abril de 2017, por favor, levantem os crachás. Podem abaixar.
1870 Contrários. Abstenções. Muito obrigada a todos vocês. Aprovada. Agora a gente vai o
1871 outro ponto que a comissão organizadora da conferência também discutiu. VOZ AO
1872 FUNDO. **SIMONE:** É. Lá vem mais papel. Prometo que quando a gente sair da crise
1873 financeira nós vos comprar um laptop para cada conselheiro. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:**
1874 É uai! Fica mais barato que esse papel todo aqui! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Um laptop
1875 para cada conselheiro. Não é não, Volney? Vamos modernizar esse negócio aqui.
1876 **LEONARDO LADEIRA:** Não fala isso, não! Deu uma confusão no passado. Tem gente
1877 quase presa por causa de tablete para essas coisas. **SIMONE:** Ah, não! Nós vamos fazer
1878 direitinho aqui. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Vai ficar aqui na mesa, Léo. VOZ AO FUNDO.
1879 **SIMONE:** Não! Já tem até o modelo, vou mandar para você. É igual na ALMG, na Câmara
1880 Municipal, no CNAS. Lá é assim! Com chave, com senha. Já tem tudo, só falta o dinheiro
1881 viu, Léo!? VOZ AO FUNDO. **LEONARDO LADEIRA:** O dinheiro eu resolvo! VOZ AO
1882 FUNDO. **SIMONE:** Pronto! "Lacrou!" Oh! Se isso não sair gravado aí... VOZ AO FUNDO.
1883 **SIMONE:** Ele falou no microfone! Que beleza! Amanhã eu já vou mandar o negócio o
1884 Helvécio. RISOS. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Nada! Nós vamos provar para ele que fica
1885 muito mais barato do que essa confusão de papel aqui. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É.
1886 Um wi-fi bom. VOZ AO FUNDO.. **SIMONE:** Isso mesmo, Wilson. VOZ AO FUNDO.
1887 **SIMONE:** A Fazenda vai se posicionar para a gente usar o celular de cada um. RISOS.
1888 **SIMONE:** Isso mesmo! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Wilson, você que acha eu que é uma
1889 vez por mês. "meu filho!" Tem a CIB aqui e tem as câmaras técnicas. VOZ AO FUNDO.
1890 **SIMONE:** Está certo! Não vamos entrar nessa discussão não, gente. Vamos continuar
1891 com os nossos papeis porque é o melhor que está tendo! Isso é porque a Secretaria de
1892 Meio Ambiente não está aqui, senão você ia ver a discussão que ia rolar aqui com relação
1893 ao uso do papel, Wilson. Mas vamos lá, gente! Nós fizemos uma discussão... Porque está
1894 chegando muita solicitação para o Conselho participar de conferências municipais. Então,
1895 a comissão organizadora, ela trouxe para a gente estabelecer um critério de participação
1896 do Conselho. A proposta é a seguinte: minuta de resolução do CEAS que aprova critérios
1897 para representação do CEAS nas conferências municipais de assistência social de 2017.
1898 Ai vem os considerando: comiserando a impossibilidade do CEAS se fazer representar
1899 em todas as conferências; Considerando de priorizar os município que fizeram, tendo
1900 como consequência maior participação nas conferências municipais; Considerando a
1901 necessidade de otimizar e recurso para maior participação do CEAS nas conferências
1902 municipais; Considerando a deliberação da sua 222ª plenária ordinária ocorrida em 19 de
1903 maio de 2017, resolve: Art.1º Aprovar os seguintes critérios para o CEAS participar das
1904 conferências municipais priorizando os municípios que atendem as seguintes condições: I
1905 – Número de participantes previsto para a conferência municipal deverá ser, no mínimo
1906 100 pessoas; II – Município de domicílio do conselheiro; III – Municípios que têm
1907 representação da diretoria do COGEMAS. §1º. A previsão de participantes para a
1908 conferência municipal deve ser realizada considerando os eventos de mobilização
1909 propostos e/ou já realizados pelos municípios. §2º Os convites oriundos dos municípios
1910 para o CEAS participar das conferências municipais deverão informar a previsão do
1911 número. Art. 2º O CEAS poder colaboradores como palestrantes. Esta resolução entra em



1912 vigor na data de sua publicação. Em discussão. **VOLNEY:** Eu fico pensando aqui nessa
1913 informação de que o número de participantes previsto para a conferência deverá ser no
1914 mínimo de 100 pessoas. Pela a minha experiência em outras conferências municipais, por
1915 exemplo, só serão contemplados municípios de porte médio para cima. Porte I são
1916 raríssimos os municípios que têm 100 pessoas participando de conferência. Eu acho que
1917 nós precisamos discutir isso melhor. Não é fácil você reunir 100 pessoas em conferência
1918 na cidade de porte I. Outra coisa, os colaboradores que serão palestrantes: o município
1919 vai bancar a ida? Ou o CEAS vai bancar a viagem desses colaboradores? **SIMONE:** Mais
1920 alguém? **VOZ AO FUNDO.** **SIMONE:** Quem? **SILVANA:** Eu. "Município de domicílio do
1921 conselheiro." Aí com exceção das pessoas aqui que são de outros municípios, a gente
1922 acompanharia aqui de Belo Horizonte, certo? É isto? **SIMONE:** Não. Uma coisa é
1923 representação, quem vai para a mesa, não é? A outra é se vocês querem participar da
1924 conferência, porque ela é aberta. Inclusive se vocês quiserem convidados ou participantes
1925 da conferência... Todos podem ser. E se quiser que a gente oficialize isso também, não
1926 tem problema. Aqui é para a representação formal: quem vai para a mesa de abertura,
1927 quem vai fazer a palestra... é isso. **VOZ AO FUNDO.** **SIMONE:** Só um minutinho, gente!
1928 Deixa eu só... Agora eu já peguei o microfone para responder. Volney, o que a gente
1929 pensou é o seguinte: primeiro isso aqui é um critério de prioridade, não é exclusividade.
1930 Essa questão que você levantou pode ser verdade ou não. Tem município de pequeno
1931 que faz uma grande mobilização. Não é um problema de porte, é um problema de
1932 compromisso, de capacidade de mobilização... Por exemplo, tem município que está
1933 fazendo pré-conferência. Tem município que está fazendo em território de CRAS,
1934 entendeu? Agora, tem município que ele é grande, mas não faz nada disso, só vai o
1935 governo. A gente sabe disso. Aqui é priorização. É um critério para priorizar quem mais
1936 está mobilizando para as conferências municipais. É uma forma de valorizar. Agora, o
1937 número a gente pode discutir aqui. A gente colocou um número de 100 por que... Sei lá!
1938 Alguém sugeriu e nós achamos que estava adequado. Mas nós podemos discutir. O que
1939 não dá é um conselheiro sair daqui, chegar lá e ter 10, 15 pessoas. Aí não dá! É mais
1940 nesse sentido. Pois não, Soyla. **SOYLA:** Eu acho que é bem o que você falou mesmo, é
1941 questão de mobilização. Por exemplo, eu já trabalhei em Arinos. A gente construiu uma
1942 conferência que foram 200 pessoas em Arinos. Arinos, na época, eu acho que tinha 16
1943 mil habitantes. Em Paracatu a gente já fez uma conferência que foram 100 pessoas. E
1944 hoje, não. Hoje, é através das pré-conferências que estamos conseguindo. A minha
1945 previsão em 2015 a gente mais de 300 pessoas, agora está com uma previsão de 500
1946 pessoas para este ano. Eu acho realmente que a gente tem que priorizar e incentivar
1947 esses municípios que estão fazendo essa articulação. A gente tem que parar de falar para
1948 nós mesmo, não é? E trazer o usuário para dentro. É uma forma de incentivar os
1949 municípios a falarem: "espera aí! Eu vou ter um conselheiro estadual vindo aqui porque eu
1950 fiz articulação! Eu consegui!" Eu acho importantíssimo isso. Eu estou super feliz porque
1951 nas três prioridades aqui eu estou dentro. O meu município vai fazer 9 pré-conferências,
1952 tem representação da diretoria do COGEMAS através da Ana Amélia e eu sou
1953 conselheira estadual. Olha que gracinha! Eu estou dentro! E eu estou fazendo uma
1954 campanha, porque eu quero a Simone na conferência de Paracatu! Obrigada. **SIMONE:**
1955 Obrigada, conselheira. Mais alguém? Está claro? Volney, você quer fazer alguma
1956 proposta? Ou você está convencido da nossa proposta? Se você quiser fazer uma
1957 proposta, fique a vontade, conselheiro. **VOLNEY:** Eu fico pensando, por exemplo, eu sou
1958 de uma cidade próxima ao menor município do Brasil: Serra da Saudade. São 800
1959 habitantes. Gente, um município desse não vai ser contemplado nunca com a presença
1960 de um conselheiro estadual! Tem outro município lá perto da minha cidade: Quartel Geral.



1961 É um município com pouco mais de mil habitantes. Então ele não será contemplado
1962 nunca! **SIMONE:** Conselheiro, você tem uma proposta? Pensa aí enquanto a Débora fala.
1963 Pensa aí em uma proposta. **DÉBORA:** Eu não estava querendo misturar as duas
1964 questões, mas a partir disso que o Volney trouxe eu acho que vale a pena. Eu acho que
1965 os municípios pequenos, às vezes, não têm na equipe alguém que possa fazer essa
1966 conferência, que possa provocar essa discussão. Mas dá uma certa tranquilidade pensar
1967 e saber que a SEDESE está recebendo também demandas de municípios para fazer essa
1968 conferência. Internamente a gente criou critérios. Estamos inclusive contando com as
1969 diretorias regionais, com os técnicos das diretorias, que podem estar indo aos municípios
1970 fazer. Eu entendo a sua preocupação em ter um município que não ter alguém
1971 qualificado, vamos dizer assim, para provocar um debate e uma discussão interessante.
1972 Os municípios quando eles convidam o CEAS eles estão convidando o CEAS, um
1973 conselheiro, eles não estão convidando um gestor. Mas, nessa perspectiva, eu acho que
1974 esse outro convite que tem chegado na SEDESE e que as diretorias regionais estão
1975 atendendo, eu acho que de alguma forma resolve e garante um certo debate qualificado
1976 nos municípios. **SIMONE:** Silvana. Depois é a Geise. **SILVANA:** Pensando que nós
1977 temos 853 municípios, se todos demandarem, isso não é possível. Será que não seria o
1978 momento da gente trabalhar com as URCMAS para estarem nas conferências ajudando
1979 esses municípios menores? **SIMONE:** É. Eu acho que no rol de colaboradores que a
1980 gente vai colocar aqui é uma excelente idéia. E só respondendo a questão dos
1981 colaboradores. Se eles vão colaborar, se eles vão representar o Conselho, nós vamos sim
1982 financiar a ida deles. É óbvio. Senão ninguém vai, não é? Volney, é um apoio igual a
1983 gente fez na última conferência. Só para vocês terem uma idéia do tamanho de Minas
1984 Gerais.... Não é o tamanho, é a concentração das conferências porque elas se
1985 concentram em julho. No ano passado, com todo o nosso esforço juntando: regional,
1986 SEDESE, Conselho, colaboradores, nós atendemos 230 conferências municipais. Foi feito
1987 todo o esforço. A nossa meta é isso viu, gente? No mínimo atender as 230 conferências
1988 municipais. **LEONARDO LADEIRA:** Simone, você quantas não foram atendidas?
1989 **SIMONE:** Não. Eu não sei se a gente tem essa clareza. E quantas que a gente atendeu.
1990 Dos 853 municípios só 14 não fizeram conferência. Destes, nós fomos em 230. Então é
1991 um esforço grande que a gente vai fazer para estarmos presentes em um número maior
1992 de municípios. Volney, você tem alguma proposta? **VOLNEY:** Outro detalhe que a gente
1993 está pensando é de o conselheiro estar disponível por exemplo, um dia, dois dias,
1994 sequenciais. Você faz uma cidade, e aí tem uma cidade que é do lado da outras, então às
1995 vezes você pode permanecer mais um dia e atender mais uma cidade. E às vezes aquele
1996 município não soube que você tem aquela disponibilidade. A gente poderia estar
1997 pensando... Não sei... Pode colocar até no site, porque às vezes o município compatibiliza
1998 perto do outro as suas conferências. Não sei se é possível a gente dar uma pensada
1999 nisso aí, sabe? Porque aproveita também esse deslocamento geográfico, sabe? **SIMONE:**
2000 Eu acho que essa idéia da Silvana da gente colocar também as URCMAS como
2001 colaboradores... E aí o Conselho também organizar um pouco isso, ou tentar organizar,
2002 junto com as URCMAS, assim podemos atingir um número maior de municípios. VOZ AO
2003 FUNDO. **SIMONE:** É. Aqui está na resolução esse critério. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:**
2004 Fala no microfone, conselheira, por favor. **JUANITA:** É só para colaborar com o Volney
2005 considerando essa demanda que ele está apresentado. Poderia colocar mais um critério
2006 para atender a solicitação do município: município próximo do domicílio do conselheiro
2007 estadual. Talvez até colocar a proximidade: 50km, 70km... Talvez te atenderia, Volney.
2008 VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Gente, nós vamos fazer a regra. A exceção à gente traz para
2009 o pleno discutir. Pode ser assim? Porque se a gente for colocar todas as exceções...



2010 Porque se não... A nossa vice-presidente quer falar antes da gente encaminhar. VOZ AO
2011 FUNDO. **SIMONE:** Não, eu só vou encaminhar depois. **GEISIANE:** Reforçando o que a
2012 Simone já disse no início. A comissão organizadora pensou nos considerando, mas fica
2013 muito claro aqui a questão de priorizar. Não significa que o município com menos de 50
2014 participantes não vai ser atendido, não é essa a regra do jogo. São critérios para iluminar,
2015 para dar luz no caminho. Eu fico pensando que, quem vai receber esses pedidos é a
2016 secretaria executiva. Eu acho que ninguém melhor do que a secretaria executiva para
2017 fazer a logística disso. Isso aqui vai dar uma luz e uma motivação para os municípios. Ao
2018 receber os convites, que vai ser via secretaria executiva, cabe a secretaria executiva fazer
2019 essa logística, não é? Determinar esse caminho. Então, daqui que tem que sair essa
2020 organização, essa logística, que vai fazer contato conosco. "Geisiane, tem aqui um pedido
2021 na cidade tal e outro que está na cidade ao lado..." É tentar fazer essa logística. "A
2022 Geisiane não podendo comparecer, vai ser acionada a lista dos colaboradores ou outros
2023 conselheiros." Eu acho que a resolução é importante no sentido de dar o caminho. É algo
2024 que vai iluminar. E priorizar não é excluir. Isso é algo que eu queria reforçar. É importante
2025 que a secretaria executiva faça esse desse e o comunicado com os conselheiros.
2026 **JUANITA:** Na verdade, vice-presidente, você está falando outra coisa que não está na
2027 resolução. Aqui o artigo fala que é o critério, então não é luz para nortear no CEAS na
2028 tomada da decisão. Os critérios vão ser esses, e se não tiver no critério, aí é de acordo
2029 com o que a presidente falou: traz para esse pleno deliberar. **GEISIANE:** Você está
2030 dizendo o Art. 1º, não é? Aqui está dizendo: aprovar os seguintes critérios para o CEAS
2031 participar das conferências em 2017 priorizando os municípios que atendem. Eu acredito
2032 que a priorização continua na minha fala, Juanita. Mesmo que está nos considerando,
2033 quando ela diz no Art. 1º que é priorizando, também não é engessando. É priorizar. Está
2034 no Art. 1º também. **SIMONE:** O pleno está esclarecido para votar? Podemos votar?
2035 Então, por favor. Os conselheiros favoráveis à resolução que aprova os critérios para
2036 representação do CEAS nas conferências municipais de assistência social de 2017, por
2037 favor, levantem os crachás. Podem abaixar. Contrários. Abstenções. Muito obrigada ao
2038 pleno. Nós trouxemos aqui a mesma lista de pessoas que colaboraram na última
2039 conferência. Então, isso significa que foi a mesma. Nós utilizamos a mesma lista, mas não
2040 significa que nós não podemos sugerir outras pessoas. Eu vou aqui para a nossa vice-
2041 presidente para ela fazer a leitura. **GEISIANE:** Temos na lista de colaboradores a
2042 indicação dos seguintes nomes: Ana Maria Conegundes, Darci Vilassa, Débora Davi,
2043 Domingos Sávio de Araújo, Eleonora Schettini, Hérmellis, Luiz Lobo, Marcelo Armando,
2044 Márcia Mansur, Márcia Pinheiro, Maria Ângela Pereira, Maria Auxiliadora, Maria da
2045 Páscoa, Maria Freitas, Rosângela Pinheiro e a Simone Almeida. Esses são os nomes na
2046 lista, tendo em vista que já foi solicitado aos órgãos e instituições que indicassem os
2047 nomes. O CRP, por exemplo, tinha uma reunião no dia da comissão organizadora, então
2048 ficou de trazer alguns nomes "recheiar" ainda mais essa lista. O CRESS também foi
2049 solicitado, e também o COGEMAS. Eu estou lembrando aqui do CRP porque a Érica
2050 comentou que teria uma reunião logo naquele dia. A lista está aqui para outras
2051 indicações. Érica, e depois o Volney. **ÉRICA:** A gente teve reunião da comissão de
2052 psicologia da política de assistência com os colaboradores que a gente tem: uma é do
2053 centro-oeste, ela se disponibilizou. Depois eu passo o nome dela; Leste; Sudeste. Eu
2054 estou no Sul, não é? Na região do triângulo nós vamos mapear mais alguém. Na região
2055 do norte eu acredito que um conselheiro nosso também vai se dispor. Ele não estava na
2056 reunião, mas eu acredito que não vai ter problema. **VOLNEY:** Eu gostaria que nós
2057 fizéssemos o convite para a Rosilene, de Montes Claros, porque não temos ninguém do
2058 norte de Minas. VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Ah! Me desculpa, viu? Mas ela é do



2059 noroeste, não? VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Pois é. Complementando. Deveríamos
2060 convidar a Rosilene Rocha, de Montes Claros, a Anália, lá de Campo Belo... VOZ AO
2061 FUNDO. **VOLNEY:** Oi? O Hérmellis já está ali, não é? Eu acho que deveríamos convidar
2062 a Anália também, porque ela tem muita experiência. Eu vou dar uma pensada ao longo da
2063 semana. **GEISIANE:** E passa para a secretaria executiva. Quero dizer também que,
2064 apesar de já ter saído aqui no pleno a indicação de solicitar colaboradores também pelo
2065 CRESS, como eu já informe aqui no início da reunião que nos dias 02 e 03 a gente vai ter
2066 o pleno, eu já vou levar essa discussão para a gente já trazer os nomes. Eu me
2067 comprometo junto ao Rodrigo de levar e fazer o contato com a secretaria executiva. VOZ
2068 AO FUNDO. **SIMONE:** Eu quero agradecer muito ao CRP, ao COGEMAS, ao CRESS. É
2069 esse esforço que eu acho que é bacana a gente fazer para realizar as conferências. A
2070 conferência é um esforço enorme do Conselho Estadual, mas também de todo mundo e
2071 que trabalha. Contar com todos é muito importante. Então, eu agradeço em nome do
2072 nosso Conselho muito, muito mesmo. Eu pedir para a nossa secretária fazer um relato
2073 aqui. Como a gente recebeu um número de convites e a gente não tinha critério, o que
2074 nós fizemos na comissão organizadora? Eu estou relatando para os senhores que nós
2075 representação do Conselho para todos os convites que estavam na nossa mão até a data
2076 de... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Até 08 de junho, porque é quando acaba a primeira
2077 semana e dá prazo para a gente fazer passagem... Essas coisas. Então, para ficar
2078 registrado aqui no nosso pleno, a nossa secretária vai colocar ali para os senhores verem.
2079 Quem não nossa... É uma sugestão nossa. Quem não puder, por favor, pode falar, tá?
2080 **CONSOLAÇÃO:** Primeiro é o município de Vazante, que vai ser no dia 25 de maio. A
2081 regional é Paracatu. Já tem até o horário e a quantidade de participantes: 200. Eles já
2082 informaram. A Soyla foi indicada. Em Rio Manso, região metropolitana, o Rodrigo, da
2083 ASSPROM. VOZ AO FUNDO. **CONSOLAÇÃO:** É. Corinto, da regional Curvelo, é dia 31
2084 de maio, aí é a Ivone. VOZ AO FUNDO. **CONSOLAÇÃO:** Não. Eu vou chegar lá! Eu
2085 lendo por data. VOZ AO FUNDO. **CONSOLAÇÃO:** Corinto é o município, a regional é
2086 Curvelo. Aí a Ivone foi direcionada. No município de Frei Gaspar, da regional Teófilo
2087 Otoni, em de junho, Maria Alves. É da região dela. Poços de Calda, regional Poços de
2088 Caldas, foi indicada a conselheira Érica. Pedra do Anta, regional Juiz de Fora, eles
2089 queriam alguém da regional. Então nós encaminhamos para lá. Sobraria, regional
2090 Governador Valadares, em 08 de junho, eles declinaram. Seria até o Isac. Ele se
2091 prontificou a ir, mas eles declinaram do convite. Curvelo, regional Curvelo, a gente está
2092 indicando a Ivone. Vai no dia 08 de junho. Eu vou repassar o convite para todo mundo. A
2093 gente vai fazer a ponte com o município. E aí gente, a partir do a gente tem vários outros
2094 municípios. Eu passo para a presidente para saber se a gente manda depois para as
2095 pessoas, para todo mundo e para a regional. **SIMONE:** Com os critérios em mãos depois
2096 vocês fazem isso, não é? Está bom? Ok gente? Qual que é o próximo, Consolação? VOZ
2097 AO FUNDO. **SIMONE:** Não, vamos terminar a discussão da conferência. Gente, como a
2098 gente fez na última conferência, nós também fizemos uma proposta que foi discutida na
2099 comissão organizadora e trabalhada pela secretaria executiva e equipe técnica. Agora
2100 nós vamos trazer aqui para mostrar e validar o conteúdo da fala dos conselheiros. Esse aí
2101 é para palestra. Nós não fizemos ainda para a mesa de abertura. Os conselheiros que
2102 foram fazer palestra representando o CEAS nós estamos trazendo aqui uma proposta
2103 para a fala dos conselheiros. Eu vou passar para nossa secretária executiva para que ela
2104 possa fazer a apresentação do conteúdo proposto. **CONSOLAÇÃO:** Gente, eu vou fazer
2105 aqui a apresentação. Fiquem a vontade. Pode registrar para fazer o destaque.
2106 Conferência municipal de assistência. Vai começar falando dos Conselhos de Assistência.
2107 O que são os Conselhos de Assistência? São espaços públicos, de composição paritária



2108 entre governo e sociedade civil, de natureza deliberativa cujo a função é apreciar, aprovar
2109 e propor mudanças, influenciar, avaliar, monitorar e controlar a execução da política de
2110 assistência. São o principal canal de participação popular encontrados nas três de
2111 governo: federal, municipal e estadual. Concretiza a participação do controle social e
2112 possibilita um exercício efetivo de uma gestão democrática de assistência social. Então
2113 seria bom começar falando sobre o que que é o Conselho para chamar um pouco a
2114 atenção do município para isso. O que que pode mudar a realidade? O povo alto-
2115 consciente e alto-organizado. Uma das formas de organização representativa no controle
2116 social é o Conselho Municipal. Então é para dar uma primeira chamada nisso. Gente, eu
2117 vou ler mesmo os slides, porque como vai ser uma fala, eu acho importante todo mundo
2118 ver o conteúdo. Então eu vou ler mesmo. Próximo, Rosa. As principais realizações do
2119 CEAS. Aí eu copiei da SEDESE, gente. Eu não criei isso, não. Eu copiei uma linha de
2120 tempo do superintendente Jaime. É uma linha de tempo. Vai ter um slide por ano. São as
2121 principais realizações, logicamente o Conselho fez tantas outras. São as principais
2122 realizações que trouxeram para cá a resolução. No mês de abril: a organização da oferta
2123 dos serviços regionalizados para os atendimentos especializados para as famílias e
2124 indivíduos – PAEFI e serviço de acolhimento para a criança, adolescente e jovem até 21
2125 anos. Foi uma resolução que nós aprovamos no Conselho. O Conselho aprovou essa
2126 organização dos serviços. Depois eu vou passar um detalhamento, a resolução, para que
2127 os conselheiros leiam isso e possam estar explicando um pouco o que significa cada
2128 resolução e tudo. Em junho: aprovou o Programa Estadual de Qualificação. E aí chama
2129 atenção inclusive do Plano de Apoio Técnico Para Indução Orientada dos Gastos, do
2130 Capacita SUAS... Então eu fiz um extrato do que é esse programa. O que que ele conta?
2131 Ele vai contar com: Plano de Apoio Técnico Para Indução Orientada dos Gastos, Plano de
2132 Aprimoramento da Gestão do SUAS, Capacita SUAS, cursos tele presenciais, criação de
2133 núcleos de educação permanente do SUAS/MG e a supervisão técnica dos trabalhadores
2134 do SUAS. Em julho: ele aprovou o Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de
2135 Proteção Especial. Vocês podem ver que está sempre vinculado a uma resolução. Em
2136 outubro: foi realizada a 9ª conferência estadual de assistência social. Em novembro: a
2137 gente definiu critérios das áreas de abrangências para a oferta dos serviços
2138 regionalizados, organização da oferta desse serviço e aprovou o critério de para a
2139 estruturação da rede socioassistencial também privada de serviços. Esse seria o resumo
2140 do ano de 2015. Próxima. Em 2016: criou a comissão de monitoramento das
2141 conferências, já em fevereiro; Aprovou o critério de elegibilidade e priorização de doação
2142 de veículos para a estruturação da rede socioassistencial de proteção social básica para o
2143 combate a pobreza rural. Em abril: aprovou o perfil dos alunos do Capacita SUAS
2144 incluindo trabalhadores de nível médio e superior, secretários executivos de Conselhos e
2145 conselheiros da sociedade civil. Em julho: aprovação de orientações técnicas para a
2146 indicação dos alunos do curso. Em outubro: instituiu as URCMAS como Fórum de caráter
2147 construtivo e permanente, espaço para troca e relato de experiências que amplia a
2148 participação. É uma referência na regional para escolha de representantes da sociedade
2149 civil para compor Conselhos. Em novembro: referendou a resolução da CIB que criou as
2150 comissões regionais de gestão compartilhada vinculada a CIB. São espaços de
2151 articulação e interlocução dos diálogos acerca dos serviços regionais da proteção social
2152 especial de média e alta complexidade executados pelo Estado, caracterizando como
2153 instância de discussão da operacionalização do aprimoramento do SUAS em âmbito
2154 regional. Em 2017: manifestou-se contrário ao Programa Primeira Infância orientando a
2155 todos os Conselhos de Minas a não aprovarem. Saiu também uma resolução; Aprovamos
2156 o Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial que tem como objetivo instituir



2157 e fortalecer no Estado de Minas os mecanismo de incentivo financeiro, assessoramento
2158 técnico e qualificações continuadas para aprimorar os serviços, programas, projetos e
2159 benefícios de assistência ofertados pela rede socioassistencial do SUAS. Essas são as
2160 realizações. Eu já vou incluir a da comissão de política de hoje. A gente já tem mais uma
2161 coisa para colocar aqui antes da conferência. Aí depois dessa prestação de contas nós
2162 vamos falar o que que é a conferência. Conferência de assistência social: é um
2163 importante instrumento de controle social que mobiliza atores dessa política para conferir
2164 o que foi realizado e o que necessita ser aprimorado. São espaços de articulação,
2165 participação e deliberação das diretrizes. É bom lembrar a todos que esse ano a
2166 conferência ela é ordinária e possui a atribuição de avaliar a situação da assistência social
2167 e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema. Também, a grande importância
2168 para este ano é que a gente venha debater o segundo Plano Decenal de Assistência
2169 Social, assegurando a sua implementação e considerando os desafios apresentados por
2170 ele. Próximo. Em Minas nós temos: conferências municipais que vão deliberar delegados
2171 para as conferências regionais; Depois nós temos a conferência estadual; Depois a
2172 conferência nacional. Cada uma delas delibera pelos delegados participarem da próxima
2173 conferência. As conferências regionais: está na nossa lei estadual como etapa que
2174 precede a conferência estadual. A partir de 2015 ela passou a ser uma conferência
2175 deliberativa. Aí no cronograma nós temos o que a gente tem de prazos para a gente está
2176 seguindo em relação às conferências. A realização das conferências é até 31 de julho; A
2177 inscrição das conferências até 04 de agosto; O encaminhamento dos relatórios é até 04
2178 de agosto. Essas atividades também se constituem nos critérios de participação para a
2179 conferência regional. O cumprimento dessas atividades são os critérios. Nós temos ainda
2180 como atividade: a realização de 21 conferências regionais, que é do período de 07 de
2181 agosto a 29 de setembro; Realização da conferência estadual de 09 a 11 de outubro. O
2182 tema da conferência deste ano: garantia de direitos no fortalecimento do SUAS. O CEAS
2183 deliberou-se por um lema, que traduz muito a necessidade do que a gente tem que fazer
2184 inclusive para essa garantia de direito. Então traduz o que o CEAS está propondo:
2185 garantia de direitos no SUAS: organizar, lutar e resistir. Cabe as conferências municipais:
2186 discutir o tema e o lema propostos; Observar o prazo para a sua realização; Discutir e
2187 deliberar propostas para os temas e os eixos; Duas propostas para o Estado e quatro
2188 para a União; Ter a participação do governo e da sociedade civil: entidade, trabalhador e
2189 prioritariamente usuário; Eleger delegados que participarão da conferência regional. Aí
2190 tem o quadro dos delegados a serem eleitos nas conferências municipais. O conselheiro
2191 pode dar ênfase porte daquele município que ele está indo. Vamos dizer que o município
2192 é de porte I: Seriam duas vagas. Vai ler só essa, não precisa ler todo o quadro. VOZ A
2193 FUNDO. **CONSOLAÇÃO:** Corrigir o quê? VOZ AO FUNDO. **CONSOLAÇÃO:** A cor, não
2194 é? Está bom. Entendi. Obrigada, Volney. Eu vou mudar a cor de todo o jeito então, tá?
2195 VOZ AO FUNDO. **CONSOLAÇÃO:** O layout a Isabela vai me ajudar. A gente vai
2196 melhorar. Vamos voltar só um pouquinho no conteúdo. Próximo, Rosa. Aí a gente dessa
2197 junção da conferência com o Capacita SUAS, a sincronidade. Então é informando que
2198 nessa conferência regional participarão também os conselheiros municipais de
2199 assistência social: dois por município e um secretário executivo, para o curso de controle
2200 social do Capacita SUAS na condição de convidado. Por que isso? Aí ele vai ter que falar
2201 um pouquinho da regional: que a conferência regional vai ocorrer no primeiro dia do curso
2202 de controle social do Capacita e que vai ser no polo da regional. A participação na
2203 conferência regional desses conselheiros: o CEAS deliberou que, se esse conselheiro
2204 municipal não puder participar do Capacita, está aberta a possibilidade de delegados da
2205 conferência municipal, ocuparem essa vaga de cursista no Capacita SUAS. A realização



2206 em sincronicidade do curso de controle social com a conferência regional visa possibilitar
2207 experiência efetiva do controle social para os delegados e para os cursistas, dando
2208 concretude ao seu aprendizado. Então seria isso o resumo para a gente falar dessa
2209 junção do Capacita com a conferência. Para a 12ª conferência os delegados vão ser
2210 eleitos nas conferências regionais. Ainda na conferência estadual, a gente vai ter o
2211 processo de eleição da sociedade civil dos CMAS para compor o CEAS. A partir de 2015
2212 a gente introduziu uma questão nova para esse processo. Todos os delegados da
2213 estadual votam para eleger esses representantes, de acordo com a representação que
2214 eles têm na conferência. A gente vai falar um pouco dos eixos. O tema da conferência
2215 está sendo tratado em quatro eixos: proteção social não contributiva e o princípio da
2216 equidade como paradigma para os direitos sócio assistenciais. Vale destacar em relação
2217 a esse tema: proteção social não contributiva, porque são dois conceitos. A gente te que
2218 pensar que a assistência está dentro dessa proteção e a questão da equidade. A gente
2219 não pode tratar os diferentes como os iguais. Então são dois conceitos básicos dentro da
2220 política de assistência social. Aqui nós chamamos a atenção para a emenda
2221 constitucional 95, que é a limitação dos gastos. Essa emenda congelou os gastos da
2222 saúde, da assistência e da educação por 20 anos. Reforçamos que ela impactará no
2223 orçamento destinado ao Programa Bolsa Família, uma vez que ele não é um direito
2224 constitucional e não é obrigatório. Então, para além de impactar nos serviços da
2225 assistência social que não vão poder ter aporte, a gente pode ter o aumento do público
2226 diante de tantas coisas acontecendo no nosso país. A PEC 287 é uma proposta do
2227 governo que vai prejudicar principalmente o público da assistência social porque ela
2228 propõe a desvinculação do BPC do salário mínimo, que é um grave problema para os
2229 idosos que não tem como comprovar a contribuição previdenciária para fins de
2230 aposentadoria. Então eles precisam disso, senão, eles não vão aposentar. Eles precisam
2231 do benefício. Bem como, as pessoas com deficiências que não tem como se sustarem e
2232 nem ter o seu sustento pela a família. Então, na medida em que desvincula o salário, ele
2233 passa ser algo que não vai garantir o mínimo para essas pessoas. Então a gente vai tratar
2234 isso com mais cuidado. A gente vai está levando essa discussão. Mas, lembrar que, a
2235 garantia da profissionalização do SUAS e a valorização dos trabalhadores nas diferentes
2236 esferas estão ameaçadas com a lei da terceirização e com a reforma trabalhista. Então,
2237 quando a gente fala dessa gestão democrática, do controle social e pensar no trabalhador
2238 que está junto ao usuário, das entidades e mesmo da sociedade civil, eles vão estar
2239 sendo comprometidos com essas duas leis: reforma trabalhista e a terceirização. Gente, é
2240 muito importante lembrar que, para a gente efetivar a gestão democrática e o próprio
2241 controle social, existem estratégias muito importantes para isso, como a do usuário com o
2242 trabalhador, para a gente conseguir efetivar mais a defesa de direitos. E também a
2243 articulação com os diversos Conselhos de Direitos. Não é trabalhar mais isolado, mas do
2244 que nunca a gente precisa unir forças para essa garantia. O controle social pode ser feito
2245 em conjunto com outros Conselhos. Ele deve ser pensado considerando os direitos dos
2246 usuários como cidadão, não apenas no aspecto biológico de sobrevivência. Mas enxergar
2247 o usuário como essa pessoa de direito. Não se pode aceitar a segregação do SUAS. A
2248 gente está sendo ameaçado o tempo inteiro em relação a isso. Não podemos devolver a
2249 assistência social para as primeiras- damas. Então nós voltamos nessa discussão. E nada
2250 melhor que assegurar tudo o que a gente conquistou. A segurança socioassistencial,
2251 segurança de sobrevivência, de rendimento, de autonomia, de convívio e vivência familiar
2252 e de acolhida, concretizam a interface da assistência social e os direitos, e impactam nos
2253 acessos da garantia desses direitos. Então a gente volta a essa discussão. A gente
2254 sempre reforçou essa necessidade realmente de garantir essa segurança. E a vigilância



2255 também é importante para dar resposta a integração da garantia dos direitos para o
2256 monitoramento desses serviços que ofertamos para integração com outras políticas e
2257 para trabalhar a autonomia das famílias. A gente tem que aprender a usar esse
2258 diagnóstico e todos os índices ao nosso favor. E eixo quatro a gente tem: legislação como
2259 instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes
2260 federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais. Aqui a gente chama a atenção
2261 para reconhecer os direitos sociais já adquiridos. Então a gente lembra desses direitos,
2262 das proteções: proteção básica, proteção especial, dos benefícios que a gente tem e a
2263 necessidade de defendê-los; Lutar pelo aprimoramento da política de assistência social
2264 para assegurar a efetivação dos compromissos e as responsabilidades dos entes;
2265 Fortalecer os espaços de pactuação: CIB/CIT com maior participação dos municípios; Ter
2266 a vigilância socioassistencial e os instrumentos de gestão do SUAS como elementos
2267 estratégicos para o planejamento das ofertas, acesso e garantia de direitos; Garantir
2268 recurso para a política de assistência social, considerando o cofinanciamento e o custo
2269 das ofertas. E aí gente, por fim, a gente apresenta os desafios. O que queremos? Aí a
2270 gente recupera o nosso lema. Por isso que o Conselho deliberou isso: Garantir os direitos
2271 no SUAS - Organizar, lutar e resistir. Então é: organizar os usuários; Pensar em organizar
2272 os equipamentos públicos e privados, Conselhos locais, Fórum de Usuários...Então é
2273 como que a gente vai organizar para eles serem os maiores reivindicadores dos seus
2274 direitos; Organizar os trabalhadores; Organizar as entidades; Aprimorar a legislação;
2275 Mutirão para adequar as leis ao SUAS. Muitos municípios ainda não tiveram as suas leis
2276 adequadas ao SUAS; Considerar a URCMAS como Fórum de Referência para eleição
2277 dos representantes da sociedade civil para compor os CMAS. Por que isso? Se a
2278 URCMAS consegue ser referência, principalmente nos municípios que estão passando
2279 por dificuldade em compor o seu Conselho com a sociedade civil. E a gente consegue
2280 colocar isso nesse Fórum a gente vai conseguir ter uma sociedade civil mais forte e mais
2281 atuante. Seria isso nesse momento. APLAUSOS. RISOS. **SIMONE:** Eu estou achando
2282 que vai. Vamos lá aos destaques! Volney. E depois também eu tenho um destaque.
2283 **VOLNEY:** Eu vou sugerir o seguinte, ali no eixo I aparece EC – Emenda Constituição e a
2284 PEC. O palestrante às vezes pode ter um ato falho, e aí some o significado. Então eu
2285 acho interessante destacar o que é uma Emenda Constituição e uma PEC. Eu também
2286 que a gente mande para todos os colaboradores, pelo menos para pessoa ter ciência do
2287 que que é uma PEC e uma Emenda Constituição. Eu acho que isso aí você pode
2288 discorrer durante a sua fala. As pessoas têm que ter essa noção. Então no eixo I seria
2289 Emenda Constituição e a PEC. Depois tem o BPC também. Discrimina o que é o BPC
2290 também. No eixo II aparece SUAS. Muitas das vezes aparecem pessoas na conferência
2291 que nunca tinham ido a uma conferência de assistência social e não sabem o que que é a
2292 "dona SUAS." Isso acontece muito, não é? No eixo III eu sugiro que discrimine: CIB/CIT.
2293 Eu que é interessante colocar esses conceitos e mandar para os colaboradores porque
2294 tem pessoas que não têm essa clareza. E também ali a URCMAS, eu acho que
2295 interessante discriminar o que é URCMAS também. E tem os CMAS também, que são os
2296 Conselhos Municipais. Eu não sei quantas lâminas que deram. VOZ AO FUNDO.
2297 **VOLNEY:** Consolação, eu acho que os conferencistas não são apenas leituristas, não é?
2298 Você tem apenas uma referência para discorrer com a plateia ali. Então, normalmente, se
2299 você tem 1 hora, 40 minutos, que coloque lá, por exemplo, na primeira: 1/21, na segunda:
2300 2/22... para você ter a noção desse tempo para você falar. Porque as vezes você pega
2301 uma determinada lâmina e aí você discorre um pouco mais, na outra discorre um pouco
2302 menos.... Então eu acho que é interessante colocar: 1/21, 2/21.... Porque você tem uma
2303 noção desse tempo de fala. Então essas são as minhas observações. E aí, Isabela, não



2304 se esqueça do contraste, tá? Porque as vezes alguns ambientes são mais claro, outros
2305 mais escuros... eu até chamei a atenção aqui do marrom porque ele não estava claro, não
2306 é? Então, essas são as minhas observações. **GEISIANE:** Tem destaque da Isabela e da
2307 Sandra. Primeiro estava a Isabela. **ISABELA:** Os meus destaques são na parte da linha
2308 do tempo. Eu pensei algumas coisas. Às vezes pode ter eu "comi mosca", Consolação.
2309 Você me desculpa, viu? Eu acho que é importante a gente destacar ali: as plenárias
2310 ampliadas que o Conselho realizou. Inclusive a gente pode por foto e tal, porque eu acho
2311 que é uma ação importante do Conselho. Eu acho que outro ponto muito importante que
2312 tem que está ali são as datas que a gente aprovou aquelas manifestações contra as
2313 reformas, os impactos que vão, porque isso inclusive tem um link com o conteúdo que a
2314 gente está trazendo. Então, isso mostra que o Conselho já tem discutido isso, que já faz
2315 parte do debate aqui... Então dá um link do por que a gente está destacando isso
2316 conteúdo. A gente entende que isso tem a ver com o avanço da política de assistência
2317 social e tudo mais. Então, eu acho que é legal colocar ali as datas que a gente fez essas
2318 manifestações também. E aí uma outra sugestão para a gente pensar na forma do slide é
2319 colocar um pouco do futuro também. Eu acho que a gente não podia perder um pouco de
2320 situar quando que vai ser a próxima conferência nacional... Talvez mencionar ali também
2321 sobre o curso de controle social, o período em que vamos realizar as próximas
2322 conferências... Eu acho que é legal também. Eu não sei se já tem isso porque a letra ficou
2323 bem pequena. Às vezes eu posso ter "comido mosca". E no mais, é a gente trabalhar aí o
2324 layout, colocar foto, desenhos... Mas aí a gente vai trabalhando. **GEISIANE:** Simone.
2325 **SIMONE:** Nessa linha que a Isabela colocou eu também anotei algumas coisas aqui. A
2326 gente tem que incluir: as oficinas que nós realizamos, os temas delas. Nós realizamos
2327 algumas oficinas; Colocar que instituímos as conferências regionais deliberativas. Isso foi
2328 uma atitude muito importante. Tem muitas questões importantes a partir daí; Que o
2329 Conselho elaborou o "Perguntas e Respostas." Eu gostaria muito que colocasse o nome
2330 de todas que nós fizemos, inclusive a que está sendo produzida pela a comissão de
2331 acompanhamento aos Conselhos; Que a gente coordenou a discussão da revisão do
2332 PPAG junto com a comissão de participação popular, e priorizou financiamento para as
2333 entidades e para implantar as medidas de meio aberto. Foi um papel importantíssimo do
2334 Conselho; Que a gente instituiu a comissão de monitoramento de deliberação das
2335 conferências. Isso é muito importante para os Conselhos prestarem atenção; Que a gente
2336 elaborou em conjunto com a SEDESE e a AMM o caderno de participação e controle
2337 social; Que o Conselho elaborou o caderno de orientação para as conferências regionais.
2338 Colocar o nome dele. Foi muito importante aquele caderno também. Ele diz de um
2339 posicionamento muito importante do Conselho Estadual; Que o Conselho compõe a
2340 Frente Mineira em Defesa do SUAS e da Seguridade Social. Nós temos três
2341 representantes do Conselho na Frente; Colocar o protagonismo do Conselho contra o
2342 Programa Criança Feliz e da desprofissionalização que o programa coloca. Foi papel
2343 muito importante. Eu acho que é isso o que eu anotei aqui. Eu também queria chamar a
2344 atenção sobre a importância orientar os nossos representantes, sejam eles conselheiros
2345 ou colaboradores, de como é que a gente vai mostrar esse material para os deficientes
2346 visuais. Isso é muito importante. Toda a vez que a gente for á conferência municipal
2347 temos que saber se tem deficientes auditivos, se o Conselho lembrou de ter um interprete
2348 de libra na conferência e orientar de como que faz a descrição do nosso material para os
2349 deficientes visuais presentes nas conferências. **GEISIANE:** Ok. Obrigada, Simone.
2350 **SANDRA:** Na linha do que a Simone colocou, eu queria lembrar que está em andamento
2351 a construção dos parâmetros das medidas. VOZ AO FUNDO. **SANDRA:** Participação do
2352 Conselho no GT que está criando... E também dos benefícios eventuais, que eu também



2353 participei. A cada reunião de plenária aqui eu tenho colocado a riqueza que está sendo.
2354 Você não estava aqui de manhã. Às vezes tem até mesmo um pouco de conflito, mas é
2355 no sentido de estar colocando os desafios. Nas questões feitas pelo Conselho talvez o
2356 nome não deveria ser: prestação de contas. Vai de encontro a deliberação da conferência
2357 passada? Vocês lembram que a gente tinha colocado que: a cada conferência a gente iria
2358 trazer, pelo menos, duas principais até onde andou? Consolação, lá no primeiro slide
2359 você colocou o que que o Conselho fez: o que que encaminhou na linha do
2360 financiamento, o que encaminhou na linha do controle social... É no sentido das
2361 deliberações da última conferência. Nos grupos isso sai muito, gente. É aquela fala: "mas
2362 o que que fez desde as conferências passadas? O que que já encaminhou?" Nesse
2363 sentido você está indo de encontro a alguma deliberação, entendeu? Se não pôs, de
2364 repente dá tempo para a gente ainda construir isso. Pelo menos três pontos principais,
2365 três pontos que encaminhou... Lógico que temos muito desafio. Mas eu estou só
2366 sugerindo. Obrigada. **GEISAINÉ:** Obrigada, Sandra. Maria do Carmo. **MARIA DO**
2367 **CARMO:** Dentro das sugestões dadas pela fala dos quatro eixos, eu acho que é preciso
2368 lembrar de criar uma oportunidade da fala do Plano Decenal. Eu não sei em que eixo,
2369 mas talvez no eixo IV. Talvez a gente deixa essa discussão lá e discute com o pessoal.
2370 **GEISIANE:** Volney. **VOLNEY:** Seria interessante colocar a inauguração dos CREAS
2371 regionais. Em algumas regiões não inaugurou, mas destacar isso eu acho que é
2372 importante. Outra coisa que eu acho importantíssimo é a gente fazer o convite para que
2373 os CMAS e as entidades se candidatem as vagas no CEAS. Na conferência você escuta:
2374 "ah! Eu não estava sabendo!" Então, isso tem que ser destacado! Isso eu acho que é
2375 importantíssimo colocar em lâmina para que os Conselhos se candidatem ao processo
2376 eleitoral do CEAS. Então é dar esse destaque viu, Consolação? **VOZ AO FUNDO.**
2377 **VOLNEY:** Eu acho que nós precisamos reforçar esse convite. **GEISAINÉ:** Obrigada,
2378 Volney. Luiz George. **LUIZ GEORGE:** Boa tarde para todos (as). Eu gostaria de fazer uma
2379 indagação. Eu estava pensando aqui: "priorizar os municípios que fizeram maior
2380 mobilização, tendo como consequência maior participação nas conferências municipais."
2381 Certo? Lagoa Santa é a 12ª conferência também, sabe? Eu participei de todas. Eu acho
2382 que o município que consegue mobilizar 100 pessoas para uma conferência municipal
2383 durante a semana ele vai estar contemplado, entendeu? Então, nós temos que voltar os
2384 olhos para os municípios pequenos, para os que nem sabem que o CEAS existe e nem
2385 sabem que a assistência social existe. Simone! São quantas regionais? **VOZ AO FUNDO.**
2386 **LUIZ GEORGE:** Não seria bom juntar as URCMAS com as regionais da SEDESE? Seria
2387 ideal! Porque a finalidade das URCMAS é exatamente essa. **GEISIANE:** Sim. Obrigada,
2388 senhor Luiz. Só para esclarecer esse tema que você trouxe... **LUIZ GEORGE:** Já passou.
2389 **GEISIANE:** É bacana para esclarecer. A gente trouxe aqui que vão ser chamados outros
2390 colaboradores da lista que a gente tem, mas a SEDESE inclui as regionais. Eu tenho
2391 certeza de que essas regionais vão dar o apoio na execução, nas palestras e na
2392 participação nas conferências municipais. Então, isso aí o senhor pode ficar tranquilo. Vai
2393 ter muita gente para dar o apoio. **LUIZ GEORGE:** Obrigada. **GEISIANE:** Está inscrita
2394 também aqui a Simone. **SIMONE:** Eu acho que essa questão que a Sandra colocou aqui
2395 é fundamental. É um trabalho que a comissão de monitoramento das deliberações das
2396 conferências tem que fazer. Como eu não sei em que pé que anda a comissão de
2397 monitoramento das deliberações... **LEONARDO LADEIRA:** Eu vou apresentar hoje,
2398 Simone. Está pronto. **SIMONE:** Ótimo! Então é incorporar aqui. Incorporar como? A minha
2399 sugestão é incorporar no slide que for apresentado o que o Conselho fez e o que for
2400 deliberação de conferência a gente coloca uma marca lá: deliberação cumprida. Tipo:
2401 CREAS regional que é deliberação de conferência: missão cumprida Tipo: repassar



2402 recursos para a referência técnica dos municípios: missão cumprida. Então, é colocar em
2403 todos um carimbo de missão cumprida naquilo que foi cumprido. Eu acho que para as
2404 conferências municipais a gente tem que pensar em um material específico para a
2405 comissão de deliberação das conferências. **LEONARDO LADEIRA:** Eu protesto! A
2406 Simone está atrapalhando a minha fala. RISOS. **SIMONE:** Isso demonstra que o meu
2407 corpo combina com o seu jeito. VOZ AO FUNDO. RISOS. **LEONARDO LADEIRA:** Vice-
2408 presidente, interfira, por favor! VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Gente, vamos lá. VOZ AO
2409 FUNDO. RISOS. **LEONARDO LADEIRA:** Ela que ficou nervosa! VOZ AO FUNDO.
2410 **GEISIANE:** Gente, vamos voltar então. Falta muito ainda para às 18h. Eu quero
2411 agradecer as colaborações. Quero agradecer também o empenho da Consolação. Ontem
2412 a gente esteve na mesa diretora, ela apresentou um apanhado de tudo o que a gente fez
2413 também da comissão organizadora para montar esses slides. Ela trouxe uma primeira
2414 proposta com um número bem a maior de slides maior de slides. Foram 52, se eu não me
2415 engano. Ela só teve de ontem para hoje para reelaborar. Ficou excelente. Em nome do
2416 Conselho e da comissão organizadora eu quero parabenizar. Ficou muito bom.
2417 APLAUSOS. **GEISIANE:** Eu acredito que com as palmas fica aprovada essa
2418 apresentação e o gosto de todos por ela. A Isabela já se propôs em ajudar em algumas
2419 coisas, mas que são coisas básicas. Então, passando para o nosso próximo ponto. É o
2420 Leonardo que vai fazer a apresentação da comissão das deliberações. Por favor.
2421 **LEONARDO LADEIRA:** A gente vai falar sobre a avaliação da conferência estadual e
2422 sobre duas iniciativas que estão sendo bem inovadoras e vão contribuir muito com isso. A
2423 Rosa vai colocar. Eu vou ser mais sintético, não vai ter apresentação de power point, não.
2424 Eu estou aqui com o relatório em mãos. Vai ser disponibilizado para vocês. Eu só vou
2425 mostrar um quadro depois. Eu vou mudar essa ordem aí, Rosa. Eu vou lá para o ponto III,
2426 depois que eu vou voltar no I. Em 2015 foi feita a conferência. Foram dimensões para
2427 mobilizar o debate, a primeira é: dignidade humana e justiça social: Princípios
2428 fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo; A segunda: participação
2429 social como fundamento do Pacto Federativo; A terceira: primazia da responsabilidade do
2430 Estado por um SUAS público, universal, federativo e republicano; A qualificação do
2431 SUAS na consolidação do pacto federativo; A quinta: assistência social é direito no âmbito
2432 do pacto federativo. As meninas da secretaria executiva fizeram muito mais do que a
2433 própria comissão de monitoramento. Eles fizeram todo o trabalho, a gente mais só
2434 validou na comissão. Então, eu quero agradecer o trabalho. Quero também com certeza
2435 agradecer a Consolação, que é chefe da equipe, mas a Fernanda e a Rosa que passaram
2436 para a gente na reunião. VOZ AO FUNDO. **LEONARDO LADEIRA:** E a Misley. Eu só não
2437 falei da Misley porque eu fiquei com medo de errar o nome. A Misley a muito. Mas como
2438 ele não está aqui também, então não tem problema. VOZ AO FUNDO. **LEONARDO**
2439 **LADEIRA:** Está gravando. Elas dividiram por tema para ficar mais fácil à compreensão.
2440 Até por isso eu acho melhor, porque se a gente quisesse incluir, talvez a gente
2441 conseguiria incluir no formato que elas fizeram: por temas. Garantir a ampliação do
2442 acesso aos serviços: as deliberações trataram muito de desenvolver ações e programas
2443 para jovens que estão em situação de vulnerabilidade social, especialmente adolescentes
2444 grávidas e adolescentes em situação de rua. A SEDESE está desenvolvendo o Programa
2445 Juventude que vai está envolvendo o acesso aos serviços públicos, ofertas de
2446 qualificação profissional, estímulo ao empreendedorismo, intermediação de mão-de-obra
2447 para o mercado de trabalho. É o tipo de deliberação que vocês vão ver lá no quadro final
2448 que é: em implantação; Criou-se um programa específico de estratégia de combate a
2449 pobreza rural que pretende integrar as ações da política de assistência, trabalho e renda
2450 específico para os jovens da área rural; Ampliou o financiamento para os serviços de



2451 média e alta complexidade nos municípios de porte I e II; Criou os serviços regionalizados
2452 sobre responsabilidade e gestão do Estado. Eles então vão estar nos CREAS regionais;
2453 Inaugurou dois CREAS regionais em 2017. Ainda vai inaugurar mais. Essa já é uma
2454 resposta sobre a demanda da conferência. Sobre a educação permanente do SUAS:
2455 capacitação continuada de forma regionalizada aos trabalhadores, gestores e
2456 conselheiros foi a demanda da conferência. Foi tudo pactuado na CIB seguindo o Plano
2457 Estadual de Regionalização. Sobre a educação permanente do SUAS: Capacitação
2458 continuada de forma regionalizada aos trabalhadores e conselheiros. Foi a demanda da
2459 conferência; Incidência junto aos municípios para estimular a realização de concursos
2460 públicos; Visitas regulares das regionais da SEDESE aos municípios para
2461 assessoramento e realização de debates. A SEDESE está realizando isso plenamente por
2462 meio do Qualifica SUAS. Fez a capacitação continuada presencial em polos
2463 descentralizados. Então tem todos os números que o Conselho já conhece de
2464 participação muito grande; Tem ações de qualificações para os gestores municipais
2465 dentro do Qualifica, discutindo a importância de não ter muita rotatividade dos
2466 profissionais. Está atendendo o que a conferência pediu; Usou a rede UAITEC em
2467 parceria com Secretaria de Ciência e Tecnologia, que conseguiu ampliar de maneira
2468 gratuita a qualificação e formação profissional por meio de uma implantação de rede nos
2469 pólos de educação à distância; Na implantação da comunicabilidade teve muitas
2470 deliberações relativas a publicar as informações através dos meios de comunicação de
2471 massa ou alternativos. A SEDESE revisitou o seu site, criou um boletim informativo
2472 semanal. A assessoria de comunicação buscou fortalecer articulação o com os jornais
2473 locais para divulgar as ações do governo estadual; Criou um blog e o Programa SEDESE
2474 Quer Te Ouvir, que amplia essa comunicabilidade. Foi exatamente na intenção que a
2475 conferência colocou como demanda. E aí teve a primeira demanda que a gente
2476 considerou como não implementada. Era uma demanda da conferência: incentivo de
2477 ensino de políticas públicas e direitos sociais nas escolas. A SEDESE ainda não
2478 conseguiu fazer uma articulação com a educação para fazer uma proposta para isso.
2479 Então é a única não implementada. Mas a gente tem outras que são outras casos.
2480 Fortalecimento dos Fóruns é outro tema. Tem deliberações que versão sobre: estabelecer
2481 melhor a integração e ampliação da rede de comunicação entre os entes federados;
2482 Realizar parceria entre o CEAS e a SEDESE em articulação com a sociedade civil. Aqui a
2483 gente destaca a instituição das URCMAS voltadas para o fortalecimento do Fórum
2484 Estadual e Regional de Trabalhadores e Usuários; O CEAS está articulando com os
2485 outros Conselhos através do Fórum Inter Conselhos, que é a criação da Secretaria de
2486 Direitos Humanos. Outro desafio que foi solicitado: criação de mesa permanente de
2487 negociação que engloba os usuários, trabalhadores, sindicatos prestadores de serviços e
2488 gestão, seguindo a NOB-RH/SUAS. A ampliação dos recursos da assistência social:
2489 cofinanciamento estadual da proteção social básica e especial. Aí a gente falou do Piso
2490 Mineiro com uma alteração importante no modelo do cofinanciamento. Foi publicado um
2491 decreto em 2015 que criou o Piso Fixo e o Piso Variável tentando desburocratizar o
2492 repasse desse recurso aos municípios. A atualização da base de cálculo do Piso Fixo vai
2493 contemplar parte dessa proposta do aumento do cofinanciamento. Mas tem uma proposta
2494 bem específica que era: garantir o percentual mínimo de 5% dos recursos do orçamento
2495 do Estado para a política de assistência social. Essa também não foi contemplada, não
2496 tem uma proposta. VOZ AO FUNDO. **LEONARDO LADEIRA:** Vai aparecer. Essa não
2497 houve a conclusão. VOZ AO FUNDO. **LEONARDO LADEIRA:** Mas existe a proposta. É
2498 porque tem situações igual da educação e igual essa aí dos 5%. A do 5% não é
2499 implementada, mas a da educação é uma coisa que ultrapassa a área também, não é?



2500 Então exige uma interlocução e uma articulação, o que de fato tem que ser procurado.
2501 Então, são vinte propostas ao todo no relatório. Então doze das vinte propostas são
2502 complementadas, o que da 20%, com mais seis que estão andamento, chega a dar 90%.
2503 Então é muito bom, não é? É muito alta a resposta, porque o que está em andamento
2504 está sendo tentado e sendo articulado. VOZ AO FUNDO. **LEONARDO LADEIRA:** Muito
2505 bem não é, Simone? 5% só que não implementaram, e 5% são essas outras situações
2506 que envolvem articulação. Então, é isso, gente. Vai lá para o gráfico, Rosa. Aqui mostra
2507 que a gente teve um bom atendimento: 12 estão implementadas e 6 em implantação. As
2508 outras boas notícias são as seguintes, a equipe da secretaria executiva, essa equipe que
2509 fez esse trabalho muito bom, ainda está fazendo a avaliação por regional. Vai ter as
2510 deliberações solicitadas e atendidas por regional. É muito similar não é, Rosa e
2511 Fernanda? Porque não é para uma região, é para um sistema. Então a resposta já está
2512 pronta. Mas elas vão aprofundar e ir no âmbito regional para mostrar coisas específicas.
2513 Estão sendo separadas de acordo com o subtema e regional buscando verificar o que foi
2514 cumprido e o que não foi, de tal forma que vai ter 21 relatórios semelhantes a esse, mas é
2515 sobre a ótica regionalizada. E o ponto dois, que também pé muito inovador, é que ainda a
2516 gente está avaliando as propostas conferências setoriais de direitos humanos que não
2517 são da assistência, mas tem a ver com a assistência, porque o idoso pede assistência, a
2518 criança pede assistência, as pessoas com deficiência pedem assistência.... Então estão
2519 aprofundando as propostas destas conferências e vão trazer para nós respondendo essas
2520 demandas. Maravilhoso, não é? Então é isso, gente. Podem bater palmas porque foi um
2521 trabalho muito bom. APLAUSOS. **LEONARDO LADEIRA:** Eu já agradei e vou
2522 agradecer, de novo, agora que a Miley está aqui. Eu quero agradecer o trabalho de você,
2523 da Rosa, da Fernanda e da Consolação, que mandou elas fazer isso com muita firmeza.
2524 RISOS. **LEONARDO LADEIRA:** Então eu quero agradecer todo mundo pelo trabalho. É
2525 um trabalho difícil, não fácil. VOZ AO FUNDO. **LEONARDO LADEIRA:** Exatamente.
2526 **SIMONE:** É muito importante a gente mostrar a seriedade. Isso é muito bacana! Isso tem
2527 um efeito demonstrativo para os Conselhos Municipais que é melhor curso de
2528 capacitação. Isso é muito importante! Vocês vão ver o efeito desse negócio. **LEONARDO**
2529 **LADEIRA:** Simone, só complementando. Eu já falei aqui uma vez que a minha... Eu
2530 também sou professor universitário e eu também fiz mestrado. Eu estudei conferências e
2531 não existe isso. O grande problema da conferência é que ela não dá resposta depois. E
2532 se a gente aprofundar e ver que tem resposta, e a resposta foi positiva, é um ponto muito.
2533 É uma moral muito grande que valoriza demais o instrumento da conferência, valoriza
2534 demais a política pública. **SIMONE:** É. É muito legal. Pois não. **FABRÍCIA:** Boa tarde.
2535 Parabéns, gente! Adorei! A gente enfrenta esse problema na agricultura. A gente trabalha
2536 a questão da conferência e é um problema que a gente vem porque não tem esse
2537 monitoramento, e aí as pessoas não veem o retorno e não tem vontade mais de
2538 participar. Nossa, parabéns! Eu acho que vou até levar isso de exemplo lá para a
2539 agricultura para a gente está buscando este tipo de ferramenta para nos auxiliar.
2540 **SIMONE:** Mais alguém? Pois não, conselheira. **DAIANA:** Eu queria parabenizar a equipe
2541 porque eu sei como é árduo este trabalho. Eu compus em Juiz de Fora, como
2542 coordenadora, o grupo também da avaliação das conferências municipais. Infelizmente a
2543 notícia lá não é tão boa: 60% das deliberações não foram cumpridas, não foram
2544 respondidas ao CMAS. Duas foram respostas, mas de forma ininteligível pelo gestor da
2545 assistência. É isso. Nós, no grupo de trabalho, tiramos propostas para a próxima
2546 conferência para orientar o trabalho da comissão que organiza a conferência municipal.
2547 Infelizmente a notícia que a gente tem lá no município, lá na ponta, é essa: o não
2548 cumprimento das deliberações. **LEONARDO LADEIRA:** Eu também quero complementar.



2549 A Soyla, o senhor Luiz e a Josi também fizeram parte, gente. Eu quero agradecer eles
2550 também. **CONSOLAÇÃO:** Eu só quero falar que é muito interessante para a equipe
2551 técnica trabalhar quando você também um material, ou seja, um gestor que é
2552 comprometido com a deliberação. Fazer um trabalho técnico de avaliação e
2553 monitoramento. A gente pode fazer e chegar em um resultado de "não conseguimos de
2554 novo." Agora, quando você faz esse trabalho e você consegue dar essa resposta que
2555 houve o cumprimento, a gente também fica muito feliz de fazer esse trabalho e ter os
2556 instrumentos para isso. A gente pega desde uma prestação contas, sabe Isabela? Como
2557 ela é detalhada para que a gente possa fazer uma avaliação de cumprimento. Então, de
2558 todos os materiais, de tudo o que foi feito no CEAS por meio de resolução também...
2559 Então muitas dessas ações passaram aqui na prestação de contas e passou aqui para
2560 essa deliberação. Então, ter isso para a gente, que é técnica, é realmente muito
2561 interessante e é gratificante você poder avaliar dessa forma. Ai a gente agradece também
2562 a gestão, o gestor, que a gente tem. É muito bom a gente chegar em uma conferência e
2563 falar que a assistência social é prioritária. **SIMONE:** Eu vou passar para a conselheira,
2564 vice-presidente do COGEMAS e secretária municipal de um dos municípios mais
2565 importante deste país, terra do nosso queridíssimo Guimarães Rosa. **IVONE:** De fato, eu
2566 queria realmente parabenizar. Eu acho que hoje foi uma riqueza de dia, de reunião,
2567 principalmente agora quando a gente ouve a leitura de todo esse processo das
2568 conferências. É muito rico. Mas eu queria fazer só uma observação, porque as vezes a
2569 gente fica muito humilde de colocar. A questão do Piso Mineiro foi uma questão, para
2570 mim, um dos pontos mais importante. Quer dizer, é um recurso totalmente livre, o
2571 município pode utilizar ele tanto para os custeios... Muito livre. É um recurso que te dá
2572 direito a 100% do recurso humano. Quer dizer, são os avanços que eu acho que Minas
2573 sai na frente e com o apoio muito deste Conselho. Foi incentivo também do Conselho
2574 todos os municípios terem o seu CNPJ. Isso pode ser simples, mas é uma coisa muito
2575 importante, de ter o seu Fundo, a sua identificação... Então eu acho que tem muitos
2576 avanços que a gente ainda é humilde de falar, porque eu tenho certeza que é muito da
2577 ação deste Conselho. Eu queria só fazer essa observação aí. **SIMONE:** Muito obrigada,
2578 conselheira. A senhora tem razão. Nós vamos incorporar o decreto. Talvez deixar mais
2579 claro os avanços trazidos pelo decreto de autorização de pagamento de custeio, de
2580 investimento, de autorização de 100% de gasto do Piso com recursos humanos, fazer a
2581 transferência Fundo a Fundo com o cadastro do CNPJ dos Fundos, abertura massiva de
2582 contas... Deixar claro todo o processo que nós fizemos para fazer o repasse Fundo a
2583 Fundo regular e automático, que de fato é um avanço, sem dúvida nenhuma. Mais
2584 alguém? Eu me inscrevi aqui. Eu queria dar alguns encaminhamentos e sugestões. Eu
2585 queria ver se vocês concordam. Foi deliberado no pleno... Tem tanto tempo que vocês
2586 até se esqueceram, tá? Mas eu não me esqueci, não. Todo o dia eu "encho o saco". Mas
2587 é para contratar os anais da conferência de 2015. Agora, semana passada, eu assinei
2588 para contratação tanto da revista, quanto dos anais. Aí, talvez, Leonardo e a comissão,
2589 invés de publicar aqueles anais cansativos, mas a gente publicar este trabalho. Pensar
2590 como que a gente pode publicar o trabalho da comissão de monitoramento das
2591 deliberações. Aí não fica aquele tanto de coisas deliberadas. Já tem um tratamento que
2592 foi feito que é muito, muito, interessante. Então, é a gente pensar também no modelo de
2593 como que a gente pode fazer essa publicação em uma análise quantitativa, mas também
2594 qualificativa. Eu tenho certeza de que muitas pessoas que estudam o controle social vão
2595 adorar olhar para esse trabalho aí e teorizar sobre ele. Você não concorda comigo? Eu
2596 tenho certeza disso! Tem uma turma lá excelente lá no Departamento de Ciência e
2597 Política que eles estudam... Eu estive lá essa semana em um debate com eles de



2598 projetos de pesquisas da assistência social. Eles vão adorar olhar para esse negócio e
2599 escrever. Então, é uma sugestão que eu faço para a próxima reunião de vocês, para
2600 vocês pensarem nisso. Eu acho que a nossa colaboradora Eleonora vai amar! A Eleonora
2601 vai amar quando ela ver! Tem uma turma no DCP que só discute isso, vocês sabem.
2602 Você foi aluno lá, então sabe muito bem disso. Então eu queria fazer essa sugestão. Já
2603 está contratado, vai ser para a conferência... Eu acho que ia ficar muito legal como um
2604 material para a gente ter como registro do Conselho e distribuir também para os
2605 delegados, conselheiros... Eu também queria dizer o seguinte, gente. Eu sei que dá muito
2606 prazer a gente saber que a gente está seguindo o definido pela política nacional de
2607 assistência social. O definido na política nacional de assistência social é que a gente
2608 integre o controle social, gestão e financiamento. Então, aqui não tem mérito nenhum a
2609 não ser o mérito de seguir a política nacional, não é? Agora, eu queria dizer para a
2610 Consolidação e para toda a equipe da secretaria executiva que, é uma obrigação do
2611 Conselho fazer isso, mesmo que no final chegue à conclusão de que foi 20%, foi 30%.
2612 Não interessa isso! O que interessa é você saber que o Conselho tem uma preocupação
2613 independente de gestor, eu acho. Isso aí tem que ser uma prática, uma rotina, dos
2614 Conselhos de Assistência Social para quê? Não para desanimar ou animar, mas para
2615 refazer a sua rota. É o controle social! “30% nos conseguimos.” Porque que não
2616 conseguiu 60% ao invés de 30% ou 40%? ? Com certeza uma das avaliações que deve
2617 ter nesse conteúdo deve ser isso. Se está no PMDI, se está no PPAG, se está na LDO, se
2618 está tudo, por que que não fez? Eu acho que isso é muito importante enquanto
2619 materialidade do exercício do controle social, porque senão vira um discurso. Não é um
2620 discurso, é uma prática. E eu acho que isso também refaz rotas. A própria conferência
2621 vai... Aí vem agora a parte que eu acho qualitativa viu, Léo? Essa avaliação do que que
2622 foi cumprido e por que que não foi cumprido. Na hora da conferência estadual isso é
2623 muito importante, para não ficar repetindo as mesmas deliberações, para a gente
2624 inclusive fazer outras deliberações que são tão estratégicas e tão importantes quanto as
2625 que nós fizemos para atingir os mesmo objetivos. Então a gente precisa de novas
2626 deliberações. É isso o que eu queria colocar. **LEONARDO LADEIRA:** Simone inclusive foi
2627 isso o que a gente fez na nossa reunião. Foi antes de ontem. No relatório tem tanta coisa
2628 cumprida, que vai ficando em um nível de otimismo tão grande, que na hora que chega
2629 alguma coisa que não... A gente estava justificando o porquê de não quase como se
2630 fôssemos a SEDESE, entendeu? Tipo assim! E eu falei: gente, vamos diminuir o tom,
2631 porque nós somos o Conselho. É para bater na SEDESE! Não é só para ficar elogiando a
2632 SEDESE, não. **RISOS. LEONARDO LADEIRA:** E aí a gente modificou algumas coisas
2633 para isso mesmo, para mostrar que tem que fazer. Eu concordo plenamente com você,
2634 porque o instrumento do meu estudo foi exatamente esse. É no sentido do por que que as
2635 coisas não conversam. Tem que conversar. O Conselho não pode ignorar as
2636 conferências, tem que ser pauta dele. Os pontos que não aconteceram tem que vim para
2637 cá, para o Conselho, como pauta. A gente tem que sair daqui com um encaminhamento
2638 para pressionar a SEDESE. Por exemplo: conversar com a educação. Não podemos ficar
2639 esperando a SEDESE. Desculpa, mas é com todo o respeito ao trabalho de vocês. Mas
2640 não podemos ficar esperando a SEDESE conversar com a educação! O Conselho tem
2641 que chamar a educação para conversão. O papel do Conselho, eu entendo, é pressionar
2642 mesmo, entendeu? Então, esses assuntos: o que aconteceu e o que não aconteceu,
2643 deveria ser pauta do Conselho. **SIMONE:** Muito bem. Sandra. **SANDRA:** Gente, é
2644 rapidinho. Eu acho que tudo tem haver com a efetividade. Eu vou falar do lado das
2645 entidades para poder chegar aonde eu quero chegar aqui no Conselho. A questão do
2646 marco regulatório veio trazer para as entidades um desembaraço. Todo mundo está



2647 comemorando o desembaraço, só que o grande nó que está dando, e a questão que está
2648 colocando as entidades doidas, é que a questão que vai ser cobrado o resultado delas. É
2649 o resultado. Então, tem todo um desembaraço a respeito dessa burocracia dos convênios,
2650 e isso já está pipocando. Os representantes das entidades e os trabalhadores até já
2651 marcamos uma reunião em nível municipal para sabermos se vai ter um prazo de
2652 transição. Quando chega os termos de parceria, os acordos, eles estão ficando tudo de
2653 cabelo em pé porque lá já está estabelecida as metas. Então, está mudando toda uma
2654 ótica. Isso é qualificar a assistência social na questão do planejamento, monitoramento,
2655 avaliação e efetividade. Ainda que teve 30% ou 40% vai ter que ser demonstrado. Eu
2656 penso que essa também é uma questão do Conselho. Ainda que sejam os 30% que a
2657 gente conseguiu, mas temos que estar dando respostas de que estamos caminhando
2658 rumo a qualificar e a profissionalizar a assistência social. **SIMONE:** Eu concordo
2659 plenamente. Mais alguém? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Tem mais uma resolução. Não é
2660 mais uma resolução... Ah! Essa aqui é da acessibilidade VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É
2661 uma minuta de resolução com os nomes das pessoas para compor a comissão
2662 organizadora de acesso e acessibilidade dos usuários da 12ª conferência estadual de
2663 assistência social. Nós avaliamos que a comissão de acesso e acessibilidade ela tem o
2664 mesmo peso, a mesma responsabilidade, da comissão organizadora. É ela que vai
2665 garantir não só a acessibilidade, mas o acesso também dos usuários na conferência. O
2666 Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/ MG, no uso de suas
2667 atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Conjunta CEAS/SEDESE n.º
2668 053 de 16 de dezembro de 2016 e na deliberação da 222ª Plenária Ordinária realizada
2669 em 19 de maio de 2017, resolve Art. 1º São componentes da Comissão Organizadora
2670 para a realização da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, os (as) seguintes
2671 conselheiros (as) do CEAS: I - Simone Aparecida Albuquerque – Presidente –
2672 Coordenadora; II – Geisiane Lima Soares – Vice-Presidente – Coordenadora; III – Rodrigo
2673 dos Santos França – representante das entidades de assistência social; IV – Érica
2674 Andrade Rocha – representante dos trabalhadores; V – Isac dos Santos Lopes –
2675 representante dos usuários; VI – Rodrigo Silveira e Souza – representante não
2676 governamental de CMAS; VII – Marta Maria Castro Vieira da Silva – representante
2677 governamental; VIII – Isabela de Vasconcelos Teixeira – representante governamental; IX
2678 – Gilberto Donizete Ribeiro – representante do COGEMAS; X – Helder Augusto Diniz
2679 Silva – representante governamental de CMAS. Art. 2º São componentes da Comissão de
2680 Acesso e de Acessibilidade dos Usuários da 12ª Conferência Estadual de Assistência
2681 Social os seguintes conselheiros: I - Roseane Cristina dos Santos – representante das
2682 entidades de assistência social; II - Wiliam de Souza Franco – representante dos
2683 usuários; III - Dayana Cristina Lourenço de Assis – representante não governamental de
2684 CMAS. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Ok? Então, por
2685 favor, levantem os crachás os conselheiros favoráveis a resolução que dispõe sobre a
2686 composição das comissões organizadoras de acesso e acessibilidade dos usuários.
2687 Podem abaixar. Contrários. Abstenções. Obrigada. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não, não!
2688 Tem só mais um ponto da conferência, Rodrigo. Eu vou começar e passar para você. A
2689 União Regional dos Conselhos Municipais da região metropolitana de Belo Horizonte vai
2690 fazer um negócio super bacana, que é dar o início ao debate das conferências municipais
2691 na região metropolitana. Eu pedi o Rodrigo para ele apresentar aqui, porque eles não
2692 fizeram o informe aqui na hora dos informes dos conselheiros. Eu achei uma iniciativa tão
2693 bacana da URCMAS da região metropolitana que eu acho que a gente deve passar aqui.
2694 Vamos conversar também um pouco a respeito da nossa videoconferência sobre as
2695 conferências que vai abrir oficialmente no Estado o debate. Vai ser de manhã a



2696 videoconferência, e de tarde tem a da URCMAS da região metropolitana. Então Rodrigo,
2697 você está com a palavra. Por favor. **RODRIGO SILVEIRA:** Eu queria avisar que depois
2698 desse informe... No CMAS eu trataria como uma denúncia, aqui eu não sei se trataremos
2699 como denúncia, mas se preciso for eu farei. A URCMAS está passando por um processo
2700 de reordenamento. Nós já tivemos algumas reuniões. Eu gostaria de agradecer muito o
2701 apoio do CMAS/BH que sempre puxou... O Sávio. E agora o Sávio indo para a gestão...
2702 Eu não me lembro o nome das pessoas, mas tem uma equipe engajada para não deixar
2703 essa URCMAS da região metropolitana morrer. Ela está puxando todo esse trabalho. Não
2704 dá para ser só a gente o voluntário. E aí com o apoio do Pedro Patrus... Já tiveram alguns
2705 encontros. Em um desses encontros, eu acho que já até o informe aqui, a Consolação foi
2706 na reunião falar sobre a conferência, a organização das conferências... E aí ela fez uma
2707 explanação bem brilhante, ou mais brilhante do que ela fez aqui hoje, lá para a gente
2708 neste dia. O Hudson Rocha apresentou brevemente um esquema sobre o passo a passo
2709 de como montar uma conferência. Eu meio que organizou e começou a clarificar um
2710 pouco para aos municípios, pensando muito que é uma nova gestão e as vezes troca os
2711 técnicos, muita renovação de contrato, etc. E agora nesse encontro estamos pensando
2712 nas conferências e nesse processo de mobilização para o fortalecimento do SUAS em
2713 Minas Gerais. Vai ser no dia 30 de maio, às 14h, na Câmara Municipal de BH. Cadê a
2714 outra parte? VOZ AO FUNDO. **RODRIGO SILVEIRA:** Poderão participar: estudantes,
2715 conselheiros, militantes da política, usuários... Justamente para ajudar a mobilizar essas
2716 pessoas e ajudar no debate deste instrumental. A gente tem entendido, pelo menos lá em
2717 Nova Lima, que ficou um tema denso, difícil, com uma linguagem difícil... Então vamos
2718 começar a traduzir isso e trazer isso mais para o cotidiano dos Conselhos. Nos colocamos
2719 a disposição. Então já é um início de uma mobilização um pouco diferenciada e de
2720 suporte que a URCMAS está oferecendo. Vai ter a inscrição. A inscrição está no site da
2721 URCMAS, não é isso? Vai ter certificado também. O que mais? Eu acho que é só isso. A
2722 outra questão que eu queria tratar é que eu recebi uma nota... Eu tive honra de ministrar
2723 o Capacita SUAS da proteção social básica, na zona da mata. Eu fui em Juiz de Fora. Aí
2724 a gente mantém contato com as pessoas. Eu recebi uma denúncia sobre o município de
2725 Rio Novo, que está fazendo o edital 072/2017, que é um pregão para a contratação de
2726 profissionais de nível médio e superior para trabalhar na proteção social básica. Eu sei
2727 que o CEAS já tem uma nota técnica sobre isso. É uma coisa que a gente vem lutando.
2728 Eu acho que não existe precarização do trabalho maior do que essa. Como recém
2729 empossado membro do CRESS, eu acredito que o CRESS tem que tomar ciência disso.
2730 Mas como a nossa reunião é no dia 03 isso não foi repassado, porque é a primeira
2731 reunião da chapa, dessa nova gestão. Mas eu vou pautar. E como membro do Fórum de
2732 Trabalhadores lá de Nova Lima e que compôs o Fórum Estadual dos Trabalhadores, eu
2733 não poderia deixar de trazer isso para esse pleno. Eu quero pedir a inclusão, eu não sei
2734 se ainda pode, como é que é o regimento, mas a inclusão de um ponto de pauta com uma
2735 nota de repúdio ou até mesmo uma ação mais enérgica desse Conselho. Eu acredito que
2736 esse tipo de iniciativa não esbarra na legalidade, é legal. Eu acredito que eles têm um
2737 amparo jurídico. Mas, do ponto de vista de uma política emancipatória, de qualidade, de
2738 condição de trabalho e de vínculo empregatício, isso vem na contramão de tudo o que a
2739 gente luta para o SUAS. Esse decreto era para o dia 12 de maio, mas foi prorrogado para
2740 o dia 24. A carga horária de trabalho são 20h, semanais. Então é isso. **SIMONE:**
2741 Obrigada, Rodrigo. Vamos por partes, não é? Tem a apresentação, a comunicação, de
2742 que a URCMAS vai... Isac, talvez as URCMAS façam o mesmo como orientação. Quero
2743 pedir aí a nossa secretária executiva que faça essa sugestão, para que o nosso
2744 coordenador possa assinar uma orientação para as URCMAS também fazerem o debate.



2745 Rodrigo, a gente articulou aqui... A Consolação até olhou que, para quem é da região
2746 metropolitana dos municípios quiserem assistir a nossa videoconferência de manhã, a
2747 UAITEC aqui de Belo Horizonte é na Av. Afonso Pena, 4000 – 3º andar, no Cruzeiro. Lá
2748 tem capacidade para 25 pessoas. A inscrição é feita no site da SEDESE no Capacita
2749 SUAS. Então, a gente podia articular isso. Um grupo de manhã assiste aqui em Belo
2750 Horizonte, almoçamos juntos e depois vamos todos lá para a Câmara Municipal de Belo
2751 Horizonte, está bom? Aí é mais para a gente poder articular. Com relação a sua denúncia,
2752 o Conselho já tem uma rotina. Isso infelizmente é uma rotina aqui, não é? A comissão de
2753 política já tem uma nota de intervenção imediata. Eu também vou pedir a nossa secretária
2754 executiva para encaminhar para a diretoria de gestão do trabalho e educação permanente
2755 para que ela também tome as devidas e necessárias atitudes. Agora nós temos uma
2756 diretoria específica para isso. Está bom, Rodrigo? Muito obrigada pela a sua brilhante,
2757 querida e afetuosa participação, como sempre. Bem, eu acho que a gente terminou os
2758 pontos da conferência, não é? Agora a gente vai passar para o debate da constituição da
2759 comissão responsável pelo processo eleitoral do Conselho Estadual de Assistência
2760 Social, está bom? Nós temos que fazer juntos. Vocês sabem que a eleição é realizada na
2761 conferência estadual. Se ela é realizada na conferência estadual, então nós temos
2762 também que já começar todo o processo de mobilização e organização da eleição. É o
2763 momento muito importante da conferência estadual, que merece de nós um tratamento
2764 específico e cuidadoso. Eu pedi a nossa secretária executiva, para facilitar o nosso
2765 debate, que ela fizesse um levantamento para nós quem são os conselheiros que estão
2766 finalizando o mandato aqui no Conselho Estadual. Então ela fez um levantamento. Eu vou
2767 ler aqui para os senhores quem são os conselheiros que não podem se candidatar para a
2768 próxima eleição. Então nós temos... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É. Rodrigo dos Santos
2769 França – ASSPROM. Tem dois mandatos como titular; Geisiane de Lima Soares –
2770 CÁRITAS Regional. Tem dois mandatos como titular; Maria Alves de Souza - FETAEMG,
2771 nossa queridíssima ex-presidente. Ela teve dois mandatos como titular; Volney Lopes de
2772 Araújo Costa – PSIND. Teve também dois mandatos como titular. Então, segundo a
2773 avaliação da nossa secretária executiva, esses são os conselheiros que não podem se
2774 recandidatar. Isso é importante para os conselheiros novatos que estão aqui. VOZ AO
2775 FUNDO. **SIMONE:** É. O Volney está fazendo uma pergunta que eu vou explicar. A
2776 entidade... Eu não estou falando aqui da entidade viu, gente? Eu estou falando do
2777 conselheiro. A entidade pode se recandidatar. Eu estou trazendo a discussão do
2778 conselheiro porque, normalmente, que compõe a comissão que vai conduzir o processo
2779 eleitoral é quem não é candidato. Por isso que a gente está trazendo essa informação
2780 para facilitar a nossa discussão aqui. Essas são as informações para a nossa discussão.
2781 Agora vamos montar a comissão. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É. Exatamente! É por isso
2782 que eu fiz todo esse levantamento, toda essa discussão. É só para vocês chegarem em
2783 uma conclusão de que ela já está montada. Não tem resolução, não? Não. Não tem
2784 problema não fazer a resolução. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Vocês concordam que quem
2785 vai compor essa comissão são os conselheiros: Rodrigo dos Santos França –
2786 ASSPROM; Geisiane de Lima Soares – CÁRITAS Regional de Minas Gerais; Maria Alves
2787 de Souza – FETAEMG; Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND. Por favor, levantem os
2788 crachás os que concordam com esse conselheiros para compor a comissão. Podem
2789 abaixar. Contrários. Abstenções. Muito obrigada. Terminou? Terminamos! APLAUSOS.
2790 **SIMONE:** Muito obrigada a todos. Foi um plenário muito produtivo, muito importante. Pelo
2791 clima desse plenário eu estou sentindo que essa conferência vai ser mil vez melhor do
2792 que a última, que já foi um grande sucesso. Até o mês que vem. Muito obrigada a todos.
2793 Ah, gente! Só lembrando que a Consolação vai mandar para os conselheiros qual é a



2794 UAITEC que é mais próxima da residência de vocês, para vocês também, se quiserem e
2795 puderem, acompanhar a videoconferência, está bom? Pode falar, Sandra. **SANDRA:**
2796 Gente! Deixa eu só lembrar do evento... Gente! Dentro do calendário aí das
2797 manifestações, semana que vem vai ter a marcha, em Brasília. Eu só estou lembrando
2798 porque nós, como representantes dos trabalhadores, estamos organizados. Então, é só
2799 para lembrar da marcha. E também para lembrar vocês de sensibilizarem. Simone, você
2800 não estava aqui no início, mas eu falei da participação naquele seminário lá no Othon, da
2801 questão dos trabalhos e dos impactos. A gente tem que conscientizar e passar para os
2802 nossos pares o que que é a reforma da previdência, trabalhista e tudo isso que a gente
2803 está lutando. Quando a gente vai para o dia 15... Eu fico brincando: “estou no sol quente
2804 no dia 15, debaixo de chuva no dia 28...” Tem muito colega da gente que foi dispensado
2805 da área da educação, da saúde e de outras entidades e não estavam na caminhada. Eu
2806 fico pensando que a gente fica sofrido. A gente acaba sofrendo com o que está
2807 acontecendo, mas é hora de agir! É hora de participar. E a gente tem que fazer isso na
2808 comunidade, na família... Entendeu? Não é só para os mesmos, a gente falar para nos
2809 mesmos. A gente não sabe o que que vai acontecer agora... **SIMONE:** Gente! Por favor!
2810 Vamos respeitar a conselheira, Sandra? **SANDRA:** Pois é. A gente fica triste quando
2811 chega nas caminhadas... Igual eu participei no dia 15 e 28. No dia 28 foi uma lástima,
2812 mas também por causa da chuva. Eu tenho certeza que a pessoa olhou na janela, olhou a
2813 chuva, virou para o canto e cobriu com a cobertura. A saúde foi liberada, a educação...
2814 Todo mundo! E quando a gente chegou na rua... Belo Horizonte teve um movimento, mas
2815 poderia ser bem maior. Eles não foram e a gente percebeu isso enquanto avaliação do
2816 movimento. Então, é hora da gente mostrar a cara, lutar e manter as convicções da gente.
2817 Pelo amor de Deus! Nós participamos da construção de todos os avanços que a gente
2818 teve, principalmente na assistência social. Obrigada. **GEISIANE:** Sandra, e na
2819 oportunidade quando você traz da paralisação e do movimento, quero reafirmar, reforçar
2820 e trazer a informação para o conselheiro que não esteve presente, que foi um sucesso a
2821 participação do CEAS no dia 28. A gente esteve presente. Os conselheiros se reuniram
2822 não é, Simone? Foi bacana demais. A gente foi na chuva, à gente foi para a rua. A
2823 Isabela até deu entrevista lá e nós levantamos a placa do CEAS. Foi muito bacana.
2824 Então, quero parabenizar. Foi muito importante para este Conselho. É como a
2825 Consolação mesmo disse no último pleno: sair da mesa. Foi muito simbólico e muito
2826 oportuno. Mesmo na chuva, foi um sucesso. O CEAS se manifestou e foi muito bacana.
2827 Registrar. **SIMONE:** Agora chega, não é? Então, tchau! APLAUSOS. FIM.

NOME	ENTIDADE/ORGÃO	ASSINATURA
Arlete Alves Almeida	GRAAL	
Dayana Cristina Lourenço de Assis	CMAS/Juiz de Fora	
Débora Arkeman	SEDESE	
Erica Andrade Rocha	CRP/MG	
Fabricia Ferraz Mateus Lopes	SEAPA	
Guilherme Contrucci	SEF	
Geisiane Lima Soares	CARITAS	
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS/Pedro Leopoldo	
Isabela de Vasconcelos Teixeira	SEDESE	
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS	
Ivone Pereira Costa Silva	COGEMAS	
Leonardo Carvalho Ladeira	SEPLAG	
Luiz George Marcelino Trindade	CMAS/Lagoa Santa	



Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS

Av. Amazonas, 558/4º andares - Centro

Belo Horizonte/MG – CEP: 30180-001

Tel: (31) 3270-3646 – Tel: (31) 3270-3647

Site: www.social.mg.gov.br/ceas / E-mail: ceasmg@yahoo.com.br

Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas	CMAS/Leopoldina	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Fed. das APAE's	
Marta Maria Castro Vieira da Silva	SEDESE	
Rodrigo dos Santos França	ASSPROM	
Rodrigo Silveira e Souza	CMAS/Nova Lima	
Roseane Cristina dos Santos	CMAS/Leopoldina	
Sandra Regina Ferreira Barbosa	SINTIBREF	
Silvana Célia de Campos	SEE	
Simone Aparecida Albuquerque	SEDESE	
Soyla Rachel dos Santos Pereira	CMAS/PARACATU	
Volney Lopes de Araújo Costa	PSIND	
William de Souza Franco	Associação Q.Marques	
Wilson de Sales Lana	SEF	

2828